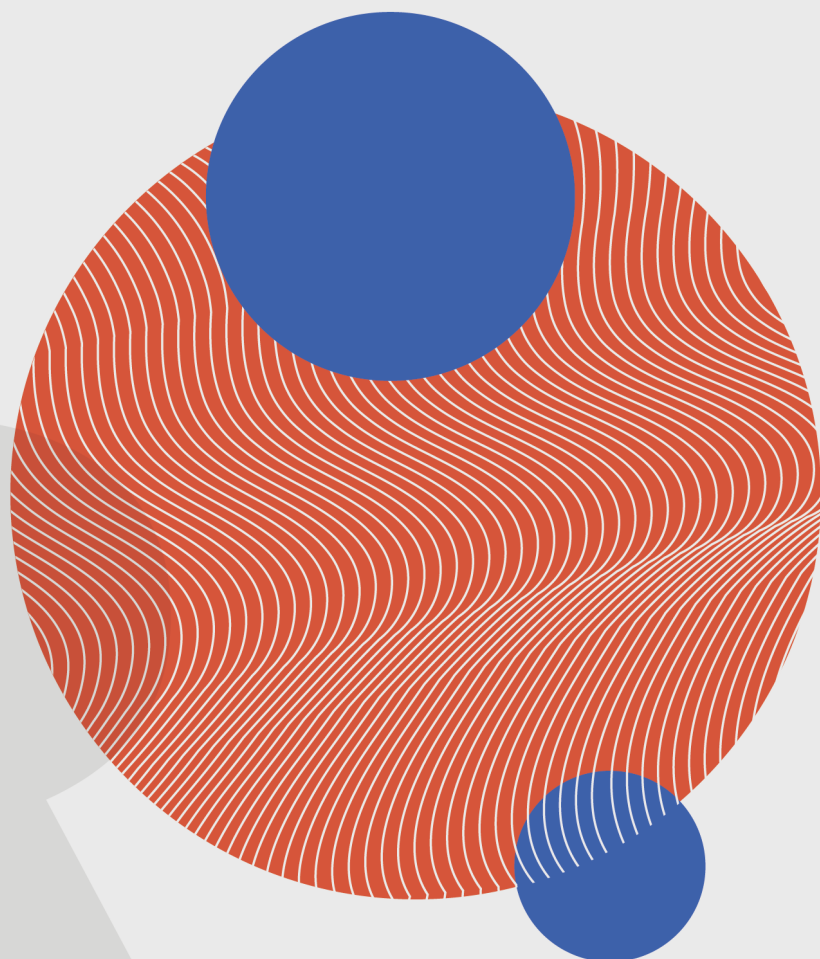
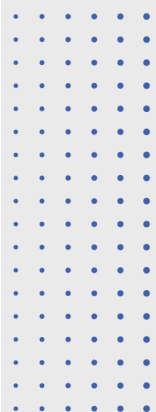




RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE O ACESSO AO **ENSINO SUPERIOR**





RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

JULHO.2022

GRUPO DE TRABALHO

Fontainhas Fernandes | Coordenação

Conselho Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Carla Sá

Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior

Joaquim Mourato

Conselho Nacional de Educação

Maria Conceição Bento

Direção-Geral do Ensino Superior

Ricardo Biscaia

Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
SUMÁRIO EXECUTIVO	II
1- INTRODUÇÃO	1
2- METODOLOGIA	5
3- ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.....	8
3.1- CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	8
3.2- CONCURSO NACIONAL DE ACESSO	8
3.2.1- ENQUADRAMENTO.....	8
3.2.2- ANÁLISE REGIONAL	9
3.2.2.1- ANÁLISE REGIONAL POR SUBSISTEMA	11
3.2.2.2- ANÁLISE POR INSTITUIÇÃO	12
3.2.2.3- ANÁLISE POR ÁREA DE FORMAÇÃO.....	15
3.3- TRANSIÇÃO DIGITAL E CLIMÁTICA.....	18
3.4- NOVOS CURSOS EM 2022.....	20
4- CONCURSOS ESPECIAIS	25
4.1- ACESSO DOS DIPLOMADOS DE VIAS PROFISSIONALIZANTES	25
4.1.1- TRANSIÇÃO PARA O ENSINO SUPERIOR	25
4.1.2- FUNCIONAMENTO DO CONCURSO ESPECIAL	27
4.1.3- INDICADORES DE SUPORTE.....	28
4.1.3.1- OFERTA DE VAGAS	28
4.1.3.2- RESULTADOS.....	32
4.1.3.3- PERCURSO ESCOLAR	35
4.1.4- AUDIÇÕES	36
4.2- MAIORES DE 23 ANOS	37
4.2.1- CONCURSO ESPECIAL PARA MAIORES DE 23 ANOS	37
4.2.2- ESTUDANTES ADULTOS MAIORES DE 23 ANOS.....	42
4.2.2.1- ABANDONO ESCOLAR	47
4.3- ESTUDANTES INTERNACIONAIS.....	48
5- CURSOS TÉCNICOS SUPERIORES PROFISSIONAIS	58
5.1- EVOLUÇÃO DA OFERTA E DA PROCURA DE CURSOS TeSP	59
5.2- DIPLOMADOS DOS CURSOS TeSP	62
5.3- PROSSEGUIMENTO DE ESTUDOS DOS DIPLOMADOS DOS CURSOS TeSP	63
6- CURSOS NÃO CONFERENTES DE GRAU	68
6.1- CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	68
6.2- CARATERIZAÇÃO DA OFERTA	69
7- PERSPETIVAS FUTURAS	84
8- BIBLIOGRAFIA	87

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - CNA 1ª FASE: VAGAS, CANDIDATOS, IF, IE E CURSOS, 2019-2021.	9
TABELA 2 - CNA 1ª FASE: VAGAS, IF E IE POR DISTRITO/REGIÃO AUTÔNOMA, 2019-2021.....	10
TABELA 3 - CNA 1ª FASE: VAGAS, IF E IE NO SUBSISTEMA UNIVERSITÁRIO POR DISTRITO/REGIÃO AUTÔNOMA, 2019-2021.	11
TABELA 4 - CNA 1ª FASE: VAGAS, IF E IE NO SUBSISTEMA POLITÉCNICO POR DISTRITO/REGIÃO AUTÔNOMA, 2019-2021.	12
TABELA 5 - CNA 1ª FASE: VAGAS, IF E IE NO SUBSISTEMA POLITÉCNICO POR IES, 2019-2021.	13
TABELA 6 - CNA 1ª FASE: VAGAS, IF E IE NO SUBSISTEMA POLITÉCNICO POR IES, 2019-2021.	14
TABELA 7 - CNA 1ª FASE: VAGAS, IF E IE POR ÁREA DE FORMAÇÃO (CNAEF 1D, 2D E 3D), 2019-2021.	15
TABELA 8 – CNA 1ª FASE: VAGAS, CANDIDATOS, IF E IE POR ÁREA DE FORMAÇÃO DIGITAL, 2019-2021.	19
TABELA 9 - CNA 1ª FASE: VAGAS, CANDIDATOS, IF E IE POR ÁREA DE FORMAÇÃO AMBIENTAL, 2019-2021.....	20
TABELA 10 – CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS NO CNA 2022.	22
TABELA 11 - ENSINO SECUNDÁRIO: ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO ORIENTADAS PARA JOVENS, POR ORIENTAÇÃO DO CURRÍCULO, NO CONTINENTE (2018/2019, 2019/2020, 2020/2021).	26
TABELA 12 - ENSINO SECUNDÁRIO: ESTUDANTES QUE CONCLUÍRAM, POR OFERTA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (2018/19, 2019/20).	26
TABELA 13 - CONCURSO ESPECIAL PARA TITULARES DE CURSOS SECUNDÁRIOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO: VAGAS E MATRICULADOS, 2021/2022.....	28
TABELA 14 - CONCURSO ESPECIAL PARA TITULARES DE CURSOS SECUNDÁRIOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO: MATRICULADOS POR OPÇÃO DE CANDIDATURA, 2021/2022.	29
TABELA 15 - CONCURSO ESPECIAL PARA TITULARES DE CURSOS SECUNDÁRIOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO: VAGAS E MATRICULADOS POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR, 2021/2022.	29
TABELA 16 - CONCURSO ESPECIAL PARA TITULARES DE CURSOS SECUNDÁRIOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO: VAGAS E MATRICULADOS POR ÁREA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO - CNAEF A 3 DÍGITOS, 2021/2022.....	30
TABELA 17 – NÚMERO DE ESTUDANTES TITULARES DE CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO QUE APRESENTARAM CANDIDATURA AO ENSINO SUPERIOR EM 2021.	32
TABELA 18 - CONCURSO ESPECIAL PARA TITULARES DE CURSOS SECUNDÁRIOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO: CANDIDATOS, COLOCADOS E MATRICULADOS POR TIPO DE CURSO SECUNDÁRIO, 2021/2022.	33
TABELA 19 - CONCURSO ESPECIAL PARA TITULARES DE CURSOS SECUNDÁRIOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO: CANDIDATOS, COLOCADOS E MATRICULADOS POR ÁREA CNAEF DO CURSO SECUNDÁRIO - CNAEF A 3 DÍGITOS, 2021/2022.	34
TABELA 20 - CONCURSO ESPECIAL PARA TITULARES DE CURSOS SECUNDÁRIOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO: MATRICULADOS POR ÁREA DO CURSO SUPERIOR DE MATRÍCULA - CNAEF A 2 DÍGITOS, 2021/2022.	35
TABELA 21 - CONCURSO M23: INSCRITOS NO 1A1V EM LICENCIATURAS E MESTRADOS INTEGRADOS, 2011/2012-2021/2022.	38
TABELA 22 - CONCURSO M23: INSCRITOS NO 1A1V EM LICENCIATURAS E MESTRADOS INTEGRADOS POR TIPO DE ENSINO, 2011/2012-2019/2020.	39
TABELA 23 - CONCURSO M23: INSCRITOS NO 1A1V EM LICENCIATURAS E MESTRADOS INTEGRADOS POR ÁREA CNAEF, 2011/2012-2020/2021.	39
TABELA 24 - CONCURSO M23: INSCRITOS NO 1A1V POR GÊNERO, 2011/2012-2019/2020.	41
TABELA 25 - INSCRITOS NO 1A1V, COM 23 OU MAIS ANOS DE IDADE, EM CTESP, INDEPENDENTEMENTE DA VIA DE ACESSO, ENTRE 2016/2017 E 2020/2021.	42

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR 2022

TABELA 26 - INSCRITOS 1A1V COM 23 OU MAIS ANOS POR FORMA DE INGRESSO, 2016/2017 A 2020/2021.....	44
TABELA 27 – ESTUDANTES INTERNACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO – INSCRITOS 1A1V POR DISTRITO/REGIÃO AUTÓNOMA, 2019-2021.....	49
TABELA 28 – ESTUDANTES INTERNACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: INSCRITOS NO 1A1V POR INSTITUIÇÃO, 2019-2021.....	50
TABELA 29 - ESTUDANTES INTERNACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: INSCRITOS NO 1A1V POR ÁREA CNAEF, 2019-2021.....	52
TABELA 30 - ESTUDANTES INTERNACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO ORIUNDOS DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2019-2021.....	53
TABELA 31 - ESTUDANTES INTERNACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: QUOCIENTES DE LOCALIZAÇÃO PARA OS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2019-2021.....	55
TABELA 32 - CURSOS TESP: INSCRITOS NO 1A1V POR NATUREZA DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO, 2014/2015-2021/2022.....	59
TABELA 33 - INSCRITOS EM CURSOS TESP DE 2017/2018 A 2021/2022 (TOTAL DE INSCRITOS EM TODOS OS ANOS CURRICULARES).....	59
TABELA 34 - INSCRITOS EM CTESP NO 1A1V, POR FORMA DE INGRESSO, DE 2017/2018 A 2020/2021.....	60
TABELA 35 - INSCRITOS EM CTESP NO 1A1V, POR GRUPO ETÁRIO EM 2021/2022.....	60
TABELA 36 - INSCRITOS EM CTESP NO 1A1V, POR DISTRITO DE FUNCIONAMENTO (2017/2018 A 2021/2022).....	61
TABELA 37 - DIPLOMADOS EM CTESP (2015/2016 A 2019/2020) E TOTAL DE DIPLOMADOS EM TODOS OS CURSOS/CICLOS DE ESTUDOS NO ENSINO SUPERIOR.....	62
TABELA 38- DIPLOMADOS EM CTESP, POR NATUREZA E TIPO DE ENSINO, EM 2019/2020.....	62
TABELA 39 - DIPLOMADOS EM CTESP, POR ÁREA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (CNAEF), DE 2016 A 2020.....	62
TABELA 40 - DIPLOMADOS EM CTESP, POR GÉNERO E GRUPO ETÁRIO, DE 2016/2017 A 2021/2020.....	63
TABELA 41 - SITUAÇÃO DOS DIPLOMADOS DE CURSOS TESP, DE 2015/2016 A 2019/2020.....	64
TABELA 42 - SITUAÇÃO DOS DIPLOMADOS DE CURSOS TESP NO ANO LETIVO SEGUINTE, POR ÁREA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DO CTESP, 2019/2020.....	65
TABELA 43 - SITUAÇÃO DOS DIPLOMADOS DE CURSOS TESP NO ANO LETIVO SEGUINTE, POR DISTRITO DA IES, 2019/2020.....	65
TABELA 44 - RESPOSTA AO INQUÉRITO SOBRE FORMAÇÕES NÃO CONFERENTES DE GRAU ACADÉMICO ANO LETIVO 2020-2021, POR TIPO DE INSTITUIÇÃO E SUBSISTEMA DE ENSINO.....	69
TABELA 45 – FORMAÇÕES NÃO CONFERENTES DE GRAU ACADÉMICO EM 2022-2022, POR TIPO DE INSTITUIÇÃO E SUBSISTEMA DE ENSINO.....	69
TABELA 46 - NÚMERO DE FORMAÇÕES NÃO CONFERENTES DE GRAU EM FUNCIONAMENTO.....	70
TABELA 47 - NÚMERO DE ESTUDANTES INSCRITOS EM FORMAÇÕES NÃO CONFERENTES DE GRAU EM 2018/2019, 2019/2020 E 2020/2021, POR SUBSISTEMA, TIPO DE INSTITUIÇÃO E TIPO DE ORGANIZAÇÃO.....	70
TABELA 48 - ESTUDANTES INSCRITOS EM CURSOS NÃO CONFERENTES DE GRAU EM 2018/2019 E 2019/2020, FACE AOS ESTUDANTES INSCRITOS EM CURSOS CONFERENTES DE GRAU.....	71

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - INSCRITOS NO ENSINO SUPERIOR NO 1A1V ATRAVÉS DO CONCURSO M23.	38
FIGURA 2 - CONCURSO M23: INSCRITOS NO 1º1V POR GRUPO ETÁRIO, 2011/2012-2020/2021	40
FIGURA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS INSCRITOS NO ENSINO SUPERIOR 1A1V COM 23 OU MAIS ANOS POR GRUPO ETÁRIO, DE 2017/2018 A 2020/2021.....	45
FIGURA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS INSCRITOS 1A1V COM 23 OU MAIS ANOS POR SEXO, DE 2016/2017 A 2020/2021.	46
FIGURA 5 - INSCRITOS NO 1A1V, COM 23 OU MAIS ANOS DE IDADE, POR CURSO, DE 2016/2017 A 2020/2021.....	46
FIGURA 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS INSCRITOS 1A1V POR ÁREA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (CNAEF - CITE) (%).	47
FIGURA 7 - SITUAÇÃO APÓS UM ANO DOS ESTUDANTES 1A1V COM 23 ANOS OU MAIS, POR CICLO DE ESTUDOS.....	48
FIGURA 8 - PÚBLICOS-ALVO MAIS FREQUENTES NOS CURSOS NÃO CONFERENTES DE GRAU EM 2018/2019 E 2019/2020, POR SUBSISTEMA E NATUREZA.....	72
FIGURA 9 - REQUISITOS DE ACESSO MAIS FREQUENTES NOS CURSOS NÃO CONFERENTES DE GRAU EM 2018/2019 E 2019/2020, POR SUBSISTEMA E NATUREZA.....	73
FIGURA 10 – DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS NÃO CONFERENTES DE GRAU NAS INSTITUIÇÕES QUE RESPONDERAM AO 1º INQUÉRITO SOBRE FNCGA 2021, POR ÁREA CNAEF, EM 2018/2019.	74
FIGURA 11 - DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS NÃO CONFERENTES DE GRAU ACADÊMICO NAS INSTITUIÇÕES QUE RESPONDERAM AO 1º INQUÉRITO SOBRE FNCGA 2021, POR ÁREA CNAEF, EM 2019/2020.....	74
FIGURA 12 - DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS NÃO CONFERENTES DE GRAU NAS INSTITUIÇÕES QUE RESPONDERAM AO 1º INQUÉRITO SOBRE FNCGA 2022, POR ÁREA CNAEF, EM 2020/2021.	75
FIGURA 13 - DURAÇÃO MAIS COMUM DOS CURSOS NÃO CONFERENTES DE GRAU NAS IES QUE RESPONDERAM AO 1º INQUÉRITO SOBRE FNCGA 2021, EM 2018/2019 E 2019/2020, POR SUBSISTEMA E NATUREZA.	76
FIGURA 14 - DURAÇÃO DOS CURSOS NÃO CONFERENTES DE GRAU ORGANIZADOS EM ECTS, NO ANO LETIVO DE 2020/2021, POR SUBSISTEMA E NATUREZA.....	76
FIGURA 15 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CURSOS NÃO CONFERENTES DE GRAU ORGANIZADOS EM ECTS, EM 2020/2021, POR ECTS, SUBSISTEMA E NATUREZA.....	77
FIGURA 16 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO MAIS COMUM DOS CURSOS NÃO CONFERENTES DE GRAU EM FUNCIONAMENTO NAS INSTITUIÇÕES QUE RESPONDERAM AO 1º E 2º INQUÉRITO SOBRE FNCGA POR SUBSISTEMA E NATUREZA.	77
FIGURA 17 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS CURSOS NÃO CONFERENTES DE GRAU EM FUNCIONAMENTO NAS INSTITUIÇÕES QUE RESPONDERAM AO 2º INQUÉRITO SOBRE FNCGA POR SUBSISTEMA E NATUREZA.	78
FIGURA 18 – REGIME DE FUNCIONAMENTO MAIS COMUM DOS CURSOS NÃO CONFERENTES DE GRAU EM INSTITUIÇÕES QUE RESPONDERAM AO 2º INQUÉRITO SOBRE FNCGA POR SUBSISTEMA E NATUREZA.	79
FIGURA 19 – DISTRIBUIÇÃO DAS FORMAÇÕES ORGANIZADAS DE ACORDO COM O SISTEMA DE CRÉDITOS ECTS COM PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA SUA CRIAÇÃO, POR SUBSISTEMA, NATUREZA E DISTRITO.	79
FIGURA 20 – DISTRIBUIÇÃO DAS FORMAÇÕES NÃO CONFERENTES DE GRAU POR DISTRITO.	80
FIGURA 21 – DISTRIBUIÇÃO DAS FORMAÇÕES NÃO CONFERENTES DE GRAU POR SUBSISTEMA E NATUREZA.....	81
FIGURA 22 - RETRATO ROBOT DA OFERTA DE CURSOS NÃO CONFERENTES DE GRAU, 2020/2021.	81



agradecir

agradecimientos



Agradecimentos

Os autores exprimem o seu reconhecimento a todos os que colaboraram na preparação deste relatório, adiante mencionados que, de diferentes formas, forneceram informação e contributos essenciais para este trabalho.

Neste quadro, cumpre-nos apresentar o nosso especial agradecimento às seguintes instituições que nos apoiaram fornecendo dados e na sua análise: Direção Geral de Ensino Superior (DGES) pela disponibilização e tratamento dos dados, apoio na preparação do inquérito sobre aprendizagem ao longo da vida e sua divulgação junto das instituições de Ensino Superior, no tratamento estatístico, bem como o envolvimento das direções de serviço de Suporte à Rede de Ensino Superior e de Acesso ao Ensino Superior nas pessoas das suas diretoras Inês Vasques e Mafalda Costa Macedo; Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) por todo o apoio, em particular no fornecimento de informação e seu tratamento estatístico; Júri Nacional de Exames pela disponibilização de alguns indicadores.

Cumpre-nos também agradecer aos representantes dos consórcios do Norte (Instituto Politécnico de Bragança), do Centro (Instituto Politécnico de Castelo Branco) e do Sul e Ilhas (Universidade do Algarve e Instituto Politécnico de Setúbal) pela partilha de experiências em reuniões de trabalho sobre o processo de organização do acesso de diplomados com cursos profissionalizantes ao Ensino Superior e pela disponibilização de informação.

Queríamos ainda agradecer à Agência Nacional para a Qualificação (ANQEP) e aos representantes das Escolas Profissionais que participaram num grupo focal, destinado a avaliar novos formatos de cooperação com o Ensino Superior.

Por último, gostaríamos ainda de agradecer ao Conselho Nacional de Educação (CNE), ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) pelos contributos transmitidos em sede de audição pública.

Sumário Executivo

Os principais desafios do Ensino Superior passam por garantir um processo efetivo de convergência europeia e alcançar um nível de liderança europeia de competências digitais até 2030. A convergência com a Europa exige alargar a base social de participação no Ensino Superior para uma sociedade baseada no conhecimento, diversificar e especializar o processo de ensino/aprendizagem intensificando a articulação entre ensino e investigação, empregar melhor com mais e melhor integração com as empresas, o tecido produtivo, a administração pública e as instituições sociais. Exige, adicionalmente, reforçar e expandir a internacionalização do Ensino Superior e das atividades de I&D, estimulando a atração de recursos humanos qualificados para Portugal, em estreita articulação com novas atividades económicas de maior valor acrescentado.

Nos últimos anos, o número de estudantes inscritos no Ensino Superior tem vindo a aumentar em termos globais, refletindo-se em toda a rede de instituições de Ensino Superior (IES) distribuída pelo país. Neste sentido, a taxa de escolaridade superior da população residente entre os 30 e os 34 anos, no final de 2021, permitiu cumprir a meta europeia de 40% assumida na Estratégia Europa 2020.

Nesta linha de orientação, o Governo refere manter a aposta na qualificação dos portugueses e do investimento público e privado em I&D, promovendo um processo efetivo de convergência europeia até 2030. Esta orientação exige reforçar o investimento público no Ensino Superior e Ciência, visando contribuir para melhorar o nível e a qualidade do emprego e para reduzir as desigualdades socioeconómicas, de género e territoriais no acesso à formação e à ciência.

Manter esta trajetória positiva de qualificação dos portugueses exige previsibilidade e estabilidade no sistema de acesso ao Ensino Superior e, em paralelo, deve dar resposta às necessidades do país de mão de obra qualificada, em particular nas áreas estratégicas como a transição digital e a transição climática.

No entanto, face às previsões de recessão demográfica e à capacidade instalada da rede de IES por todo o território nacional, é essencial continuar a apostar em políticas públicas de regulação que promovam o equilíbrio do sistema de Ensino Superior e potenciem a boa gestão dos recursos públicos instalados. Exige, de igual modo, dar continuidade ao alargamento da base social de recrutamento de estudantes, definindo políticas e medidas que incentivem a motivação dos jovens para frequentar o Ensino Superior, promovendo ações de sensibilização para os estudantes e famílias de contextos mais desfavorecidos.

Neste contexto, e tendo por base o diagnóstico prospetivo apresentado ao longo de todo o presente trabalho e, adicionalmente, também as inferências lógicas extraídas pelos autores do estudo, é possível identificar um conjunto de recomendações:

i) Reflexão sobre o regime de acesso ao Ensino Superior.

Nos últimos anos, o regime de acesso ao Ensino Superior tem sido objeto de alterações que devem ser analisadas e avaliados os seus efeitos. Uma das alterações com possível impacto no acesso foi a decisão de, em contexto de pandemia, os estudantes apenas terem de realizar os exames do ensino secundário se os pretenderem usar como prova de

ingresso. Partindo da premissa de que a existência de exames nacionais tem funcionado como fator regulador na atribuição das notas internas, a sua não obrigatoriedade poderá potenciar, assim, o fenómeno de inflação de notas no ensino secundário, o que, para o Ensino Superior, pode significar um agravamento das desigualdades e potenciar situações de injustiça relativa no acesso.

Atendendo às alterações introduzidas no acesso ao Ensino Superior no quadro da pandemia e o propósito definido no programa de Governo de revisão do sistema de acesso, recomenda-se que as potenciais alterações que venham a ser introduzidas no regime de acesso ao Ensino Superior, sejam precedidas de uma ponderação sobre os possíveis efeitos das mesmas ao nível da procura e da equidade no acesso.

Recomenda-se, assim, que no processo de avaliação e de revisão do sistema de acesso ao Ensino Superior, a exemplo de outros temas que serão objeto de recomendação neste documento, se efetue uma reflexão conjunta com o Ministério da Educação com um envolvimento ativo dos diferentes atores interessados.

ii) Políticas públicas que promovam o alargamento da base social de recrutamento de estudantes e de adultos, envolvendo ações de sensibilização para os estudantes e famílias, sobretudo de contextos mais desfavorecidos, com o objetivo de salientar os benefícios de estudar no Ensino Superior.

As previsões de diminuição demográfica com reflexo no número de estudantes que acedem ao Ensino Superior e a necessidade de cumprir as metas definidas para 2030 relativamente à quota de diplomados merecem atenção e exigem medidas ativas de sensibilização, em particular, de estudantes em contextos mais desfavorecidos.

A atração de mais estudantes para o Ensino Superior beneficia da existência de uma rede consolidada de IES distribuída por todo o país, a qual também pode ser potenciada na atração de estudantes por outras vias de acesso. Neste particular recomenda-se uma análise mais fina que se possa traduzir em medidas que facilitem o aumento de estudantes internacionais.

iii) Mobilização das IES em articulação com as escolas de ensino secundário profissionalizante em dinâmicas de comunicação e de informação, visando aumentar a entrada de estudantes provenientes do ensino secundário profissionalizante.

O aumento de estudantes de ensino secundário profissionalizante exige um maior envolvimento das IES e dos consórcios que integram na preparação e implementação de planos de comunicação e de informação, designadamente ao nível regional. Exige ainda maior articulação com a rede de escolas de ensino secundário profissionalizante e os seus docentes em diferentes dinâmicas, em particular: *i)* na atração e seriação de candidatos; *ii)* em mecanismos de proximidade ao nível local; *iii)* no reconhecimento de provas entre os consórcios; e, *iv)* de simplificação de procedimentos.

A necessidade destas medidas baseia-se nos indicadores sobre a taxa de transição entre os níveis de ensino secundário e superior, que diferem entre os vários cursos do ensino secundário. De acordo com os dados da DGEEC (2019), em 2018/2019, cerca de 79% dos estudantes que haviam concluído o ensino secundário no ano anterior num dos cursos

científico-humanísticos estava a frequentar o Ensino Superior, contudo, nos que optaram por cursos profissionalizantes apenas 18% estavam matriculados num curso superior. Esta taxa de transição entre os dois níveis de ensino foi ainda de 57 e 56%, respetivamente, para os cursos tecnológicos e para os cursos de ensino artístico especializado. Estes números revelam a elevada proporção de estudantes do ensino secundário profissionalizante que optam por não prosseguir estudos superiores e que, provavelmente, precisam de mais informação sobre os benefícios da sua frequência e que este está capacitado para os receber.

iv) Maior ambição na oferta de vagas em cursos de áreas estratégicas no concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação.

O aumento de vagas deve ser enquadrado em estratégias de especialização inteligente nas diferentes regiões, com o objetivo de aumentar os recursos humanos qualificados em áreas fundamentais para o desenvolvimento dos territórios. Recomenda-se ainda que deve ser potenciado o conceito de fileira formativa, ou seja, devem ser privilegiadas áreas de formação, em especial pelas instituições de Ensino Superior situadas em territórios de baixa densidade, que potenciem a valorização dos recursos endógenos de modo a traduzir-se no aumento do valor acrescentado dos bens e serviços de um determinado território.

v) Reflexão sobre a participação e os percursos dos estudantes adultos no Ensino Superior.

Atendendo à debilidade estrutural na qualificação de adultos e à diminuição progressiva do número de candidatos ao superior com este perfil, designadamente através do concurso especial reservado aos maiores de 23 anos, recomenda-se uma análise do percurso académico e no mercado de trabalho dos estudantes adultos no Ensino Superior.

Os resultados alcançados nos últimos anos através desta via de acesso e o processo seguido na seriação dos candidatos ao nível das instituições deve ser avaliado e perspetivado para outros formatos de acesso, caso dos estudantes que optam pelo regime pós-laboral.

vi) Fomento da participação em formações estratégicas nas áreas digital e ambiental e definição de medidas conjuntas com o Ministério da Educação, no sentido de promover a procura dos cursos nestas áreas.

A formação superior nas áreas digital e ambiental é, geralmente, precedida de formação nas áreas das ciências e tecnologias. O número de estudantes que escolhem este curso do ensino secundário tem vindo a diminuir, recomendando-se maior articulação entre o MCTES e o Ministério da Educação numa reflexão conjunta.

vii) Estabilidade e previsibilidade, mantendo como regra, a fixação do número inicial de vagas do ano anterior, permitindo o reforço de vagas nos cursos de excelência, até 10% das fixadas no concurso anterior para estes cursos.

Reforça-se a necessidade de garantir, acima de tudo, maior previsibilidade e estabilidade no concurso, quer para os estudantes, quer para as IES, o que passa, entre outros aspetos, pela estabilidade na oferta de vagas.

A possibilidade de aumento de vagas no caso dos cursos considerados de excelência (i.e., cujo número de candidatos em 1ª opção com classificação igual ou superior a 170/200 é pelo menos igual às vagas oferecidas) foi introduzida no CNA de 2019. Nesse ano, essa possibilidade foi dada a 24 cursos, número que subiu em 2020 para 40 e passou a ser 45 em 2021. As vagas dos cursos a quem foi permitida esta possibilidade em 2021 perfaziam um total de 4703. No exercício de 2020 para 2021, apesar dos cursos de excelência poderem ter aumentado as vagas em 669, o aumento foi apenas de 354, ou seja, no global, apenas aumentaram 7,94% das vagas, para o máximo de 15% permitido. No ano anterior (2019) o aumento de vagas nestes cursos foi superior, sendo de 13,89%.

- viii) Estabilidade e previsibilidade, podendo a oferta de novos ciclos de estudo de formação inicial aumentar apenas em situações em que as novas formações correspondam a áreas estratégicas e em casos imprescindíveis para cumprimento do Plano de Recuperação e de Resiliência (PRR), desde que não altere a distribuição relativa das vagas por regiões e não interfira em estratégias de especialização regional das instituições.**

No ano letivo de 2022/2023, prevê-se a entrada em funcionamento de novos ciclos de estudo, alguns motivados pelo PRR. Estando no âmbito do PRR, antecipa-se que estes cursos sejam de uma grande importância. Todavia, um aumento abrupto do número de vagas poderá induzir desequilíbrios regionais significativos no sistema de Ensino Superior português, que poderá pôr em causa a cobertura geográfica da rede, bem como a prossecução das estratégias de especialização regional previstas. Face a esse aumento de vagas, deve ser considerada a possibilidade de não permitir o reforço de vagas no CNA nos mesmos moldes de 2020 e 2021, onde as vagas não utilizadas em alguns concursos especiais de acesso puderam ser acrescentadas ao CNA.

- ix) Reforço do número de vagas na área da formação de professores nos cursos com procura relevante e que correspondam a perfis docentes escassos, devendo ser promovida uma reflexão conjunta com o Ministério da Educação sobre a procura e sucesso nos cursos nesta área, quer em termos globais, quer por área de recrutamento, acompanhada de medidas no domínio da valorização e estabilidade da carreira docente.**

A preocupação crescente com a formação superior na área docente decorre da confluência de vários fatores, todos relevantes, que devem ser considerados. Importa notar que o corpo docente nacional é bastante envelhecido. Em 2019/2020, o índice de envelhecimento do corpo docente era elevado em todos os níveis de ensino. No caso do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, por cada docente com idade inferior a 35 anos, havia 19 docentes com 50 ou mais anos de idade. Nos restantes ciclos era inferior, mas ainda assim merecedora de nota: um docente para 14,7 no caso do 2º ciclo e um docente para 11,5 no caso do 1º ciclo.

O envelhecimento do corpo docente sugere um aproximar da idade de reforma de uma fatia substancial de docentes, bem como a necessidade de aumentar o número de diplomados nesta área. Acresce ainda que, do lado da procura dos cursos de formação de professores, os sinais dados pelos candidatos ao Ensino Superior não são positivos. Recorrendo à área CNAEF de educação, apenas 75,32% das vagas nesta área seriam preenchidas pelas escolhas dos estudantes na sua primeira opção, na 1ª fase do CNA. Contudo, esta proporção tem tido uma evolução favorável desde 2019 (62,57% em 2019,

72,12% em 2020) estando, no entanto, muito afastada desta mesma proporção noutras áreas claramente mais procuradas pelos candidatos (157,59% na área da saúde; 143,72% nas ciências sociais em 2021).

- x) Ambição na oferta formativa de curta duração em articulação com empresas e instituições da administração pública, privilegiando formatos em contexto empresarial, percursos flexíveis e modulares, ajustados às necessidades do mercado de trabalho.**

Em linha de orientação com as tendências europeias da estabilização de um sistema de microcredenciais, esta recomendação exige um diálogo estreito com os agentes externos, casos da administração pública, das empresas e do setor social e, ainda, atender à necessidade de cumprir os objetivos previstos no PRR. Recomenda-se que as instituições sejam estimuladas a apostar na oferta formativa não conferente de grau, de curta duração e de pós-graduação, em articulação com entidades externas, privilegiando formatos em contextos profissionais e percursos flexíveis e modulares, mais ajustados às necessidades do mercado de trabalho.

Recomenda-se ainda uma reflexão sobre a possibilidade de criar incentivos destinados às empresas que apostem em cenários de formação ao longo da vida para os seus trabalhadores.



introdução

introdução



1- Introdução

O Ensino Superior é um importante elevador social e um motor da mobilidade socioeconómica, cabendo-lhe a tarefa fundamental de proporcionar as competências e os conhecimentos para dar resposta aos principais desafios sociais com os quais o país se confronta, exercício de considerável complexidade e exigência, numa época marcada pela imprevisibilidade e pela globalização da informação e do conhecimento.

Por isso, hoje mais do que nunca, as IES desempenham um papel ativo na construção de um novo contrato social para a educação (UNESCO, 2022b). Por outro lado, não podem deixar de cumprir o seu mandato social, criando condições para o acesso, a equidade e a inclusão, tanto de jovens provenientes do ensino secundário, como de todos aqueles que pretendem obter formação superior mais tarde, em formatos de aprendizagem ao longo da vida (EUA, 2021).

A agenda da União Europeia (UE) ambiciona a criação de um Espaço Europeu de Educação até 2030 com o principal objetivo político de estabelecer um novo quadro de referência para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação, sendo as prioridades estratégicas publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (2021) as seguintes: *i)* Melhorar a qualidade, a equidade, a inclusão e o sucesso em matéria de educação e formação; *ii)* Tornar a aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade uma realidade para todos; *iii)* Reforçar as competências e a motivação dos profissionais da educação; *iv)* Reforçar o Ensino Superior europeu; *v)* Apoiar as transições ecológica e digital na educação e na formação.

Este quadro de referência europeu estabelece como principais metas diplomar 45% de adultos dos 25-34 anos até 2030, beneficiar 60% dos recém-diplomados com a exposição à aprendizagem em contexto laboral durante o ensino até 2025, e ainda, que 47% dos adultos entre os 25 e os 64 anos participem em ações de aprendizagem ao longo da vida (Jornal Oficial da União Europeia, 2021).

A estratégia europeia passa também por promover a relevância do Ensino Superior para o mercado de trabalho e a sociedade, incentivando o desenvolvimento de programas curriculares que estimulem a aprendizagem em contexto laboral e a cooperação reforçada com os empregadores, respeitando a abordagem holística do Ensino Superior e a autonomia dos estabelecimentos de ensino, explorando a possibilidade de criar mecanismos de acompanhamento do percurso dos diplomados.

Torna-se essencial continuar a afirmar o valor e do Ensino Superior junto dos jovens, dos adultos, das famílias e dos empregadores, tanto ao nível da empregabilidade, como na perspetiva salarial (OCDE, 2020a). Por outro lado, tem um impacto positivo na qualidade de vida, designadamente melhores níveis de saúde e de bem-estar, de autoconfiança, de autonomia profissional e responsabilidade, de participação cívica e política, maior capacidade de interpretação dos fenómenos sociais e tolerância, maior confiança nas instituições (Teixeira e Sarrico, 2019).

A UE enfrenta escassez de mão-de-obra qualificada competências, em particular nas áreas de estudo STEAM – ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática – e em tecnologias de informação e de comunicação – TIC. Adicionalmente, têm surgido necessidades de competências

no domínio das transições ecológica e digital da sociedade, o que exige garantir o desenvolvimento contínuo de competências, para a UE se manter economicamente competitiva a nível global. A resposta aos novos desafios sociais exige também a aquisição de competências transversais no domínio do pensamento crítico, da resolução de problemas, das competências digitais, a par do empreendedorismo, da inovação e da criatividade.

Uma população estudantil mais diversificada induz novos desafios às IES para assegurar uma educação inclusiva e de qualidade e no quadro de novos contextos de aprendizagem ao longo da vida. Exige reinventar modelos pedagógicos criativos que possam responder às necessidades de mudança decorrente das novas populações de estudantes que aprendem de forma diferente, bem como das exigências das transformações do mundo do trabalho e sociais que permitam o sucesso dos diplomados.

A agenda da UE para a educação e a ambição das metas traçadas trouxe novos desafios às políticas públicas e às instituições, assistindo-se a uma evolução positiva no sentido de se ultrapassar o défice de qualificações, identificado como uma das principais barreiras ao desenvolvimento económico e social. A pandemia obrigou a alterações no Ensino Superior que, associado ao propósito do Governo de rever o sistema de acesso, exige uma ponderação sobre os seus possíveis efeitos ao nível da procura e da equidade no acesso, um assunto que deve ser objeto de reflexão em diferentes instâncias (CNE, 2015; 2017; Sá et al., 2017).

Portugal percorreu em pouco tempo um caminho assinalável na qualificação superior das gerações mais jovens, mas há ainda muito a evoluir para o país continuar a convergir com os países mais desenvolvidos. Na formação da população adulta Portugal fica mais aquém das metas definidas (a 5 pp), apesar dos esforços realizados nos últimos anos. Segundo o CNE (2021), em 2020, 10% dos adultos participaram em atividades de aprendizagem ao longo da vida.

Esta trajetória de crescimento do Ensino Superior deve-se à diversificação da base social de recrutamento, com a criação de novas e diversificadas vias de acesso ao Ensino Superior para além do Concurso Nacional de Acesso (CNA), caso dos concursos especiais e concursos locais a que se adicionam os regimes especiais e, nos dois últimos anos, o acesso através de um concurso especial destinado a diplomados de cursos profissionalizantes. A trajetória de crescimento do Ensino Superior inclui também os estudantes internacionais e o acesso de lusodescendentes.

Contudo, importa ter em atenção as previsões de diminuição demográfica com reflexo no número de estudantes que acedem ao Ensino Superior, o que reforça a necessidade de medidas ativas de sensibilização dos estudantes e respetivas famílias em contextos mais desfavorecidos (Amaral et al., 2021). A atração de mais estudantes para o Ensino Superior beneficia da existência de uma rede consolidada de IES distribuída por todo o país, a qual também pode ser potenciada na atração de estudantes por outras vias de acesso, o que também implica uma análise mais fina que se possa traduzir em medidas que facilitem o aumento de estudantes internacionais.

O Tribunal de Contas (2002) alerta para eventuais fragilidades no alinhamento da estratégia e da oferta formativa definidas para o Ensino Superior às necessidades e tendências do mercado de trabalho, sobretudo quando são consideráveis os recursos públicos aplicados na formação superior que devem gerar, em conformidade, benefícios para o desenvolvimento socioeconómico do país.

Face ao exposto, o Governo estabeleceu como prioridade a aposta na qualificação e manter nos próximos anos o esforço do processo efetivo de convergência europeia, designadamente em termos da ação climática e das oportunidades associadas à inovação e digitalização da nossa sociedade e economia (MCTES, 2022). Organizações internacionais apelam às IES para os desafios da sustentabilidade (UNESCO, 2022a) que, por sua vez, também exige um aumento na qualificação superior em áreas relevantes para as transições digital e climática. Este desafio reforça a atenção a algumas disciplinas nucleares no ensino secundário que dão acesso a formações nestas áreas, nomeadamente da física e da biologia, face à tendência de diminuição do número de estudantes inscritos no ensino secundário nessas disciplinas.

A economia digital continuará a ser um dos motores da atividade económica nas próximas décadas, sendo essencial garantir qualificações adequadas para dar resposta à transição digital, tal como no domínio da transição climática. Neste domínio é essencial reforçar a atenção a algumas disciplinas nucleares no ensino secundário que dão acesso a formações nestas áreas, nomeadamente da física e da biologia, face à tendência de diminuição do número de estudantes inscritos no ensino secundário nessas disciplinas.

A atração de jovens para a carreira docente é um outro ponto crítico, que assume maior acuidade face às previsões de aposentação de professores dos diferentes níveis de ensino obrigatório nos próximos anos e à desvalorização da profissão docente (Recomendação n.º 3/2019, do Conselho Nacional de Educação - CNE), cujas projeções das necessidades de recrutamento de novos docentes em Portugal foram objeto de estudo (Nunes et al., 2021).

Contudo, a referida recomendação do CNE refere que em 2018/19 concluíram o mestrado na área da docência 1567 diplomados, o que significa 46% das necessidades e representam 3425 docentes por ano em média. Como tal, é essencial aumentar o número de diplomados nesta área, o que exige uma reflexão integrada com o Ministério da Educação sobre a qualificação e valorização de educadores e professores dos ensinos básico e secundário, reclamando medidas de planeamento prospetivo, de revalorização da profissão docente, de formação contínua, bem como ao nível do acesso ao exercício da profissão e da renovação do pessoal docente.

A atração de estudantes internacionais tem sido perspetivada numa lógica de receitas das instituições, podendo, contudo, ser equacionada em dinâmicas de atração de talento para contrariar a queda demográfica. Num estudo de Sá *et al.* (2021) publicado pela Edulog foram sugeridas orientações para aumentar a atração de estudantes internacionais, que reclamam medidas no sistema de obtenção de vistos e de autorizações de residência e de trabalho.

Em síntese, a trajetória positiva do acesso ao Ensino Superior e o reforço da sua diversidade e expansão regional, implica estimular a modernização gradual da oferta e da sua qualidade incluindo nas áreas STEAM. Exige também garantir a formação de adultos e processos de formação ao longo da vida, continuar a dinâmica de oferta de formações curtas de âmbito superior, estimular as ofertas internacionais e a entrada de estudantes não nacionais e, fomentar o trabalho colaborativo em rede entre IES. Para tal, exige um quadro de previsibilidade e de estabilidade que se traduza no cumprimento das metas da UE e no aproveitamento da rede instalada de IES.



metodolo

metodologia



2- Metodologia

No que se refere à análise dos dados do CNA 2021, o grupo de trabalho seguiu, no essencial, a metodologia adotada nos relatórios dos grupos de trabalho dos dois últimos anos, por forma a permitir uma maior comparabilidade entre as respetivas análises. Deste modo, foram realizadas análises por distrito, por subsetor, por instituição e por áreas CNAEF (a 1, 2 e 3 dígitos). As análises utilizaram os indicadores já aplicados em anos anteriores, nomeadamente:

- **Índice de Força (IF)** – número de candidatos que colocaram em primeira opção aquele par de curso/instituição face ao número total de vagas desse par curso/instituição. Este indicador visa medir a procura de candidatos que privilegiaram essa opção face à disponibilidade de vagas e foi calculado por distrito, por subsetor, por instituição e por áreas CNAEF (1, 2 e 3 dígitos);
- **Índice de Excelência (IE)** - número de candidatos com nota de candidatura igual ou superior a 170 pontos (ou 17 valores) que colocaram em primeira opção aquele par curso/instituição face ao número total de vagas desse par curso/instituição. Este indicador visa medir a procura de candidatos com elevadas classificações que privilegiam essa opção face à disponibilidade de vagas e foi calculado por distrito, por subsetor, por instituição e por áreas CNAEF (1, 2 e 3 dígitos).

Estes são, pela sua natureza, indicadores da procura por cada um dos cursos. O IF revela que percentagem das vagas do curso seriam ocupadas se todos os candidatos ficassem na sua primeira opção. Assim sendo, o indicador poderá ser maior do que um, revelando que esse curso é extremamente desejado no sistema. O IE representa um refinamento do IF, já que apenas considera os candidatos na primeira opção, mas com uma nota de candidatura acima de 170 pontos. Assim, um valor elevado para este índice indica que o curso atrai muitos candidatos de elevada qualidade na sua primeira escolha.

No contexto da análise dos resultados do concurso especial para estudantes internacionais, foi calculado um quociente de localização (QL) por distrito de destino e país de origem, permitindo comparar a importância relativa dos estudantes internacionais de cada país de origem com a importância relativa que os estudantes desse país têm no total nacional. A fórmula de cálculo utilizada foi a seguinte:

$$QL_{dp} = \frac{\frac{EI_{dp}}{\sum_{p=1}^P EI_{dp}}}{\frac{\sum_{d=1}^{20} EI_{dp}}{\sum_{p=1}^P \sum_{d=1}^{20} EI_{dp}}},$$

onde EI_{dp} representa o número de estudantes internacionais inscritos no 1º ano pela 1ª vez (1A1V) em IES públicas no distrito d provenientes do país p, $d = 1, \dots, 20$ (18 distritos e 2 regiões autónomas).

Os valores deste indicador são, por definição, positivos. Um valor inferior a 1 do quociente para um dado país em determinada região significa que a importância relativa dos estudantes provenientes daquele país na região é inferior ao peso relativo que esse país tem entre todos os

estudantes internacionais em Portugal. Significa isto que estão sub-representados na região face ao país. Se o seu valor for superior a 1, então, o peso relativo dos estudantes daquela nacionalidade na região é superior ao nacional e, como tal, os estudantes provenientes desse país estão sobre representados na região relativamente ao peso que os nacionais desse país têm no total de estudantes internacionais em Portugal.

No caso dos cursos TeSP e dos estudantes que acederem ao Ensino Superior através do concurso dos maiores de 23 anos o presente relatório incidiu, quer no sistema público, quer no privado. Por sua vez, a análise dos resultados do Concurso Nacional do Acesso não inclui os dados dos concursos institucionais, um assunto que deverá ser objeto de reflexão em futuros relatórios.

Este relatório procurou também recolher informação vinda de alguns dos principais intervenientes no contexto do Acesso ao Ensino Superior. Assim, foram realizadas audições com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), com o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) e com o Conselho Nacional de Educação (CNE). Estas audições chamaram a atenção deste grupo de trabalho para algumas problemáticas identificadas por estes intervenientes no quadro da temática do acesso.

De igual modo e atendendo às particularidades do concurso especial de acesso ao Ensino Superior de diplomados com cursos profissionalizantes, iniciado a partir de 2020, foi efetuada a auscultação das IES e de algumas escolas profissionais, com o objetivo de avaliar a organização e funcionamento do processo de atração de jovens e, em última análise, promover um exercício prospetivo desta via de acesso no futuro.

Por último, foi novamente efetuado um inquérito a todas as IES visando obter informação sobre a oferta educativa não conferente de grau, a forma como está organizada e as suas potencialidades no quadro das oportunidades que se afiguram no PRR e do Portugal 2030.



o ensino su

acesso ao ensino superior



3- Acesso ao Ensino Superior

3.1- Considerações Iniciais

Em 2021 os procedimentos não tiveram muitas alterações face a 2020, que tinha sido marcado pela pandemia. Assim sendo, algumas das regras desenhadas para responder à pandemia e com algum efeito do ponto de vista do acesso – como por exemplo a não obrigatoriedade de realização dos exames nacionais para aprovação às disciplinas do ensino secundário – permaneceram para o exercício de 2021. Por outro lado, o facto de os exames nacionais serem válidos durante três anos distintos do CNA¹ condicionará o acesso ao Ensino Superior, visto que os exames realizados em 2020 poderão ser utilizados inclusivamente em 2022 – Exames estes que estiveram associados a um número anormal de notas de candidatura ao Ensino Superior acima de 170 pontos – de 23% em 2020, comparado com os 15% em 2019.

O CNA 2022 poderá ficar marcado por um aumento significativo de vagas em algumas instituições, fruto da proposta de abertura de novos cursos enquadrada no PRR. O presente relatório procurará sistematizar a informação disponível à data – ainda sem a informação final da Agência para a Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) sobre a acreditação, ano de entrada em funcionamento e limite máximo de vagas – caracterizar estes cursos em termos de vagas a oferecer por área de estudos, por IES e por região.

Em termos de procura, nos anos letivos de 2019/2020 a 2021/2022 constatou-se um aumento significativo do número de candidatos (DGES, 2022a), contudo, importa avaliar de que forma o efeito do aumento das classificações dos últimos anos se vai refletir no número de candidaturas em 2022.

3.2- Concurso Nacional de Acesso

3.2.1- Enquadramento

A análise que aqui é realizada centra-se na primeira fase do CNA, na qual todas as vagas disponíveis são postas a concurso e em que a grande maioria dos estudantes é colocada. As preferências reveladas nesta fase são sobretudo condicionadas pela nota de candidatura dos estudantes e, em menor escala, por constrangimentos de oferta. Isto pode justificar o facto de o número de candidatos colocados poder diferir do número de estudantes efetivamente inscritos, uma vez que nem todos os colocados se inscrevem e existem outras formas de acesso ao Ensino Superior. Acresce ainda que as vagas não preenchidas nesta fase serão colocadas novamente a concurso na segunda fase.

O ano 2021 teve o maior número de candidatos ao Ensino Superior das últimas décadas, tendo este número passado de 62567 em 2020 para 64018 em 2021. No entanto, houve uma diminuição no número de vagas oferecidas, que passou de 56121, em 2020, para 55307, em 2021. Estes factos vieram acentuar um aparente défice de vagas em relação ao número de

¹ Nos termos da Deliberação n.º 1233/2014 da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, os exames finais nacionais são válidos como provas de ingresso no ano da sua realização e nos dois anos seguintes. A partir de 2022 os exames serão válidos no ano da sua realização e nos quatro anos seguintes, conforme Deliberação da CNAES n.º 1043/2021, de 13 de outubro.

candidatos, pelo menos na parte respeitante ao Ensino Superior público, onde o número de candidatos foi superior ao número de vagas em 8709.

No entanto, note-se que devido à pandemia COVID-19, os anos de 2020 e 2021 tiveram uma exceção que permitiu o aumento do número de vagas no sistema. Nestes anos, foi permitido às instituições que alocassem as vagas não preenchidas dos concursos especiais de acesso, como por exemplo, o concurso para maiores de 23 e o concurso especial para estudantes internacionais. A tabela do anexo 1, apresenta como teriam sido as vagas oferecidas pelas instituições nesse período caso não tivesse havido reafecção de vagas. Em 2020, houve um aumento de 4713 vagas no sistema, que correspondeu a um aumento relativo de 9,2%. Em 2021, estes valores foram de 3065 vagas, com um aumento de 5,9%, respetivamente.

Relativamente a 2019, os anos de 2020 e 2021 representaram não só um aumento do número de candidatos, mas também de estudantes considerados como “excelentes” (i.e., com nota de candidatura igual ou superior a 170 na sua 1ª opção). Pode-se verificar na Tabela 1 que os candidatos com mais de 170 pontos representam 23,3% do total de candidatos, revelando uma tendência de melhoria de notas, muito provavelmente, associada à mudança nos exames nacionais ocorrida durante o período de pandemia e, tendencialmente, mantida durante 2021, onde os resultados desses exames seriam ainda válidos. Esse mesmo facto ajuda a explicar o maior número de candidatos, tendo havido um aumento nas notas médias de candidatura que terá induzido mais estudantes a candidatar-se pelo CNA.

Tabela 1 - CNA 1ª fase: Vagas, candidatos, IF, IE e cursos, 2019-2021.

Ano	Vagas	Candidatos	Diferença	Maior de 170 (%)	IE > 1	IE = 0	IF = 0	IF>1	IF>1,5	Total Cursos
2019	50860	51046	186	15,22	24	622	48	315	152	1061
2020	56121	62567	6446	23,05	40	493	47	348	179	1065
2021	55307	64018	8709	23,34	45	462	48	364	201	1071

Nota: As vagas apresentadas já incluem o reforço de vagas permitido para 2020 e 2021.

Pode-se verificar também que se registou uma diminuição no número de cursos que não tiveram um único candidato em primeira opção com nota de candidatura acima de 17 valores para esse curso. No entanto, estão 462 cursos nessa situação, sendo este ainda um número elevado de cursos para este fenómeno, apesar de ter ocorrido uma diminuição desde 2019.

3.2.2- Análise Regional

Esta secção detalha a forma como o índice de força (IF) e o índice de excelência (IE) evoluíram desde 2019, com base numa divisão do país por distritos e duas regiões autónomas.

Avaliando pelo IF, na Tabela 2 verifica-se que existem distritos que de forma estrutural apresentam um maior número de candidatos em 1ª opção do que o número de vagas existente nesse distrito (tal acontecerá com um IF superior a 100%). É o caso do Porto, Lisboa, Braga, Madeira e Aveiro, distritos onde o IF aumentou de 2020 para 2021, sugerindo que a procura continua a concentrar-se de forma relativamente maior nestes distritos, à medida que houve um

aumento do número de candidatos. Existem alguns distritos com IF próximo de 100%, permitindo que um grande número de vagas seja preenchido através de estudantes que, primeiramente, estão interessados em ir para esse distrito. É o caso de Coimbra, Setúbal, Açores, Faro, Vila Real e Évora, distritos que, de forma geral, também se regista um aumento dos IF. Do outro lado deste espectro, com IF com 50% ou menos, estão os distritos de Santarém, Viseu, Portalegre, Beja, Guarda e Bragança. Estes são os distritos que, à partida, terão mais dificuldade em preencher as suas vagas, visto que o número de estudantes interessados em frequentar IES neste distrito como sua primeira escolha são menos de metade das vagas disponíveis neste mesmo distrito.

Em termos comparativos regista-se, no entanto, que todos os distritos tiveram um aumento no seu IF de 2020 para 2021, à exceção de Bragança, Coimbra, Madeira, Vila Real e Viseu. Isto indica, do ponto de vista da procura das instituições, que em 2021 se gerou alguma margem para as IES garantirem o preenchimento das suas vagas. Este resultado geral advém do aumento de candidatos e da diminuição de vagas, como mencionado anteriormente.

Quanto ao IE e a captação de candidatos com notas de candidatura superiores a 170, destacam-se cinco distritos com um índice superior a 20% – Porto, Lisboa, Braga, Aveiro e Coimbra – e, portanto, é nestes distritos que está concentrada a primeira preferência dos melhores estudantes do país. A tendência destes IE tem sido crescente de 2020 para 2021 ao longo de todos os distritos, exceto em Bragança, Guarda e Madeira, mas de forma marginal de 2020 para 2021.

Tabela 2 - CNA 1ª fase: Vagas, IF e IE por distrito/região autónoma, 2019-2021.

Distrito	2021			2020		2019		Diferença 2020-2021	
	Vagas	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (pp)	IE (pp)
Açores	630	98,25	8,57	92,14	6,45	60,66	3,16	6,12	2,12
Aveiro	2426	119,95	23,58	113,02	19,72	107,33	6,73	6,94	3,86
Beja	536	43,47	0,56	34,86	0,00	27,91	0,00	8,61	0,56
Braga	3712	129,45	33,43	126,50	32,37	120,43	20,01	2,94	1,07
Bragança	2236	19,10	0,13	19,63	0,42	19,14	0,10	-0,5%	-0,28
Castelo Branco	2374	71,10	12,13	68,17	11,07	60,12	5,24	2,93	1,06
Coimbra	6044	108,87	20,90	109,32	19,83	99,54	10,80	-0,45	1,07
Évora	1330	91,73	5,04	88,59	2,47	72,42	1,17	3,14	2,56
Faro	1750	95,37	3,37	84,71	3,31	72,48	1,06	10,66	0,06
Guarda	891	22,00	0,11	17,57	0,20	18,26	0,00	4,43	-0,09
Leiria	2036	81,58	4,08	76,89	2,56	75,2	1,51	4,69	1,51
Lisboa	13877	154,85	41,58	144,56	39,99	127,57	23,07	10,28	1,59
Madeira	745	120,67	14,77	125,03	16,43	116,85	11,34	-4,36	-1,66
Portalegre	585	40,51	1,37	29,66	0,34	18,73	0,18	10,85	1,03
Porto	8245	166,15	59,21	164,33	57,19	152,42	39,61	1,82	2,02
Santarém	1483	45,45	1,21	44,46	0,27	32,46	0,15	0,99	0,94
Setúbal	2391	101,09	14,64	96,43	12,62	89,76	6,21	4,65	2,02
V. do Castelo	1083	50,32	1,57	45,83	0,51	40,34	0,00	4,50	1,06
Vila Real	1587	92,56	8,63	94,82	6,14	82,35	1,85	-2,25	2,49
Viseu	1346	43,24	1,11	46,07	0,45	40,64	0,38	-2,83	0,66

Nota: As vagas apresentadas já incluem o reforço de vagas permitido para 2020 e 2021.

A tendência de maior concentração nas grandes áreas – não só dos candidatos, mas sobretudo dos candidatos com maior talento – continuou a verificar-se no CNA de 2021, mantendo a tendência verificada em 2020, aquando do aumento do número de candidatos de excelência no sistema. Os índices calculados – sobretudo o IF – deixam antever que um aumento de vagas nos distritos com maior procura serão preenchidas com uma grande probabilidade.

3.2.2.1- Análise Regional por Subsistema

Sendo o sistema português um sistema binário, importará desagregar os resultados distritais obtidos anteriormente por subsistema, até porque a cobertura territorial das instituições politécnicas é mais abrangente do que a cobertura das universidades. As Tabelas 3 e 4 apresentam os mesmos indicadores por distrito, separadamente para os subsistemas universitário e politécnico, respetivamente.

Da comparação entre as duas Tabelas, pode-se observar que nos distritos onde os dois subsistemas coexistem, os IF não seguem um padrão claro, tendo nalguns distritos o subsistema universitário um índice maior face ao subsistema politécnico, mas acontecendo o resultado contrário nos Açores, Aveiro, Évora, Faro e Vila Real. Nos distritos onde o subsistema universitário não está representado, os índices de força são normalmente mais baixos face ao resto do país.

Tabela 3 - CNA 1ª fase: Vagas, IF e IE no subsistema universitário por distrito/região autónoma, 2019-2021.

Distrito	2021			2020		2019		Diferença 2020-2021	
	Vagas	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (pp)	IE (pp)
Açores	550	96,00	9,64	84,89	7,37	53,71	3,16	11,11	2,26
Aveiro	1772	118,79	29,06	116,02	25,82	80,86	6,46	2,77	3,25
Braga	2921	133,96	39,54	127,40	38,78	97,91	19,33	6,56	0,76
Castelo Branco	1360	87,50	19,85	87,21	18,77	43,51	5,10	0,29	1,08
Coimbra	3431	123,75	34,28	125,70	33,39	65,65	10,43	-1,95	0,88
Évora	1265	88,70	4,66	84,92	2,44	68,33	1,17	3,78	2,22
Faro	925	82,05	3,35	74,18	3,85	62,01	1,10	7,88	-0,49
Lisboa	10575	161,20	52,43	150,35	51,66	101,49	22,65	10,85	0,78
Madeira	745	120,67	14,77	125,03	16,43	116,85	11,34	-4,36	-1,66
Porto	4820	182,26	89,67	182,78	91,92	98,07	37,93	-0,51	-2,25
Setúbal	1120	124,29	29,91	102,76	25,09	53,28	5,94	21,53	4,82
Vila Real	1497	89,78	8,75	90,27	6,19	77,20	1,85	-0,49	2,56

Nota: As vagas apresentadas já incluem o reforço de vagas permitido para 2020 e 2021.

Analisando os IE, os resultados são diferentes. O IE é sempre superior no ensino universitário face ao ensino politécnico. E por isso, apesar de as escolhas em primeira opção estarem melhor distribuídas, as escolhas em primeira opção por parte dos estudantes com nota de candidatura superior a 170 estão relativamente mais concentradas no subsistema universitário.

Em relação às diferenças de 2020 para 2021, verifica-se um reforço dos IF no ensino universitário em dois terços dos distritos (exceto em Coimbra, Madeira, Porto e Vila Real), acontecendo um padrão semelhante no subsistema politécnico. Os maiores aumentos do IF registam-se no

subsistema universitário em Setúbal, Açores e Lisboa; no subsistema politécnico em Aveiro, Faro e Portalegre. A maior diminuição do IF acontece no subsistema politécnico, em Braga e Setúbal. Em relação ao IE, este manteve-se relativamente estável ao longo do sistema, com um grande crescimento no universitário em Setúbal e Aveiro.

Tabela 4 - CNA 1ª fase: Vagas, IF e IE no subsistema politécnico por distrito/região autónoma, 2019-2021.

Distrito/Região Autónoma	2021			2020		2019		Diferença	
	Vagas	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (pp)	IE (pp)
Açores	80	113,75	1,25	142,50	0,00	6,95	0,00	-28,75	1,25
Aveiro	654	123,09	8,72	105,13	3,73	26,48	0,28	17,96	4,98
Beja	536	43,47	0,56	34,86	0,00	27,91	0,00	8,61	0,56
Braga	791	112,77	10,87	123,09	8,03	22,51	0,68	-10,32	2,84
Bragança	2236	19,10	0,13	19,63	0,42	19,14	0,10	-0,53	-0,28
Castelo Branco	1014	49,11	1,78	42,34	0,61	16,61	0,13	6,78	1,17
Coimbra	2613	89,32	3,33	88,87	2,90	33,89	0,37	0,45	0,43
Évora	65	150,77	12,31	154,55	3,03	4,08	0,00	-3,78	9,28
Faro	825	110,30	3,39	96,54	2,72	67,85	0,87	13,76	0,68
Guarda	891	22,00	0,11	17,57	0,20	18,26	0,00	4,43	-0,09
Leiria	2036	81,58	4,08	76,89	2,56	75,20	1,51	4,69	1,51
Lisboa	3302	134,49	6,81	127,11	4,79	26,08	0,43	7,38	2,02
Portalegre	585	40,51	1,37	29,66	0,34	18,73	0,18	10,85	1,03
Porto	3425	143,47	16,35	140,52	12,38	54,36	1,68	2,95	3,97
Santarém	1483	45,45	1,21	44,46	0,27	32,4	0,15	0,99	0,94
Setúbal	1271	80,65	1,18	90,70	1,33	36,48	0,27	-10,06	-0,15
Viana do Castelo	1083	50,32	1,57	45,83	0,51	40,34	0,00	4,50	1,06
Vila Real	90	138,89	6,67	166,67	5,38	5,15	0,00	-27,78	1,29
Viseu	1346	43,24	1,11	46,07	0,45	40,64	0,38	-2,83	0,66

Nota: As vagas apresentadas já incluem o reforço de vagas permitido para 2020 e 2021.

Por último, é no Porto e em Lisboa que se verificam os IF mais elevados do sistema, ao nível universitário. Note-se que os candidatos em primeira opção no Porto são quase o dobro das vagas disponibilizadas no distrito. Do lado do politécnico, alguns dos resultados favoráveis ocorrem nos cursos de natureza politécnica ministrados em universidades (e que têm poucas vagas, e por isso, pouca importância relativa), caso dos cursos de enfermagem lecionados em Escolas Superiores de Saúde integradas nas Universidades dos Açores, Évora e UTAD. No entanto, também em Lisboa, no Porto, em Braga e em Aveiro, o IF é superior a 100%.

3.2.2.2- Análise por Instituição

Desagregando os dados de 2021 por instituição, pode-se analisar como é que os indicadores se distribuem, numa lógica institucional, cuja informação está presente nas Tabelas 5 e 6, para o ensino politécnico e para o ensino universitário, respetivamente. As tendências verificadas em 2020 replicaram-se em 2021. Os valores mais elevados do IF e do IE verificam-se sobretudo em

instituições universitárias localizadas no litoral – nomeadamente, as Universidades de Aveiro, Coimbra, Minho, Lisboa, Nova de Lisboa, Porto, Madeira e do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Contudo, é no IE que se acentua a diferença entre estas instituições e o resto do sistema, destacando-se sobretudo as Universidades do Porto, Nova de Lisboa e de Lisboa.

Tabela 5 - CNA 1ª fase: Vagas, IF e IE no subsistema politécnico por IES, 2019-2021.

Instituição	2021			2020		2019		Diferença 2020-2021	
	Vagas	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (pp)	IE (pp)
IP Beja	536	43,47	0,56	34,18	0,00	27,91	0,00	9,30	0,56
IP Cávado e Ave	709	87,02	4,37	100,98	5,59	97,3	2,50	-13,96	-1,22
IP Bragança	2236	19,10	0,13	19,63	0,42	19,15	0,10	-0,53	-0,28
IP Castelo Branco	837	38,59	1,55	42,34	0,6	37,01	0,32	-3,74	0,94
IP Coimbra	2291	86,51	3,01	84,71	2,96	77,21	0,90	1,81	0,05
IP Guarda	891	22,00	0,11	17,57	0,20	18,26	0,00	4,43	-0,09
IP Leiria	2036	81,58	4,08	76,89	2,56	75,20	1,51	4,69	1,51
IP Lisboa	2409	135,33	6,52	117,58	3,89	109,92	1,93	17,75	2,63
IP Portalegre	585	40,51	1,37	29,66	0,34	18,73	0,18	10,85	1,03
IP Porto	3159	132,32	13,90	128,24	10,92	122,65	3,86	4,08	2,97
IP Santarém	971	57,88	0,82	60,46	0,22	39,47	0,11	-2,58	0,61
IP Setúbal	1271	80,65	1,18	90,70	1,33	68,02	0,50	-10,06	-0,15
IP Viana Castelo	1083	50,32	1,57	41,8	0,45	41,68	0,00	8,48	1,12
IP Viseu	1346	43,24	1,11	46,07	0,45	40,64	0,38	-2,83	0,66
IP Tomar	512	21,88	1,95	18,33	0,36	20,20	0,20	3,55	1,60
E.S.Enf. Coimbra	322	109,32	5,59	119,69	2,50	93,75	0,63	-10,37	3,09
E.S. Enf.Lisboa	287	231,01	16,03	247,22	11,46	134,04	0,70	-16,21	4,57
E.S.Enf. Porto	266	275,94	45,49	301,95	31,52	149,03	3,89	-26,01	13,97
E.S. Náutica D. Henrique	187	61,50	2,67	76,00	4,00	66,47	2,31	-14,50	-1,33
ESHTE	419	96,18	4,06	127,36	6,37	106,30	1,76	-31,18	-2,31

Nota: As vagas apresentadas já incluem o reforço de vagas permitido para 2020 e 2021.

No entanto, o principal resultado das duas tabelas é a comparação direta entre o IF presente nos dois tipos de instituição. Nas universidades, o IF mais baixo (82,1 na U Algarve) indica que estas instituições têm normalmente um número de candidatos em primeira opção próximo das suas vagas, e ultrapassando-o na maior parte das instituições, o que é uma indicação importante de que estas instituições conseguirão preencher as suas vagas com elevada probabilidade caso estas possam aumentar. No entanto, no ensino politécnico existem muitas instituições com um índice inferior a 50%, como é o caso dos IP Beja, IP Bragança, IP Castelo Branco, IP Guarda, IP Portalegre, IP Viseu e IP Tomar. De forma semelhante no IE, nenhuma instituição do ensino politécnico (à exceção da ES Enf Porto) tem um índice superior a 20%, enquanto nas Universidades IF superiores são frequentes, sobretudo nas instituições do litoral.

Em termos de variações em relação ao ano anterior, todas as instituições universitárias tiveram um crescimento do seu IF, à exceção da U Coimbra e da U Madeira, com ligeiras diminuições na

U Porto e na UTAD. Nas instituições politécnicas, o padrão é mais diversificado, registando algumas instituições um crescimento do índice mais acentuado (IP Lisboa, IP Portalegre, IP Viana do Castelo), contrastando com outras instituições com uma queda significativa deste indicador (IP Setúbal, IP Cávado e Ave e Escolas Superiores de Enfermagem).

Tabela 6 - CNA 1ª fase: Vagas, IF e IE no subsistema politécnico por IES, 2019-2021.

Instituição	2021			2020		2019		Diferença	
	Vagas	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (pp)	IE (pp)
U Açores	550	96,00	9,64	92,14	6,45	60,66	3,16	11,11	2,26
U Algarve	925	82,05	3,35	84,71	3,31	71,59	1,02	7,88	-0,49
U Aveiro	1772	118,79	29,06	113,02	19,72	107,33	6,73	2,77	3,25
U Beira Interior	1360	87,50	19,85	87,21	18,77	74,37	8,72	0,29	1,08
U Coimbra	3431	123,75	34,28	125,70	33,39	114,55	18,21	-1,95	0,88
U Évora	1265	88,70	4,66	88,59	2,47	72,42	1,17	3,78	2,22
U Nova Lisboa	2894	173,36	66,52	155,73	71,41	155,80	43,18	17,63	-4,90
U Minho	2921	133,96	39,54	132,38	38,53	125,90	24,15	6,56	0,76
U Porto	4820	182,26	89,67	182,78	91,92	173,70	67,18	-0,51	-2,25
UTAD	1497	89,78	8,75	94,82	6,14	82,35	1,85	-0,49	2,56
U Madeira	745	120,67	14,77	125,03	16,43	116,85	11,34	-4,36	-1,66
U Lisboa	7672	145,79	47,86	138,86	45,20	118,80	26,38	6,93	2,66
ISCTE	1129	198,14	25,07	163,83	22,94	174,30	8,21	34,31	2,12

Nota: As vagas apresentadas já incluem o reforço de vagas permitido para 2020 e 2021.

Esta secção mostra que existem instituições com uma procura muito elevada dos seus cursos, cuja lista se encontra detalhada no anexo 2. Este padrão acentua-se quando se considera os estudantes de excelência. Assim, desde o CNA de 2019, foi oferecida a possibilidade de aumento de vagas no caso dos cursos considerados de excelência, com vista a uma melhor compatibilização da oferta com a procura.

Nesse ano, a possibilidade de aumento de vagas foi permitida a 24 cursos, número que subiu para 40 em 2020 e 45 em 2021. As vagas dos cursos a quem foi permitida esta possibilidade em 2021 perfaziam um total de 4703. No exercício de 2020 para 2021, apesar dos cursos de excelência poderem ter aumentado as vagas em 669, o aumento foi apenas de 354, ou seja, no global, apenas aumentaram 7,9% das vagas, para o máximo de 15% permitido. No ano anterior (2019) o aumento de vagas nestes cursos foi superior, sendo de 13,9%

Em síntese, conclui-se que no exercício mais recente, nem todos os cursos de excelência aumentaram as vagas e nem todos terão usado o limite máximo de 15%. Com vista à maior previsibilidade e estabilidade no concurso, quer para os estudantes, quer para as IES – o que passa, entre outros aspetos, pela estabilidade na oferta de vagas – recomenda-se que estes cursos possam aumentar as vagas em 10%.

3.2.2.3- Análise por Área de Formação

De seguida, procede-se à desagregação dos indicadores calculados de acordo com a área de formação (Tabela 7), definidas de acordo com a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF). As áreas CNAEF desagregam-se de acordo com 3 dígitos, de acordo com a Tabela do anexo 3.

Em termos de grandes áreas, a um dígito, pode-se verificar que as duas áreas com maiores IF são as áreas da Saúde (7) e das Ciências Sociais (3), tendo valores à volta dos 150%, e em crescimento face ao CNA de 2020. Uma outra área em crescimento e com um IF superior a 100% é a das Artes e Humanidades (2). As áreas com IF menor – cerca de 75%, são a Educação (1) e a Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção (5).

O IE sugere um relativo equilíbrio na distribuição do talento entre as diferentes áreas na ordem dos 25%, com exceção da Saúde (7), em que o valor do índice sobe para 51%, e a Educação (1) e os Serviços (8), com IE de 3%. Este IE tem aumentado em todas as áreas, exceto na Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção (5) e nas Ciências Sociais (3), onde houve menos candidatos de excelência.

Tabela 7 - CNA 1ª fase: Vagas, IF e IE por área de formação (CNAEF 1d, 2d e 3d), 2019-2021.

Áreas	2021			2020		2019		Diferença 2020-2021	
	Vagas	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (pp)	IE (pp)
CNAEF – 1d									
1	1317	75,32	3,04	72,12	1,64	62,57	0,59	3,20	1,40
2	6503	117,36	24,79	109,55	21,97	100,48	11,79	7,81	2,81
3	15366	143,72	24,17	134,89	25,16	131,48	14,24	8,83	-0,99
4	5746	93,14	27,17	85,93	22,88	85,57	14,67	7,21	4,28
5	12846	77,09	25,93	85,33	29,81	79,84	17,85	-8,24	-3,88
6	1414	95,90	22,42	83,09	13,66	56,82	4,34	12,81	8,76
7	8142	157,59	51,90	143,36	42,50	102,22	27,27	14,23	9,41
8	3902	95,95	3,13	103,62	2,67	90,67	1,00	-7,67	0,46
9	71	174,65	25,35	133,82	25,00	120,00	6,67	40,82	0,35
CNAEF – 2d									
14	1317	75,32	3,04	72,12	1,64	62,57	0,59	3,20	1,40
21	3705	123,51	24,37	110,12	21,60	105,54	13,25	13,39	2,77
22	2798	109,22	25,34	108,77	22,47	93,28	9,71	0,45	2,86
31	4359	162,86	28,49	146,16	28,35	138,90	15,14	16,70	0,14
32	954	177,36	37,11	153,49	27,32	152,79	16,85	23,87	9,79
34	8103	116,30	14,95	116,60	18,62	114,17	10,86	-0,30	-3,68
38	1950	198,41	46,51	181,13	45,66	176,36	24,89	17,28	0,85
42	2408	123,09	32,27	91,83	18,40	85,48	8,61	31,26	13,87
44	1175	83,57	38,55	84,14	33,81	90,91	26,43	-0,57	4,75
46	705	81,70	37,30	89,96	48,80	107,63	37,80	-8,26	-11,49

Áreas	2021			2020		2019		Diferença 2020-2021	
	Vagas	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (pp)	IE (pp)
48	1458	56,93	4,66	74,14	4,77	68,48	1,55	-17,21	-0,10
52	10363	80,41	27,79	90,39	33,41	86,14	19,87	-9,98	-5,62
54	591	24,87	2,03	29,79	2,44	37,94	0,99	-4,92	-0,41
58	1892	75,21	23,20	74,17	18,22	58,05	11,90	1,04	4,99
62	818	27,38	0,98	38,39	0,63	25,26	0,39	-11,01	0,35
64	596	189,93	51,85	143,78	31,35	102,08	10,00	46,15	20,50
72	6962	168,80	60,36	153,51	49,59	106,57	31,54	15,29	10,77
76	1180	91,44	2,03	84,29	1,25	74,69	0,29	7,15	0,78
81	3107	109,75	3,22	118,63	2,79	100,17	0,93	-8,88	0,43
84	101	105,94	4,95	142,70	6,74	127,59	4,60	-36,76	-1,79
85	644	33,54	2,64	36,16	1,76	41,75	0,88	-2,62	0,88
86	50	22,00	0,00	13,46	0,00	15,00	0,00	8,54	0,00
99	71	174,65	25,35	133,82	25,00	120,00	6,67	40,82	0,35
CNAEF – 3d									
142	452	72,57	2,21	78,46	0,88	79,35	0,25	-5,90	1,33
144	840	75,83	3,21	69,01	2,07	53,75	0,79	6,82	1,14
146	25	108,00	12,00	63,64	0,00	60,00	0,00	44,36	12,00
210	35	34,29	5,71	27,78	2,78	46,67	0,00	6,51	2,94
211	733	115,42	34,11	103,01	29,64	108,31	18,99	12,41	4,46
212	355	88,17	7,89	85,14	8,00	80,80	4,01	3,03	-0,11
213	1606	134,18	24,10	122,46	21,63	120,62	14,57	11,72	2,47
214	915	129,40	24,48	110,00	21,86	95,72	11,89	19,40	2,62
215	61	108,20	19,67	72,41	8,62	77,78	5,56	35,78	11,05
222	1552	123,39	34,47	125,19	29,33	105,15	12,94	-1,80	5,14
223	345	61,16	6,09	59,94	3,69	59,94	1,26	1,22	2,39
225	610	115,41	17,05	110,25	21,85	95,20	7,93	5,16	-4,80
226	197	75,63	19,80	75,14	13,26	63,74	8,19	0,50	6,54
229	94	81,91	10,64	77,08	2,08	74,07	3,70	4,83	8,55
310	31	54,84	0,00	41,94	0,00	68,18	0,00	12,90	0,00
311	876	371,23	51,14	291,74	35,21	236,33	13,79	79,49	15,94
312	1541	105,58	9,09	95,75	6,37	97,22	1,85	9,83	2,71
313	585	172,65	49,23	159,23	49,13	158,27	26,84	13,42	0,10
314	1326	89,97	27,60	99,50	36,96	105,42	24,08	-9,53	-9,36
320	40	142,50	2,50	134,15	0,00	130,00	0,00	8,35	2,50
321	811	195,68	43,53	167,24	32,15	165,01	19,58	28,45	11,38
322	103	46,60	0,00	52,43	0,00	58,89	1,11	-5,83	0,00
340	100	91,00	0,00	91,23	2,63	90,63	0,00	-0,23	-2,63

Áreas	2021			2020		2019		Diferença 2020-2021	
	Vagas	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (pp)	IE (pp)
342	1154	153,90	8,49	143,59	6,25	136,29	1,89	10,31	2,24
343	325	82,46	4,62	93,09	5,41	102,87	2,51	-10,63	-0,79
344	1345	67,06	2,60	69,71	1,41	65,70	0,82	-2,65	1,19
345	4723	126,91	21,96	127,85	29,52	122,18	16,02	-0,94	-7,57
346	239	61,09	2,93	73,47	5,31	71,30	2,31	-12,38	-2,38
347	137	83,94	1,46	109,56	2,94	210,29	52,57	-25,62	-1,48
349	80	165,00	21,25	151,11	8,89	184,81	5,06	13,89	12,36
380	1950	198,41	46,51	181,13	45,66	176,36	24,89	17,28	0,85
420	74	90,54	1,35	41,46	4,88	85,14	0,00	49,08	-3,53
421	2232	127,82	34,72	96,23	19,64	88,16	9,33	31,60	15,08
422	102	43,14	0,98	35,19	1,85	30,39	0,00	7,95	-0,87
441	567	116,75	76,72	119,13	83,61	144,49	73,57	-2,37	-6,89
442	230	36,09	4,78	51,43	4,90	69,63	4,21	-15,34	-0,12
443	378	62,70	1,85	67,88	4,36	60,06	0,47	-5,18	-2,51
460	25	20,00	8,00	Não Existia no Sistema					
461	619	89,18	42,16	96,31	55,13	110,41	41,08	-7,14	-12,96
462	61	31,15	0,00	53,45	1,72	78,85	3,85	-22,30	-1,72
480	121	42,98	1,65	123,33	0,00	98,18	1,82	-80,36	1,65
481	1337	58,19	4,94	72,96	4,88	65,36	1,53	-14,77	0,06
520	114	40,35	1,75	30,59	0,00	20,25	0,00	9,76	1,75
521	1467	81,25	30,06	86,15	33,70	84,03	19,78	-4,89	-3,64
522	1406	42,03	11,52	20,00	0,36	19,05	0,00	22,03	11,16
523	4421	79,91	16,76	96,30	26,14	86,86	13,34	-16,38	-9,38
524	1687	84,53	37,88	81,69	41,86	86,58	26,38	2,84	-3,98
525	377	158,89	99,73	142,41	96,56	144,85	73,42	16,48	3,17
529	891	106,17	58,25	108,30	63,32	119,38	48,06	-2,13	-5,07
541	313	15,65	0,32	19,87	0,32	16,49	0,00	-4,22	0,00
542	25	20,00	4,00	45,16	3,23	40,00	0,00	-25,16	0,77
543	181	45,86	4,97	47,44	7,69	87,69	3,85	-1,58	-2,72
544	72	13,89	1,39	28,00	0,00	33,33	0,00	-14,11	1,39
581	886	130,93	47,29	120,48	35,62	86,97	22,51	10,45	11,67
582	1006	26,14	1,99	31,10	2,03	28,79	1,16	-4,96	-0,04
621	751	28,23	0,80	39,14	0,54	25,67	0,43	-10,91	0,26
623	67	17,91	2,99	28,57	1,79	20,00	0,00	-10,66	1,20
640	596	189,93	51,85	143,78	31,35	102,08	10,00	46,15	20,50
721	1529	214,52	201,24	200,00	186,34	146,54	126,90	14,52	14,90
723	2115	171,21	14,42	170,18	8,01	96,08	1,10	1,03	6,41

Áreas	2021			2020		2019		Diferença 2020-2021	
	Vagas	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (pp)	IE (pp)
724	290	218,28	115,17	149,82	65,93	127,31	29,62	68,46	49,24
725	864	125,81	11,34	95,77	5,64	68,91	1,12	30,04	5,70
726	1052	188,97	18,06	179,25	12,51	116,37	4,09	9,73	5,55
727	1087	103,04	18,03	87,24	8,01	86,03	2,45	15,79	10,02
729	25	92,00	8,00	32,08	1,89	32,50	0,00	59,92	6,11
762	1180	91,44	2,03	84,29	1,25	74,69	0,29	7,15	0,78
811	465	60,86	1,94	78,03	2,93	72,61	0,65	-17,17	-0,99
812	1163	68,62	2,49	87,86	2,21	89,89	1,17	-19,24	0,28
813	1479	157,47	4,19	157,77	3,23	118,03	0,82	-0,30	0,96
840	101	105,94	4,95	142,70	6,74	127,59	4,60	-36,76	-1,79
851	506	31,82	3,36	37,04	2,22	41,43	1,11	-5,22	1,14
852	25	20,00	0,00	44,00	0,00	24,00	0,00	-24,00	0,00
853	113	44,25	0,00	30,51	0,00	47,92	0,00	13,74	0,00
861	25	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00
862	25	44,00	0,00	28,00	0,00	25,00	0,00	16,00	0,00
999	71	174,65	25,35	133,82	25,00	120,00	6,67	40,82	0,35

Nota: As vagas apresentadas já incluem o reforço de vagas permitido para 2020 e 2021.

Ao nível dos 3 dígitos, a área da Psicologia (311) surge destacada como tendo um IF de 371,2%, mas ao nível do indicador de excelência é a Medicina (721), que apresenta um IE de 201,2%. Apresenta-se na Tabela 7 o cálculo dos indicadores para todas as áreas CNAEF a 2 e a 3 dígitos.

Esta análise permite concluir sobre a formação de professores. Do lado da procura dos cursos de formação de professores, os sinais dados pelos candidatos ao Ensino Superior não são positivos. Recorrendo à área CNAEF de educação, apenas 75,3% das vagas nesta área seriam preenchidas pelas escolhas dos estudantes na sua primeira opção, na 1ª fase do CNA.

No entanto, esta proporção tem tido uma evolução favorável desde 2019 (62,6% em 2019, 72,1% em 2020) estando, todavia, muito afastada desta mesma proporção noutras áreas mais procuradas pelos candidatos (157,6% na área da saúde; 143,7% nas Ciências Sociais em 2021).

Sabendo que a formação de professores não se esgota na área CNAEF de 1-dígito associada à educação – sendo até uma questão mais dependente da frequência de cursos de 2º ciclo associados às áreas respetivas da formação de professores – estes indicadores demonstram que existe pouca procura por cursos associados a carreiras no ensino básico e secundário.

3.3- Transição Digital e Climática

A análise da evolução das áreas associadas à transição digital e climática é essencial face aos desafios do país, no entanto, a escolha sobre que áreas farão parte desta temática reveste-se de carácter subjetivo, pelo que se optou por considerar as mesmas áreas utilizadas no relatório do

ano anterior, com vista à consistência da análise ao longo dos anos. Assim, as áreas consideradas como tendo uma maior ligação à transição digital são as áreas presentes na Tabela 8.

Tabela 8 – CNA 1ª fase: Vagas, candidatos, IF e IE por área de formação digital, 2019-2021.

Área CNAEF	2021					2020		Diferença 2020-2021	
	Vagas	Candidatos	Candidatos > 170	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (p.p)	IE (p.p)
146 – Formação Professores e Formadores Áreas Tecnológicas	25	27	3	108,00	12,00	63,64	0,00	44,36	12,00
213 – Audiovisuais e Produção dos Media	1606	2155	387	134,18	24,10	122,46	21,63	11,72	2,47
480 - Informática	121	52	2	42,98	1,65	123,33	0,00	-80,36	1,65
481 – Ciências Informáticas	1337	778	66	58,19	4,94	72,96	4,88	-14,77	0,06
522 – Eletricidade e Energia	1406	591	162	42,03	11,52	20,00	0,36	22,03	11,16
523 – Eletrónica e Automação	4421	3533	741	79,91	16,76	96,30	26,14	-16,38	-9,38
Total	8916	7136	1361	80,03	15,26	92,89	20,62	-12,86	-5,36

Nota: As vagas apresentadas já incluem o reforço de vagas permitido para 2020 e 2021.

Nestas áreas, mais de metade das vagas estão destinadas à área da Eletrónica e Automação. Pode-se verificar que, de forma agregada, estas áreas têm IF de 80,0% e um IE de 15,3%, indicando que estas áreas, em termos de procura, estão abaixo do valor médio verificado no sistema para estes dois índices (115,8 e 23,3%, respetivamente).

Das áreas apresentadas com um número de vagas significativo, é a área dos Audiovisuais e Produção dos Media com uma maior proporção relativa de candidatos em primeira opção. No outro espectro, há menos candidatos em primeira opção nas áreas das Ciências Informáticas e da Eletricidade e Energia.

A evolução dos indicadores expressos na Tabela 8 face a 2020 não é favorável para estas áreas. O IF caiu 12,9 pontos percentuais, enquanto o IE caiu 5,4 p.p. Pode-se concluir que a procura nestes cursos diminuiu no último ano. Esta diminuição não foi uniforme entre áreas, tendo havido um crescimento nos Audiovisuais e Produção dos Media e na Eletricidade e Energia. Regista-se, no entanto, uma queda de procura nas áreas das Ciências Informáticas e da Eletrónica e Automação.

A Tabela 9 apresenta as áreas associadas à formação ambiental, sendo usada a classificação do ano anterior. Em relação aos indicadores agregados para o conjunto destas áreas, pode-se verificar uma queda do IF de 57,1 para 54,6% e do IE de 17,2 para 16,9%, mantendo-se este último praticamente inalterado.

Tabela 9 - CNA 1ª fase: Vagas, candidatos, IF e IE por área de formação ambiental, 2019-2021.

Área CNAEF	2021					2020		Diferença 2020-2021	
	Vagas	Candidatos	Candidatos > 170	IF (%)	IE (%)	IF (%)	IE (%)	IF (pp)	IE (pp)
422 – Ciências do Ambiente	102	44	1	43,14	0,98	35,19	1,85	7,95	-0,87
443 – Ciências da Terra	378	237	7	62,70	1,85	67,88	4,36	-5,18	-2,51
522 – Eletricidade e Energia	1406	591	162	42,03	11,52	20,00	0,36	22,03	11,16
524 – Tecnologia dos Processos Químicos	1687	1426	639	84,53	37,88	81,69	41,86	2,84	-3,98
621 – Produção Agrícola e Animal	751	212	6	28,23	0,80	39,14	0,54	-10,91	0,26
623 – Silvicultura e Caça	67	12	2	17,91	2,99	28,57	1,79	-10,66	1,20
851 – Tecnologia de Proteção do Ambiente	506	161	17	31,82	3,36	37,04	2,22	-5,22	1,14
852 – Ambientes Naturais e Vida Selvagem	25	5	0	20,00	0,00	44,00	0,00	-24,00	0,00
Total	4922	2688	834	54,61	16,94	57,06	17,17	-2,45	-0,23

Nota: As vagas apresentadas já incluem o reforço de vagas permitido para 2020 e 2021.

Contudo, o mais importante a realçar são os valores baixos para estes índices, mostrando que estes cursos não são a primeira opção dos candidatos ao Ensino Superior pelo CNA, pelo que não há necessidade de qualquer adição de vagas, feita de forma genérica, a estes cursos.

A Eletricidade e Energia e a Tecnologia dos Processos Químicos são as áreas mais relevantes dentro das selecionadas para a formação ambiental, sendo as únicas com mais de 1000 vagas no sistema. Ambas as áreas, contudo, estão em crescimento de procura face a 2020, tendo a área da Eletricidade e Energia um crescimento grande, mais que duplicando o seu IF. Por outro lado, às áreas da Produção Agrícola e Animal e da Tecnologia de Proteção do Ambiente tiveram quedas no seu IF.

3.4- Novos Cursos em 2022

Os avanços tecnológicos, as mudanças climáticas, a digitalização da economia e, mais recentemente, a pandemia da COVID-19 estão a transformar os mercados de trabalho. Os estudantes e os trabalhadores de hoje devem adaptar-se adquirindo novas competências ao longo da vida. Estes desafios exigem também resposta pelas IES, antecipando formações em áreas emergentes, repensar a comunicação com os estudantes e os empregadores sobre as ofertas de pós-graduação, mudanças estas que têm vindo a ser debatidas em diversos relatórios e fóruns de discussão (World Economic Forum, 2020; OCDE, 2022).

Os programas destinados ao Ensino Superior visando o aumento das qualificações ao abrigo do PRR, preveem financiamento para a criação de novos cursos em áreas consideradas prioritárias

para o país. Neste contexto, algumas IES propuseram novas ofertas de cursos, o que tem justificado alguma preocupação, sendo vital antecipar se estes cursos vão ser procurados pelos candidatos ao Ensino Superior – visto que a sua criação poderá levar a mais diplomados nas ditas áreas prioritárias –, mas também se a sua criação pode ter influência sobre a ambicionada estabilidade e previsibilidade.

Trata-se de um assunto que importa acompanhar e monitorizar, para saber se a criação de novos cursos e o correspondente aumento de vagas se irá traduzir em alterações abruptas no fluxo de estudantes e se vai interferir no equilíbrio da rede instalada.

À data da elaboração do presente relatório, alguns dos cursos submetidos no programa “Impulso Jovens STEAM” do PRR ainda estão em apreciação pela A3ES, pelo que este relatório apenas pode versar sobre os cursos já aprovados e que serão oferecidos no CNA deste ano, antecipando alguns efeitos da sua criação no equilíbrio do sistema. A listagem de todos os contratos aprovados foi publicada em janeiro (DGES, 2022b; 2022c).

Da análise da Tabela 10, e segundo a informação fornecida pela A3ES à DGES, verifica-se que foi fixado o limite máximo de 1426 novas vagas fruto da criação de 40 cursos, 910 das quais referentes aos 20 cursos do “Impulso Jovens STEAM” do PRR. No entanto, com a informação disponibilizada pela DGES relativa ao CNA de 2022, os 40 cursos oferecem 953 novas vagas, 646 vagas das quais dos cursos do PRR. Isto significa que os novos cursos se traduzem no crescimento de 1,7% das vagas no sistema público, sendo que os 20 cursos PRR correspondem apenas a 1,2% dessas mesmas vagas.²

As novas propostas de cursos da Tabela 10 podem, eventualmente, resultar na reafecção de vagas da instituição, uma situação cujo impacto nos valores finais exige uma análise mais fina.

Uma primeira nota em relação ao efeito destes cursos PRR no CNA é que este aumento máximo de 1,7% das vagas é um aumento substancialmente menor do que o aumento provocado em 2020 e 2021 pela possibilidade de reforço das vagas não preenchidas nos concursos especiais, que, tal como exposto anteriormente no relatório, foi de 9,2% e 5,9% em 2020 e 2021, respetivamente.

O padrão institucional das vagas que foram criadas ao abrigo do PRR é diferente das vagas que não estão ao abrigo deste programa. Pode-se observar que a maior parte dos cursos ao abrigo do programa “Impulso Jovens STEAM” são oferecidos por instituições com um IF superior a 1, o que significa que têm mais candidatos em 1ª opção do que o número de vagas que fornecem como um todo.

Este é um indicador que permite antecipar que estes cursos terão procura suficiente para operar e, muito provavelmente, ver todas as suas vagas preenchidas. Por outro lado, com exceção da U Lisboa, os novos cursos criados fora do abrigo do programa “Impulso Jovens STEAM” são oferecidos em instituições com um IF inferior a 1.

² Na tabela 10 existem também cinco cursos adicionais, os quais resultam da reestruturação de cursos já existentes, pelo que neste relatório não contabilizamos estas vagas como sendo novas vagas no sistema.

Tabela 10 – Criação de novos cursos no CNA 2022.

IES	Designação do Ciclo de estudos	CNAEF 3 d	Limite máx admiss	Ao abrigo PRR	IF IES	IF CNAEF 3d	Vagas 2022
IP Cávado Ave	Design Audiovisual	213	35	Sim	87,0%	134,2%	25
IP Cávado Ave	Gestão Hoteleira	811	40	Sim	87,0%	60,9%	30
IP Lisboa	Engenharia Física Aplicada	520	40	Sim		40,4%	40
IP Porto	Tecnologias para Educação STEAM	146	25	Sim	132,3%	108,0%	25
ISCTE - IUL	Tecnologias Digitais e Segurança	480	25	Sim	198,1%	43,0%	23
ISCTE - IUL	Desenvolvimento de Software e Aplicações	480	25	Sim	198,1%	43,0%	23
ISCTE - IUL	Tecnologias Digitais Educativas	142	25	Sim	198,1%	72,6%	21
ISCTE - IUL	Tecnologias Digitais e Inteligência Artificial	480	25	Sim	198,1%	43,0%	21
ISCTE - IUL	Matemática Aplicada à Transformação Digital	460	25	Sim	198,1%	20,0%	21
ISCTE - IUL	Política, Economia e Sociedade	310	25	Sim	198,1%	54,8%	21
ISCTE - IUL	Robótica e Sistemas Inteligentes	523	25	Sim	198,1%	79,9%	
ISCTE - IUL	Tecnologias Digitais e Gestão	340	25	Sim	198,1%	91,0%	21
ISCTE - IUL	Tecnologias Digitais e Saúde	340	25	Sim	198,1%	91,0%	21
U Aveiro	Engenharia Automação Industrial	523	45	Sim	120%	79,9%	40
UB Interior	Tecnologia e Produto de Moda Sustentável	542	20	Sim	87,5%	20,0%	20
U Coimbra	Gestão de Cidades Sustentáveis e Inteligentes	520	50	Sim	123,8%	40,4%	47
U Évora	Ciências Biomédicas e da Saúde	729	40	Sim	91,7%	92,0%	20
U Minho	Engenharia Aeroespacial	525	45	Sim	139,5%	158,9%	30
U Minho	Ciência de Dados	481	50	Sim	139,5%	58,2%	30
U Porto	Desenho	211	25	Sim	182,3%	115,4%	25
U Porto	Literatura e Estudos Interartes	223	50	Sim	182,3%	61,2%	42
U Porto	Matemática Aplicada	461	100	Sim	182,3%	89,2%	40
U Nova Lisboa	Tecnologia Agroindustrial	541	40	Sim	173,4%	15,7%	0
UTAD	Design Sustentável	214	60	Sim	173,4%	129,4%	40
UTAD	Engenharia Física	441	20	Sim	173,4%	116,8%	20
ESNI D. Henrique	Engenharia Informática e de Computadores	523	30		61,5%	79,9%	30
IP Guarda	Gestão do Turismo e da Hospitalidade	812	40		22,0%	68,6%	40
IP Guarda	Inteligência Artificial e Ciência de Dados	481	35		22,0%	58,2%	35
IP Bragança	Fisioterapia	726	25		19,1%	189,0%	25
IP Santarém	Biologia e Biotecnologia Alimentar	421	25		57,9%	127,8%	20
IP Tomar	Engenharia Civil	581	30		21,9%	130,9%	20
IP Tomar	Computação e Logística	481	30		21,9%	58,2%	20
IP VCastelo	Artes Digitais e Cinema	213	25		50,3%	134,2%	0
IP VCastelo	Gastronomia e Artes Culinárias	812	28		50,3%	68,6%	0
IP Viseu	Gestão Comercial	345	43		43,2%	126,9%	36
U Algarve	Engenharia de Sistemas e Tecnologias Informáticas	481	50		95,4%	58,2%	21

IES	Designação do Ciclo de estudos	CNAEF 3 d	Limite máx admiss	Ao abrigo PRR	IF IES	IF CNAEF 3d	Vagas 2022
UB Interior	Filosofia	226	30		87,5%	75,6%	20
U Évora	Matemática	461	40		91,7%	89,2%	10
U Évora	Física e Química	441	40		91,7%	116,8%	20
U Évora	Biologia e Geologia	421	45		91,7%	127,8%	10
Cursos que substituíram outros							
U Lisboa	Estudos Gerais	999	17		145,8%	174,6%	
U Lisboa	Geologia	443	120		145,8%	62,7%	
U Aveiro	Química	442	45		120%	36,1%	
IP Leiria	Biologia Marinha	421	60		81,6%	127,8%	
IP Leiria	Engenharia Eletrotécnica e de Computadores	522	20		81,6%	42,0%	

Do lado das áreas CNAEF a 3 dígitos, a análise levanta outras questões. Dos 20 novos cursos criados para o programa “Impulso Jovens STEAM”, apenas quatro estão classificados em áreas CNAEF onde a procura em primeira opção ultrapassa o número de vagas presentes, o que permite avançar que estes cursos não estão potencialmente a ser criados em áreas CNAEF com elevada procura de estudantes. Em contrapartida, as áreas CNAEF dos cursos fora do programa “Impulso Jovens STEAM” estão mais alinhadas com a procura, sendo o IF da área CNAEF do curso novo superior a 1 em sensivelmente metade dos cursos novos. No entanto, ressalva-se que uma análise feita pela CNAEF 3-dígitos pode não representar uma aproximação perfeita à procura por um determinado curso, uma vez que a mesma área pode ter cursos relativamente distintos entre si e com comportamentos diversos relativamente à sua procura por parte dos estudantes.

Recomenda-se uma análise mais aprofundada para poder antecipar os efeitos da criação dos novos cursos ao abrigo do PRR no eventual desequilíbrio regional do sistema, as quais podem ser agravadas pelo impacto adverso do declínio demográfico referido pelo Tribunal de Contas (2021), bem como por uma possível diminuição de candidatos em relação ao ano transato no qual um número significativo de candidatos voltou novamente a submeter a candidatura ao Ensino Superior.

Contudo, se houver um regresso à situação anterior ao COVID, onde às instituições não é permitido realocar vagas de outros concursos para o CNA, o aumento de vagas em instituições com maior índice de força proveniente do PRR resultará, ainda assim, numa diminuição do número de vagas no sistema face a 2021.

Em síntese e segundo os dados conhecidos até ao momento sobre as vagas do programa “Impulso Jovens STEAM”, globalmente, acarretam um aumento do número de vagas no sistema de 1,7% no máximo. Por outro lado, importa avaliar os comportamentos dos candidatos ao Ensino Superior e de que forma as vagas PRR possam significar um desequilíbrio significativo da distribuição dos estudantes do ponto de vista regional ou institucional no CNA, caso seja mantida a situação excecional oferecida em 2020 e 2021.



concursos

concursos especiais

4- Concursos Especiais

4.1- Acesso dos Diplomados de Vias Profissionalizantes

Os diplomados dos cursos profissionais, artísticos especializados, de aprendizagem, das Escolas de Turismo do Ministério da Economia e outros equivalentes, passaram a ter acesso ao Ensino Superior a partir de 2020 através de um concurso especial de acesso, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2020, de 2 de abril.

O contrato de legislatura estabelecido entre o Governo e as IES públicas para o período de 2019-2023, orientado para estimular a convergência de Portugal com a Europa até 2030 prevê o compromisso de aumentar o número de jovens inscritos e alargar a base social de participação no Ensino Superior. É objetivo, inserto no mencionado contrato de legislatura garantir que até ao final da legislatura, entretanto interrompida, cerca de 40% dos estudantes do ensino profissional prossigam estudos no Ensino Superior. Este objetivo significa cerca de 10.000 inscritos até 2023, o que exige mais do que duplicar o número de inscritos em 2017/2018, que era apenas cerca de 4500 estudantes.

O lançamento deste concurso especial decorreu num ano fortemente marcado pela pandemia da COVID-19, condicionando em parte a comunicação e promoção junto das Escolas e dos potenciais interessados. De igual modo, o concurso seguinte também esteve associado com restrições e alterações na organização das escolas, nos modelos de aprendizagem e na própria organização dos exames nacionais de acesso.

É, contudo, essencial efetuar uma análise da experiência dos dois primeiros anos deste concurso especial para titulares de cursos de dupla certificação e avaliar o seu potencial impacto no acesso ao Ensino Superior em Portugal, não obstante as condições de implementação terem decorrido num cenário de restrições decorrentes da pandemia.

4.1.1- Transição para o Ensino Superior

Esta oferta formativa traduz-se em modalidades de educação e formação que partilham a dupla certificação como característica comum, ou seja, os estudantes concluem estes cursos com uma qualificação escolar ao nível do ensino secundário e, em simultâneo, possuem uma qualificação profissional numa determinada área de trabalho. Deste modo, possibilita a inserção no mercado de trabalho e o prosseguimento de estudos para o Ensino Superior.

A diversidade de oferta que existe na dupla certificação é uma das suas características, mas são formações diferentes entre si nas suas matrizes curriculares. O ensino artístico especializado e os cursos científico-tecnológicos, ou com planos próprios, são, deste ponto de vista, mais próximos dos cursos científico-humanísticos. Os cursos profissionais e, particularmente, os cursos de aprendizagem com matrizes curriculares distintas, refletem a lógica da dupla certificação e da valorização da componente profissional e de ligação ao mercado de trabalho.

Nos últimos anos o Ministério da Educação tem apostado no aumento de estudantes em cursos de dupla certificação, acompanhado de um reforço da orientação vocacional em contexto de

proximidade aos empregadores com o objetivo de fomentar a empregabilidade. Indubitavelmente, o ensino profissional tem assumido um papel essencial no aumento da taxa real de escolarização no secundário, passando de 59,8% em 2005 (ano em que se dá a expansão do ensino profissional na rede de escolas públicas) para 81,5% em 2019³.

Em 2020/2021 estavam inscritos 133 194 estudantes em ofertas de dupla certificação (Tabela 11), assumindo os cursos profissionais maior relevância, cerca 82% do total de matriculados em modalidades de dupla certificação (109 594 estudantes matriculados).

Tabela 11 - Ensino Secundário: Estudantes matriculados em cursos de dupla certificação em educação e formação orientadas para jovens, por orientação do currículo, no Continente (2018/2019, 2019/2020, 2020/2021).

Orientação do currículo	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Tecnológico	3 570	3 457	3 401
Artístico especializado (regime integrado)	2 449	2 740	2 662
Profissional	110 184	110 549	109 594
Aprendizagem	19 542	19 456	17 516
CEF	14	28	21
Total Matriculados Dupla Certificação	135 759	136 230	133 194

Nota: não inclui as ilhas

Em 2020/21 foram diplomados 35204 em cursos da dupla certificação, sendo cerca de 28 604 oriundos de cursos profissionais (Tabela 12).

Tabela 12 - Ensino Secundário: Estudantes que concluíram, por oferta de educação e formação (2018/19, 2019/20).

Tipologia de Curso	2018/2019	2019/2020
Cursos científico-humanísticos	49 781	56 101
Cursos tecnológicos	1 164	1 095
Cursos artísticos especializados ⁴	730	785
Artes visuais e audiovisuais (12º ano)	625	674
Dança (12º ano)	5	13
Música (12º ano)	100	98
Cursos profissionais	27 030	28 604
Cursos de aprendizagem	1 345	4 431
Cursos de educação e formação - Tipos 5 e 6	289	289
Total Diplomados da Dupla Certificação	30 558	35204
Total Geral	80 339	91305

Nota: inclui as ilhas

² Regime integrado; Fonte: DGEEC, 2021, 2022.

Quanto à idade, o relatório do acesso ao Ensino Superior de 2021 menciona que a média etária dos estudantes inscritos em algumas ofertas é mais elevada do que nos cursos científico-humanísticos. Contudo, a idade média é próxima dos cursos científico-tecnológicos e dos cursos artísticos especializados e, cada vez, mais baixa nos cursos profissionais (17,2 anos em 2018/2019)². Por sua vez, as idades mais elevadas registam-se nos cursos de aprendizagem e nos cursos de educação e formação (CEF), que ainda mostram um forte pendor de segunda oportunidade para os jovens.

A transição dos diplomados dos cursos de dupla certificação para o Ensino Superior tem sido globalmente reduzida, embora se registem diferenças entre ofertas. A transição dos diplomados dos cursos tecnológicos e dos cursos artísticos especializados (regime integrado) para o Ensino Superior é na ordem dos 60%, uma situação próxima da transição que os diplomados dos cursos científico-humanísticos, enquanto nos cursos profissionais a transição é globalmente na ordem dos 18%. Por sua vez, os cursos das artes do espetáculo registam maiores taxas de prosseguimento de estudos e, na sua larga maioria, para cursos de grau superior.

A transição para o Ensino Superior efetua-se preponderantemente pelo ingresso em CTESP, embora se registem diferenças geográficas assinaláveis. As taxas de transição mais elevadas observam-se nos territórios onde existem Institutos Politécnicos e a oferta de CTESP assume um papel relevante na diversificação da oferta formativa no Ensino Superior. Em contraste, nas áreas onde se diplomam mais jovens por ano em cursos profissionais, casos do Porto, Lisboa, Braga e Aveiro, a proporção de jovens a prosseguir para o Ensino Superior é menor (DGEEC, 2019).

Em síntese, cerca de 80% de jovens dos cursos científico-humanísticos ingressaram no Ensino Superior em 2018/2019, enquanto apenas 18,4% dos que concluíram o secundário através de cursos profissionais ingressaram no Ensino Superior.

4.1.2- Funcionamento do Concurso Especial

O ingresso no Ensino Superior dos titulares de cursos de dupla certificação do ensino secundário e cursos artísticos especializados efetua-se através de um concurso, que à semelhança dos restantes concursos especiais exige regular a candidatura ao Ensino Superior público e privado de estudantes com condições habilitacionais específicas (DGEEC, 2021). Tem como principais destinatários os titulares de ofertas educativas e formativas de dupla certificação de nível secundário, conferentes do nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações, nos termos do Decreto-Lei nº 11/2020, de 2 de abril.

O concurso tem carácter voluntário e destina-se a IES públicas e privadas, universitárias e politécnicas, que dispõem de uma nova via de ingresso, adequada às situações habilitacionais específicas dos diplomados das ofertas educativas e formativas abrangidas pela referida legislação. No entanto, foi mantida a possibilidade dos estudantes das vias profissionalizantes do nível secundário se candidatarem através do CNA a todos os cursos.

Os critérios de seriação de cada concurso especial são fixados pelo órgão estatutariamente competente da instituição, podendo fixar prioridades na ocupação de vagas a candidatos com deficiência, emigrantes e familiares e candidatos oriundos da área de influência regional da instituição. Algumas instituições optaram por se organizar em consórcios, tendo sido constituídos

três consórcios: Norte, Centro e Sul e Ilhas. Os consórcios foram criados com o objetivo de uma estratégia conjunta por NUT II no domínio da realização das provas e organização dos concursos especiais de ingresso. Nos últimos dois anos apenas três instituições promoveram o concurso especial de forma individual, designadamente a U Porto, o ISCTE e o IP de Lisboa.

O consórcio do Norte integra os IP Bragança, IP Porto, IP Cávado e Ave, IP Viana do Castelo e a UTAD; o do Centro integra os IP Leiria, IP Castelo Branco, IP Coimbra, IP Tomar e IP Guarda; o consórcio “Rede Sul e Ilhas” integra os IP Setúbal, IP Santarém, IP Portalegre, IP Beja e as U Évora, U Algarve, U Madeira e U Açores.

As instituições dos consórcios articularam entre si o regulamento, emolumentos, calendarização das provas, tabela de associação que permite aos candidatos, a partir da formação de origem, conhecer os cursos e respetivas instituições a que se podem candidatar. De igual modo, definiram de forma conjunta a estrutura das provas, dos enunciados e dos critérios de correção. O modelo de governação dos consórcios é idêntico, incluindo uma comissão diretiva, uma comissão organizadora das provas de avaliação e ainda uma comissão de preparação e correção das provas de avaliação. Todavia, registam-se diferenças entre os consórcios ao nível da organização das provas, as quais foram objeto de descrição mais detalhada no relatório sobre o acesso ao Ensino Superior do ano transato.

4.1.3- Indicadores de Suporte

4.1.3.1- Oferta de Vagas

Quanto às vagas do concurso especial para titulares de dupla certificação, as instituições que apostaram neste concurso especial de acesso ao Ensino Superior proporcionaram 2524 vagas (Tabela 13), o que representa um ligeiro decréscimo em relação ao número de vagas oferecido no ano anterior (2615).

Tabela 13 - Concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação: Vagas e matriculados, 2021/2022.

Vagas iniciais	2524
Matriculados na 1ª fase	773
Vagas sobrantes	1751
Vagas a concurso na 2ª fase	1071
Matriculados na 2ª fase	41
Total de vagas sobrantes	1711

Fonte: DGES, 2022.

No final da 2ª fase deste concurso especial de acesso, o número de vagas sobrantes representa 67,8%, o que mostra que as IES têm capacidade para atrair mais estudantes nesta via de acesso. Por outro lado, verifica-se que o número de estudantes matriculados na 2ª fase é muito inferior em relação à primeira fase. A maioria dos estudantes se matricularam em cursos que constituíam a primeira opção de candidatura (77%), enquanto a segunda opção apenas 16% dos candidatos (Tabela 14).

Tabela 14 - Concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação: Matriculados por opção de candidatura, 2021/2022.

1ª Opção de candidatura	622	77%
2ª Opção de candidatura	133	16%
3ª Opção de candidatura	58	7%
Total	813	100%

A Tabela 15 mostra o universo de instituições de Ensino Superior que aderiram ao concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação no segundo ano de implementação, bem como das respetivas vagas e de estudantes matriculados.

Tabela 15 - Concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação: Vagas e matriculados por instituição de Ensino Superior, 2021/2022.

Instituição de Ensino Superior	Vagas (Nº)	Matriculados (Nº)	Vagas ocupadas (%)
U Açores	63	8	13%
U Algarve	121	22	18%
U Évora	70	20	29%
U Porto	7	1	14%
UTAD	85	21	25%
U Madeira	41	19	46%
ISCTE	91	20	22%
IP Beja	78	19	24%
IP Cávado e do Ave	76	31	41%
IP Bragança	323	46	14%
IP Castelo Branco	114	35	31%
IP Coimbra	158	64	41%
IP Guarda	115	18	16%
IP Leiria	125	70	56%
IP Lisboa	34	18	53%
IP Portalegre	85	21	25%
IP Porto	318	157	49%
IP Santarém	91	40	44%
IP Setúbal	116	54	47%
IP Viana do Castelo	105	50	48%
IP Viseu	178	53	30%
IP Tomar	80	14	18%
E. S. Náutica Infante D. Henrique	14	3	21%
ESHTE	36	9	25%
Total	2524	813	32%

Fonte: DGES, 2022.

No total, 24 instituições ofereceram vagas neste concurso, sendo as três instituições com maior número de vagas fixadas os Institutos Politécnicos de Bragança (323), do Porto (318) e de Viseu (178). Por sua vez, a Universidade do Algarve foi a instituição universitária com maior oferta de vagas (121) seguida do ISCTE (91).

Quanto à taxa de ocupação de vagas, as IES com maior taxa de ocupação foram os Institutos Politécnicos de Leiria (56%) e de Lisboa (53%). Por sua vez, a taxa de ocupação nas Universidades é inferior, designadamente: Açores (13%), Porto (14%), Algarve (18%) e ISCTE (22%).

Em termos globais, a taxa de ocupação de vagas foi de 23%, o que confirma que as instituições universitárias e politécnicas têm potencialidades para atrair mais estudantes, o que exige uma maior aposta neste concurso especial.

A análise das vagas por área de Educação e Formação (Tabela 16), permite concluir que as áreas que apresentam uma mais elevada oferta de vagas, a exemplo do ano anterior, foram as áreas de Gestão e Administração (263) e de Eletrónica e Automação (246).

Por sua vez, algumas áreas ultrapassaram a centena de vagas, designadamente as áreas de Audiovisuais e Produção dos Media (110), Turismo e Lazer (112) Contabilidade e Fiscalidade (109), Trabalho Social e Orientação (108), as quais têm uma forte expressão na oferta de diplomados do ensino secundário de dupla certificação.

Tabela 16 - Concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação: Vagas e matriculados por área de educação e formação - CNAEF a 3 dígitos, 2021/2022.

Áreas de Educação e formação do Curso Superior de matrícula	Vagas (Nº)	Matriculados (Nº)	Vagas ocupadas (%)
142-Ciências da Educação	17	1	6%
144-Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º Ciclos)	82	55	67%
146-Formação de Professores e Formadores de Áreas Tecnológicas	4	0	0%
210-Artes	4	0	0%
211-Belas-Artes	26	1	4%
212-Artes do Espectáculo	30	3	10%
213-Áudio-Visuais e Produção dos Media	110	43	39%
214-Design	33	4	12%
215-Artesanato	5	1	20%
222-Línguas e Literaturas Estrangeiras	4	0	0%
225-História e Arqueologia	20	0	0%
229-Humanidades	4	1	25%
310-Ciências Sociais e do Comportamento	4	0	0%
311-Psicologia	16	2	13%
312-Sociologia e Outros Estudos	16	0	0%
313-Ciência Política e Cidadania	4	0	0%
314-Economia	20	2	10%
321-Jornalismo e Reportagem	41	5	12%
322-Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)	4	0	0%
340-Ciências Empresariais	6	0	0%
342-Marketing e Publicidade	90	13	14%
343-Finanças, Banca e Seguros	12	1	8%
344-Contabilidade e Fiscalidade	109	22	20%

Áreas de Educação e formação do Curso Superior de matrícula	Vagas (Nº)	Matriculados (Nº)	Vagas ocupadas (%)
345-Gestão e Administração	263	42	16%
346-Secretariado e Trabalho Administrativo	27	2	7%
347-Enquadramento na Organização/Empresa	10	0	0%
349-Ciências Empresariais	14	0	0%
380-Direito	52	5	10%
420-Ciências da Vida	8	0	0%
421-Biologia e Bioquímica	72	5	7%
422-Ciências do Ambiente	12	0	0%
481-Ciências Informáticas	81	34	42%
520-Engenharia e Técnicas Afins	12	4	33%
521-Metalurgia e Metalomecânica	69	53	77%
522-Electricidade e Energia	65	36	55%
523-Electrónica e Automação	246	183	74%
524-Tecnologia dos Processos Químicos	73	8	11%
525-Construção e Reparação de Veículos a Motor	17	10	59%
529-Engenharia e Técnicas Afins	41	20	49%
541-Indústrias Alimentares	46	6	13%
544-Indústrias Extractivas	4	3	75%
581-Arquitectura e Urbanismo	12	0	0%
582-Construção Civil e Engenharia Civil	65	19	29%
621-Produção Agrícola e Animal	93	29	31%
623-Silvicultura e Caça	4	0	0%
640-Ciências Veterinárias	31	12	39%
723-Enfermagem	41	33	80%
724-Ciências Dentárias	4	0	0%
725-Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica	36	11	31%
726-Terapia e Reabilitação	35	24	69%
727-Ciências Farmacêuticas	26	3	12%
729-Saúde - programas não classificados	4	4	100%
762-Trabalho Social e Orientação	108	26	24%
811-Hotelaria e Restauração	47	13	28%
812-Turismo e Lazer	112	18	16%
813-Desporto	80	54	68%
851-Tecnologia de Protecção do Ambiente	32	0	0%
852-Ambientes Naturais e Vida Selvagem	4	0	0%
853-Serviços de Saúde Pública	9	0	0%
861-Protecção de Pessoas e Bens	4	2	50%
862-Segurança e Higiene no Trabalho	4	0	0%
Total	2524	813	32%

Fonte: DGES, 2022.

A oferta de vagas parece muito alinhada com as áreas do ensino profissional, fazendo sentido que as IES possam concentrar esforços nestes estudantes, evitando alguma pulverização de vagas. Deve ter, igualmente, como racional as capacidades instaladas e a procura de diplomados pelo mercado de trabalho, sugerindo-se o enquadramento em estratégias de especialização inteligente nas diferentes regiões. Indubitavelmente, existem diferenças sobre as necessidades de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento dos territórios, o que exige o envolvimento nesta dinâmica dos órgãos de governação local e regional, bem como das associações empresariais com maior representatividade na economia das regiões, podendo ser potenciado o conceito de fileira formativa.

4.1.3.2- Resultados

No que diz respeito ao número de estudantes titulares de cursos de dupla certificação que apresentaram candidatura ao CNA em 2021 foi idêntico em relação ao ano anterior, embora o número de colocados e de matriculados tenha diminuído cerca de 12% (Tabela 17).

Tabela 17 – Número de estudantes titulares de cursos de dupla certificação que apresentaram candidatura ao Ensino Superior em 2021.

Ano	Concurso Especial Dupla Certificação			Concurso Nacional de Acesso (titulares de cursos dupla certificação)			Candidatos a ambos os concursos
	Candidatos	Colocados	Matriculados	Candidatos	Colocados	Matriculados	
2020	906	783	671	7066	5879	5181	223
2021	1082	869	813	6963	5347	4578	219

Fonte: DGES, 2022

No caso dos estudantes que optaram por entrar no Ensino Superior através do concurso especial, regista-se em relação ao ano anterior um ligeiro aumento do número matriculados (17,5%).

A Tabela 18 mostra as áreas de educação e formação de proveniência dos candidatos, colocados e matriculados no Ensino Superior através do concurso especial. Pode-se verificar que a maioria dos estudantes matriculados no Ensino Superior através deste concurso de acesso são provenientes de cursos profissionais.

A informação fornecida pelos diferentes consórcios permite verificar que se registou um aumento de candidatos e de inscritos no ano de 2021 em relação ao ano anterior, embora o número de estudantes colocados por curso, de uma forma geral, seja inferior a cinco. Nas instituições do consórcio do Norte o número de inscritos nas provas de acesso passou de 594 para 642 candidatos, tendo-se matriculado 350 estudantes (338 em 2020/2021). Por outro lado, apenas se inscreveram mais de cinco estudantes em apenas nove cursos, sendo que em apenas dois cursos o número alcançou os dois dígitos: Engenharia Eletrotécnica e de Computadores (23 matriculados) e Contabilidade e Administração (12), ambos do IPP.

Contudo, os dados de 2022 fornecidos pelos consórcios revelam um aumento de candidatos inscritos às provas de acesso muito superior. No consórcio do Norte inscreveram 1322 de candidatos (aumento de 51%), enquanto no Centro e Sul se inscreveram 876 (aumento 56%) e 721 (aumento de 21%), respetivamente.

Tabela 18 - Concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação: Candidatos, colocados e matriculados por tipo de curso secundário, 2021/2022.

	Candidatos	Colocados	Matriculados
Cursos científico-tecnológicos	9	5	4
Cursos com planos próprios	76	57	52
Cursos artístico especializados (CAE)	3	3	3
CEF	2	1	1
Cursos profissionais	936	760	710
Curso estrangeiro de dupla certificação: Equivalências	1	1	1
Instituto de Formação Bancária	1	1	1
Instituto de Turismo de Portugal, I.P.	4	3	3
Programa Formativo de Inserção de Jovens (Açores)	1	1	1
Sistema de aprendizagem (I.E.F.P)	49	37	37
Total	1082	869	813

Fonte: DGES, 2022.

Por sua vez, os elementos do consórcio do Centro referem que o número de candidatos inscritos nas provas de acesso aumentou de 265 para 314, tendo-se matriculado 231 estudantes, ou seja, mais 30 estudantes do que no ano anterior. Por sua vez, os dados sugerem que o número de estudantes inscritos em cada curso não ultrapassa os cinco estudantes em todas as instituições de Ensino Superior.

As instituições que integram o consórcio do Sul e Ilhas registaram 642 candidatos às provas, valor ligeiramente acima do ano anterior que tinham sido 594. Contudo, o aumento de matriculados foi de 12 estudantes, aumentando de 338 para 350. Quanto ao número de estudantes inscritos por curso, apenas cinco cursos tiveram mais do que cinco estudantes inscritos, embora inferior a dez.

A área com maior procura (CNAEF a 3 dígitos) foi a de Ciências Informáticas e de Eletrónica e Automação com 177 e 113 estudantes matriculados, respetivamente, conforme se pode confirmar na Tabela 19.

Da análise de outras áreas com taxas de ocupação e volume de matriculados relativamente baixo, conclui-se a necessidade de se proceder a algum reajustamento da oferta de vagas em futuras edições deste concurso, uma estratégia que deve estar associada a uma melhor coordenação e promoção da oferta.

Tabela 19 - Concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação: Candidatos, colocados e matriculados por área CNAEF do curso secundário - CNAEF a 3 dígitos, 2021/2022.

CNAEF do curso secundário		Candidatos	Colocados	Matriculados
212	Artes do Espetáculo	3	3	3
213	Audiovisuais e Produção dos Media	56	55	50
214	Design	7	7	5
341	Comércio	17	17	17
342	Marketing e Publicidade	6	6	5
343	Finanças, Banca e Seguros	2	2	2
344	Contabilidade e Fiscalidade	12	12	12
345	Gestão e Administração	26	24	23
346	Secretariado e Trabalho Administrativo	12	12	12
380	Direito	6	6	5
481	Ciências Informáticas	273	193	177
521	Metalurgia e Metalomecânica	46	36	35
522	Eletricidade e Energia	13	10	10
523	Eletrónica e Automação	151	119	113
524	Tecnologia dos Processos Químicos	12	12	12
525	Construção e Reparação de Veículos a Motor	40	23	23
541	Indústrias Alimentares	7	7	7
582	Construção Civil e Engenharia Civil	4	4	4
621	Produção Agrícola e Animal	43	42	40
623	Silvicultura e Caça	1	0	0
724	Ciências Dentárias	1	1	1
729	Saúde - programas não classificados noutra área	97	79	74
761	Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	91	65	60
762	Trabalho Social e Orientação	28	25	24
811	Hotelaria e Restauração	18	17	15
812	Turismo e Lazer	33	29	28
813	Desporto	75	61	54
861	Proteção de Pessoas e Bens	2	2	2
Total		1082	869	813

Fonte: DGES, 2022.

A Tabela 20 expressa a distribuição com a CNAEF a dois dígitos, refletindo de uma forma generalizada, a distribuição das áreas de educação e formação de origem, ou seja, do curso secundário.

Tabela 20 - Concurso especial para titulares de cursos secundários de dupla certificação: Matriculados por área do curso superior de matrícula - CNAEF a 2 dígitos, 2021/2022.

Área CNAEF (2 dígitos) do curso superior de colocação e matrícula	Matriculados
14_Formação Prof/ formadores e Ciências da Educação	56
21_Artes	52
22_Humanidades	1
31_Ciências Sociais e do Comportamento	4
32_Informação e Jornalismo	5
34_Ciências Empresariais	80
38_Direito	5
42_Ciências da Vida	5
48_Informática	34
52_Engenharia e Técnicas Afins	314
54_Indústrias Transformadoras	9
58_Arquitetura e Construção	19
62_Agricultura, Silvicultura e Pescas	29
64_Ciências Veterinárias	12
72_Saúde	75
76_Serviços Sociais	26
81_Serviços Pessoais	85
86_Serviços de Segurança	2
Total	813

Fonte: DGES, 2022.

A maior procura registou-se nos cursos superiores da área das Engenharias, com 314 matriculados (235 em 2021), representando cerca de 38,6% do total de matriculados no Ensino Superior por este concurso.

4.1.3.3- Percurso Escolar

Os diplomados de dupla certificação que entraram no Ensino Superior pelo concurso especial de acesso frequentam a turmas regulares, onde estão inscritos os estudantes que entraram pelo CNA. Na audição efetuada, as instituições referem não ter criado turmas especiais para estes estudantes. É, no entanto, essencial obter informação sobre os índices de sucesso escolar e, igualmente, de abandono escolar, tendo a informação recolhida junto dos consórcios revelado diferenças entre instituições.

No consórcio do Norte a taxa de sucesso escolar foi de 57,7%, sendo a mais reduzida no IP Porto (50%) e a mais elevada na UTAD (70,5%). No Centro em média a taxa de sucesso escolar foi de 70,2%, sendo inferior nos IP Guarda (54%) e IP Castelo Branco (22%). Por sua vez, no consórcio do “Sul e Ilhas” a taxa de sucesso escolar foi de 69%, embora seja mais reduzida na U Madeira (44%) e no IP Setúbal (57%).

Quanto à taxa de abandono escolar no Norte, em termos médios foi de 12%, embora na UTAD tenha sido de apenas 6% e a mais elevada registou-se no IPCA sendo de 24%. No Centro registou-

se a maior taxa de abandono escolar de 30%, sendo mesmo superior no IP Coimbra. Por sua vez, no consórcio do “Sul e Ilhas” o valor foi de 14,7%.

4.1.4- Audições

O acesso ao Ensino Superior pelo CNA é a via predominante em cursos cuja estrutura curricular, nomeadamente nas componentes científica e sociocultural, é semelhante aos cursos científico-humanísticos, como é o caso dos cursos artísticos especializados e científico-tecnológicos com planos próprios. Outro motivo que pode justificar esta opção para acesso ao Ensino Superior é a amplitude da escolha, uma vez que qualquer estudante, independentemente do curso de ensino secundário de que é titular, poder candidatar-se a qualquer par instituição/curso desde que realize as correspondentes provas de ingresso.

Quanto ao concurso especial de acesso é fundamental a adequação da oferta de vagas à procura, podendo ser privilegiadas algumas fileiras formativas em que existe oferta de emprego qualificado pelo mercado de trabalho, em especial em áreas com impacto no desenvolvimento económico. Nesta situação, inclui-se a estruturação de fileiras nas áreas do turismo, da saúde, das competências digitais, da transição climática e economia verde, incluindo as ciências agrárias. Estas áreas, sendo estratégicas para o desenvolvimento da economia portuguesa e estando no centro das transições digital e climática, requerem já hoje uma forte aposta na formação.

O cumprimento das metas traçadas no contrato de legislatura entre o Governo e as IES públicas exige melhorar as oportunidades deste concurso, passando por uma melhor articulação entre as IES e as Escolas que oferecem formações de dupla titulação. Foi neste contexto que o grupo de trabalho efetuou um conjunto de audições com os responsáveis das instituições dos três consórcios constituídos para a organização do concurso especial e ainda com elementos de escolas e entidades formadoras que oferecem cursos de dupla certificação distribuídas por todo o país.

Na perspetiva das instituições responsáveis pela organização do concurso, a melhoria dos resultados exige uma maior articulação entre as partes envolvidas no processo, designadamente as IES, as escolas que oferecem cursos desta tipologia e ainda a Direção Geral do Ensino Superior. Entre as medidas de melhoria destaca-se:

- i) Campanha de comunicação de âmbito nacional envolvendo as IES, as escolas de ensino profissional e demais atores de formação com oferta de ensino profissional e artístico, privilegiando o uso das redes sociais;
- ii) Criação de uma ficha específica para este concurso, do tipo ficha ENES, o que teria vantagens na simplificação do procedimento de seriação, recorrendo, eventualmente, a uma base de dados centralizada, na qual as escolas profissionais lançam as notas dos seus estudantes;
- iii) Reconhecimento das provas de acesso realizadas entre os diferentes consórcios criados e mesmo as instituições que não integrem consórcios;
- iv) Continuação do processo de otimização da revisão da correspondência de algumas áreas CNAEF, o que deve ser feito em articulação com a CNAES;

- v) Estratégia de monitorização e de acompanhamento dos estudantes que optem por esta via de acesso, nomeadamente em termos de sucesso escolar nas instituições de Ensino Superior.

Atendendo a que as candidaturas estão centralizadas na DGES, alguns elementos dos consórcios sugerem que a DGES também deverá conduzir o processo de seriação e de colocação dos candidatos.

A auscultação das escolas e entidades formadoras que oferecem cursos de dupla certificação de diversas regiões do país e que oferecem país uma diversidade de cursos, permitiu concluir que ainda existe um desconhecimento profundo sobre a forma de organização do processo de escolha dos candidatos e, de igual modo, verifica-se que existem dificuldades no acompanhamento das diferentes situações dos estudantes, após a sua candidatura e ingresso no Ensino Superior. Regista-se uma grande disponibilidade dos responsáveis das escolas para uma participação mais ativa neste processo, tendo inclusivamente manifestado abertura para apoiar a realização dos exames nas suas próprias instalações.

No futuro sugerem uma melhor articulação e comunicação em diferentes níveis, desde a promoção das vantagens de os jovens obterem uma formação superior até aspetos organizacionais e de funcionamento. A melhoria deve envolver a divulgação do calendário do acesso ao Ensino Superior, da promoção nas escolas que, desejavelmente, deve ter lugar em fevereiro atendendo a que os serviços de psicologia e orientação reúnem com os estudantes, e ainda da criação de um sítio web específico para os candidatos acederem à informação sobre os cursos oferecidos e requisitos de provas de ingresso no acesso ao Ensino Superior.

Em termos de melhoria do processo, sugerem as seguintes recomendações:

- i) Mudanças ao nível da organização das provas de acesso em termos de conteúdos, do local de realização, tendo sido sugerido como data de realização das provas o final de julho, ou seja, num momento posterior ao período de formação em contexto de trabalho e da entrega e defesa das PAP;
- ii) Melhor articulação do período de conclusão da formação em contexto de trabalho (FCT) com o período previsto para candidatura ao Ensino Superior, bem como entre as datas das provas de ingresso ao Ensino Superior e das provas de aptidão profissional (PAP);
- iii) Adequação dos conteúdos das provas às competências técnicas e específicas destes diplomados em função das áreas/ cursos; a título de exemplo, refira-se que nos cursos de fotografia ou de música não se justifica a existência de apenas de uma prova escrita, sendo mais adequado a prova de entrevista, carta de motivação e/ou análise do portefólio, entre outros.

4.2- Maiores de 23 anos

4.2.1- Concurso Especial para Maiores de 23 anos

O concurso para maiores de 23 anos (concurso M23) tem contribuído, desde 2006, para diversificar os públicos que frequentam o Ensino Superior e para a sua democratização. O número

de estudantes com 23 ou mais anos de idade que ingressa por esta via no primeiro ano pela primeira vez (1A1V) no Ensino Superior tem vindo diminuir, situando-se nos últimos dois anos letivos em 4,7%, o que significa que representa cerca de menos 3% do que a média observada nos países da OCDE com programas similares (OCDE, 2020b).

Na Tabela 21 consta o fluxo de candidatos que acedeu ao Ensino Superior por subsistema entre 2011 e 2022.

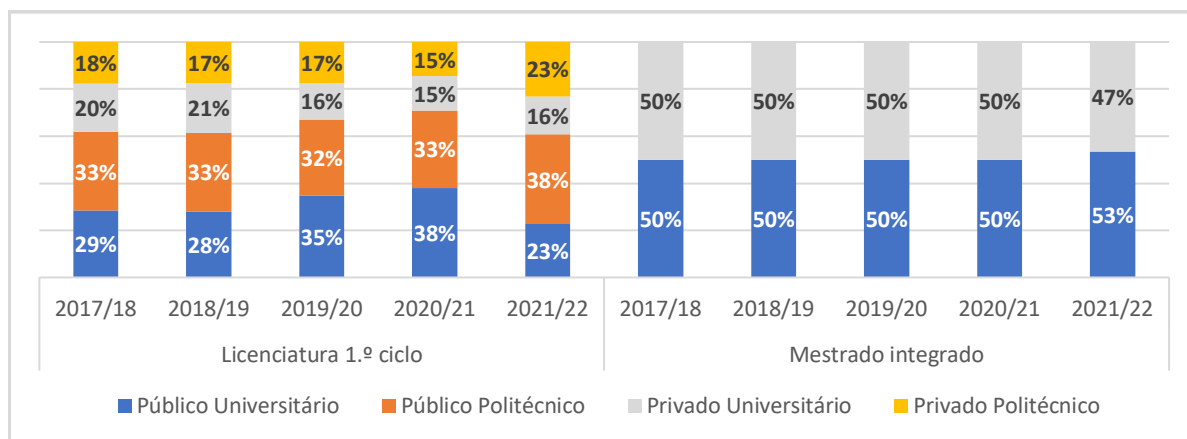
Tabela 21 - Concurso M23: Inscritos no 1A1V em licenciaturas e mestrados integrados, 2011/2012-2021/2022.

Ano Letivo	Total			Distribuição dos inscritos Concurso M23 (% por subsistema)	
	Inscritos no Ensino Superior	Inscritos Concurso M23 (Nº)	%	Público (%)	Privado (%)
2011/2012	73525	7863	10,7	60,9	39,1
2012/2013	68067	5634	8,3	60,7	39,3
2013/2014	64191	5033	7,8	62,6	37,4
2014/2015	65572	4820	7,3	60,9	39,1
2015/2016	68385	4637	6,2	62,7	37,3
2016/2017	67283	4881	6,6	62,9	37,1
2017/2018	72548	4911	6,2	62,0	38,0
2018/2019	72249	4893	6,1	61,7	38,3
2019/2020	75709	4652	5,5	66,9	33,1
2020/2021	88136	4143	4,7	61,1	37,4
2021/2022*	87312	4137	4,7	60,4	39,6

Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC (2011/2012 a 2020/2021); *Inquérito anual sobre o acesso, DGES (2021); não inclui os dados do ISCTE e da Universidade Aberta).

Em 2021/2022, o maior número de inscritos através do concurso M23 registou-se no ensino politécnico público, seguido do ensino universitário público e do ensino privado (politécnico e universitário). A distribuição de estudantes inscritos 1A1V no concurso M23 pelas diferentes tipologias de instituição tem registado pouca variação ao longo do tempo (Figura 1).

Figura 1 - Inscritos no Ensino Superior no 1A1V através do concurso M23.



Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC (2011/2012 a 2020/2021); *Inquérito anual sobre o acesso, DGES (2021); não inclui os dados do ISCTE e U Aberta).

Como se pode observar na Tabela 22, a maioria dos estudantes inscritos no 1A1V pelo concurso M23 inscreveu-se numa licenciatura (96,4%), tanto nas instituições públicas como privadas.

Tabela 22 - Concurso M23: Inscritos no 1A1V em licenciaturas e mestrados integrados por tipo de ensino, 2011/2012-2019/2020.

Ano letivo	Total Inscritos tipo curso				Ensino Público				Ensino Privado			
	Lic.	%	MI	%	Lic.	%	MI	%	Lic.	%	MI	%
2011/12	7677	97,1	229	2,9	4669	97,1	141	2,9	3008	97,2	88	2,8
2012/13	5473	96,6	190	3,4	3328	96,7	114	3,3	2145	96,6	76	3,4
2013/14	4888	97,1	145	2,9	3055	96,9	97	3,1	1833	97,4	48	2,6
2014/15	4665	96,8	156	3,2	2832	96,5	103	3,5	1833	97,2	53	2,8
2015/16	4502	97,1	136	2,9	2827	97,1	83	2,9	1675	96,9	53	3,1
2016/17	4667	95,8	204	4,2	2939	95,8	129	4,2	1738	95,9	75	4,1
2017/18	4737	96,5	174	3,5	2926	96,2	117	3,8	1811	96,9	57	3,1
2018/19	4702	96,1	191	3,9	2887	95,7	130	4,3	1815	96,7	61	3,3
2019/20	4466	96,0	186	4,0	2994	96,1	120	3,9	1472	95,7	66	4,3
2020/21	4890	96,3	187	3,7	3461	96,8	114	3,2	1429	95,2	72	4,8
2021/22*	3991	96,5	146	3,5	2422	96,9	78	3,1	1569	95,8	68	4,2

Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC (2011/12 a 2020/21); *Inquérito anual sobre o acesso, DGES (2021); não inclui os dados do ISCTE e da Universidade Aberta).

A Tabela 23 apresenta a distribuição dos inscritos no 1A1V, com 23 ou mais anos de idade, em licenciaturas e mestrados integrados, através do concurso M23, por área CNAEF do curso, entre 2011/2012 e 2021/2022. Ao longo dos anos regista-se uma grande concentração de inscritos na área das Ciências Empresariais, Administração e Direito (32%) seguida da área das Ciências Sociais, Jornalismo e Informação (14%).

Tabela 23 - Concurso M23: Inscritos no 1A1V em licenciaturas e mestrados integrados por área CNAEF, 2011/2012-2020/2021.

Área CNAEF do curso	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Média (%)
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
01 - Educação	443	243	209	131	166	152	185	197	233	284	4
02 - Artes e Humanidades	774	545	486	452	433	403	504	493	467	487	10
03 - Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	960	658	621	635	606	690	737	731	754	951	14
04 - Ciências Empresariais, Administração e Direito	2634	1975	1686	1700	1560	1557	1482	1469	1298	1455	32
05 - Ciências Naturais, Matemática e Estatística	125	90	122	86	77	102	98	101	116	140	2
06 - Tecnologias da Informação e Comunicação	285	200	174	151	130	160	155	141	120	112	3
07 - Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	978	630	571	550	511	559	534	548	525	570	11
08 - Agricultura, Silvicultura, Pescas e Ciências Veterinárias	133	94	119	101	98	109	103	98	91	101	2

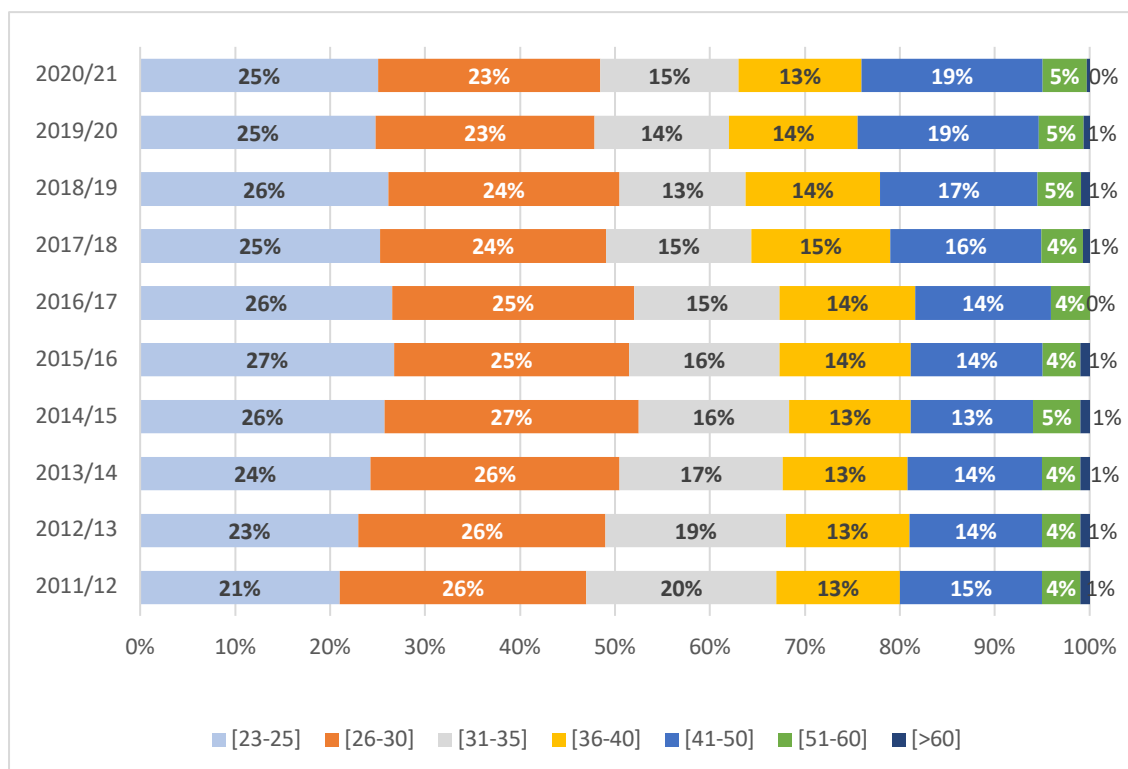
Área CNAEF do curso	2011 2012	2012 2013	2013 2014	2014 2015	2015 2016	2016 2017	2017 2018	2018 2019	2019 2020	2020 2021	Média (%)
09 - Saúde e Proteção Social	880	724	596	592	573	719	691	703	714	677	13
10 - Serviços	651	472	444	420	476	428	417	407	328	355	8
99 - Área Desconhecida	0	3	5	2	7	2	5	5	6	4	0
Total	7863	5634	5033	4820	4637	4881	4911	4893	4652	5136	

Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior DGEEC (2011/2012-2020/2021).

A área da Saúde e Proteção Social (13%), das Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção (11%) e das Artes e Humanidades (10%), assumem uma segunda posição, com uma capacidade de atração próxima. As áreas com menor procura ao longo do período em análise são a Agricultura, Silvicultura, Pescas e Ciências Veterinárias (2%) e as Ciências Naturais, Matemática e Estatística (2%).

A idade dos estudantes inscritos no 1A1V que ingressaram através do concurso M23 varia entre os 23 e mais de 60 anos, embora a maioria dos inscritos se situe entre os 23 e 35 anos, sendo progressivamente menor à medida que se aproxima do grupo etário dos 50 e mais anos (Figura 2). Contudo, em termos médios, 34% dos estudantes tem idade superior a 35 anos.

Figura 2 - Concurso M23: Inscritos no 1ºV por grupo etário, 2011/2012-2020/2021



Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC (2011/2012-2020/2021).

No período de 2011 a 2021 verifica-se que cerca de 53% dos estudantes admitidos através do concurso M23 era do género masculino e 47% do feminino, cuja distribuição vai em sentido oposto quando se compara com o total de inscritos no Ensino Superior (Tabela 24).

Tabela 24 - Concurso M23: Inscritos no 1A1V por género, 2011/2012-2019/2020.

		H	M	Total
2011/2012	nº	4328	3535	7863
	%	55	45	100
2012/2013	nº	3049	2585	5634
	%	54,1	45,8	100
2013/2014	nº	2817	2216	5033
	%	56	44	100
2014/2015	nº	2551	2269	4820
	%	52,9	47,1	100
2015/2016	nº	2460	2177	4637
	%	53,1	46,9	100
2016/2017	nº	2537	2344	4881
	%	52	48	100
2017/2018	nº	2549	2362	4911
	%	51,9	48,1	100
2018/2019	nº	2527	2366	4893
	%	51,6	48,4	100
2019/2020	nº	2269	2383	4652
	%	48,8	51,2	100
2020/2021	nº	2525	2552	5077
	%	49,7	50,3	100

Em síntese, o número de estudantes que entram no Ensino Superior através do concurso M23 tem vindo a diminuir, não existindo dados concretos que permitam perceber as razões desta quebra. Todavia, é expetável que o êxito deste concurso ao longo da sua existência, se traduza numa diminuição do número de adultos elegíveis. De igual modo, não existem indicadores de monitorização e de acompanhamento destes estudantes, nomeadamente sobre o sucesso pedagógico e a importância da formação superior para a sua inserção no mercado trabalho.

Neste domínio Fragoso et al. (2013) referem alguns obstáculos com que os estudantes mais velhos se deparam, caso da dificuldade de compatibilização de horários de trabalho com a vida pessoal. Referem ainda a falta de apoios específicos, a dificuldade de compreender alguns conteúdos programáticos e, com menor frequência, o facto de o curso não corresponder às expetativas, motivos financeiros e falta de motivação, sendo que as principais dificuldades encontradas dizem respeito ao primeiro ano de frequência.

Pelos motivos expostos, o grupo de trabalho recomenda a elaboração de um estudo específico que incida nos estudantes que entram no Ensino Superior através do concurso M23, designadamente para entender as características dos candidatos e matriculados, das opções escolhidas, dos percursos académicos e das formas de inserção no mundo do trabalho.

4.2.2. Estudantes Adultos Maiores de 23 anos

Atendendo à diminuição da procura do Ensino Superior através do concurso M23, importa obter informação adicional sobre os estudantes considerados não tradicionais, ou seja, que pertencem a grupos minoritários, incluindo estudantes mais velhos ou maduros, trabalhadores, pertencentes a minorias culturais e ainda de populações migrantes (Bember, 2008, citado por Almeida et al., 2016).

É essencial perceber como os estudantes adultos maiores de 23 anos acedem ao Ensino Superior, sendo que estudantes mais velhos, maduros, são designações utilizadas como sinónimos para definir os estudantes que ingressam no Ensino Superior ultrapassada a faixa etária em que se consideram jovens adultos, cujos conhecimentos anteriores incluem um elemento significativo derivado do trabalho ou experiência de vida (Toynton, 2005).

Alguns estudos nacionais e internacionais referem estratégias diversificadas para aumentar a frequência de estudantes mais velhos, não tradicionais, sugerindo medidas de natureza pedagógica, organizacional e de flexibilização curricular (Maor, 2003; Remenick, 2019), programas de acompanhamento dos estudantes (EURYDICE, 2014; Remenick, 2019), a figura de tutor e de mentoria (Almeida et al., 2016), abordagens interdisciplinares tendo em conta formas de aprendizagem não tradicionais (O'Carroll, et al., 2017; Amorim, 2018), financiamento específico para as IES poderem ampliar a participação de estudantes adultos, não tradicionais, sub-representados (Amorim, 2018), entre outras.

Neste contexto, as instituições devem desenvolver estratégias educativas inovadoras e eficazes que incluam dinâmicas de criatividade, de flexibilidade, bem como a vontade de adotar um novo paradigma que se adapte a esta diversificada população estudantil.

Neste relatório atualizam-se os dados em relação ao relatório anterior dos estudantes 1A1V M23 nos últimos quatro anos, bem como das vias de acesso ao Ensino Superior através das quais foram admitidos.

O número de estudantes adultos M23 matriculados 1A1V num curso TeSP variou de 2016 a 2021 entre 14,6% e 16,0%, do total de inscritos no Ensino Superior, conforme se pode confirmar na Tabela 25.

Tabela 25 - Inscritos no 1A1V, com 23 ou mais anos de idade, em CTeSP, independentemente da via de acesso, entre 2016/2017 e 2020/2021.

Ano letivo	Total inscritos no 1A1V em CTeSP, licenciaturas e mestrados integrados	Inscritos no 1A1V com 23 ou mais anos em CTeSP, licenciaturas, mestrados integrados	%
2016/2017	77728	11378	14,6
2017/2018	83855	11988	14,3
2018/2019	85297	12458	14,6
2019/2020	90015	13968	15,0
2020/2021	99484	15958	16,0

Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC.

Os estudantes maiores de 23 anos têm vindo a aceder ao Ensino Superior por diferentes vias de acesso, conforme se pode constatar na Tabela 26.

No que diz respeito aos diferentes concursos especiais de acesso verifica-se que 37% dos matriculados ingressou através do concurso M23, 15% por mudança de instituição/curso, 13% através do concurso para titulares de outros cursos superiores e 11% pelo concurso destinado a estudantes internacionais.

Contudo, apenas 9% dos estudantes adultos ingressaram pelo CNA, o que reforça a importância dos concursos especiais, em particular do concurso M23 na captação destes estudantes. A diversidade de formas de ingresso comprova a heterogeneidade de estudantes que integram o grupo dos estudantes adultos (>23 anos).

Quanto aos estudantes M23 que ingressam em cursos TeSP verifica-se que 93% o faz através do concurso para titulares de curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente para acesso ao curso técnico superior profissional.

Tabela 16 - Inscritos 1A1V com 23 ou mais anos por forma de ingresso, 2016/2017 a 2020/2021.

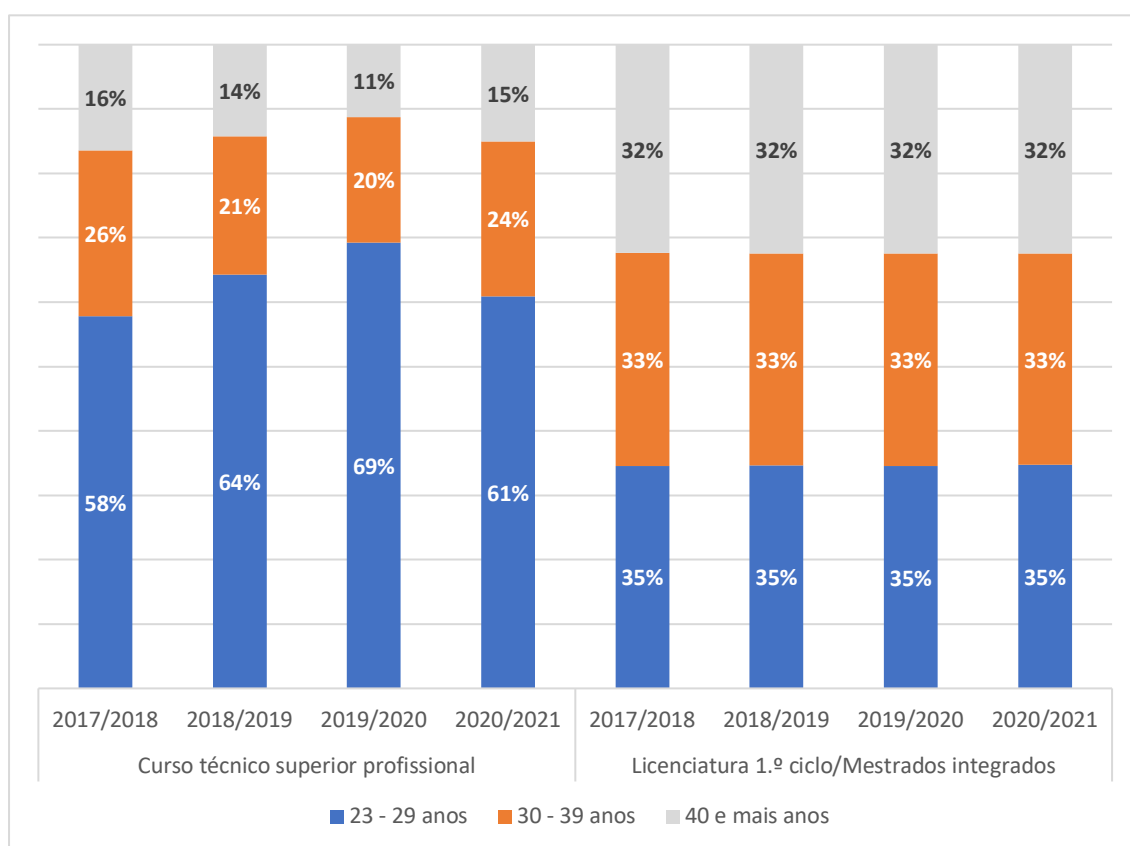
Ciclo de estudos / Forma de ingresso	2016/2017		2017/2018		2018/2019		2019/2020		2020/2021	
Total	11378	%	11 988	%	12 458	%	13 968	%	15 958	%
Curso Técnico Superior Profissional	1 111	10	1 209	10%	1 486	12%	1 908	14%	2 375	15
Titulares de curso de ensino secundário ou habilitação legalmente equivalente	997	90	1 140	94	1 414	95	1 776	93	2 217	93
Concurso especial para estudantes internacionais	0	0	0	0	0	0	69	4	75	3
Provas para a frequência dos M23	60	5	52	4	48	3	42	2	59	2
Mudança de instituição/curso	26	2	5	0	6	0	4	0	7	0
Titulares de outros cursos superiores	0	0	6	0	12	1	14	1	6	0
Titulares de diploma de CTeSP	10	1	0	0	2	0	1	0	6	0
Titulares de diploma de especialização tecnológica	0	0	6	0	4	0	2	0	5	0
Licenciatura e Mestrados Integrados	10 267	90	10 779	90	10 972	88	12 060	86	13 583	85
Provas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do M23	4 881	439	4 913	46	4 897	45	4 654	39	5 077	37
Mudança de instituição/curso	1 880	169	1 830	17	1 753	16	1 856	15	2 064	15
Titulares de outros cursos superiores	1 525	137	1 448	13	1 496	14	1 632	14	1 832	13
Concurso de estudantes internacionais	349	31	685	6	998	9	1 685	14	1 484	11
Regime geral de acesso	1 206	109	1 085	10	938	9	917	8	1 156	9
Bolseiros nacionais de PALOPs	82	7	159	1	326	3	608	5	1 117	8
Titulares de diploma de CTeSP	43	4	403	4	351	3	513	4	520	4
Titulares de diploma de especialização tecnológica	252	23	166	2	136	1	107	1	147	1
Titulares dos cursos de dupla certificação e artísticos especializados			0	0	0	0	0	0	71	1
Acesso especial ao curso de Medicina	23	2	37	0	45	0	42	0	63	0
Oficiais das Forças Armadas	5	0	1	0	6	0	12	0	17	0
Mudança de instituição/curso, para estudantes internacionais	4	0	2	0	9	0	4	0	13	0
Naturais e filhos de naturais de Timor	10	1	16	0	3	0	8	0	9	0
Curso em associação entre IES	4	0	7	0	4	0	7	0	6	0
Cidadãos portugueses bolseiros no estrangeiro ou funcionários públicos em missão oficial no estrangeiro	1	0	2	0	0	0	2	0	5	0
Funcionários estrangeiros de missão diplomática e seus familiares			4	0	1	0	0	0	1	0
Praticantes alto rendimento desportivo	2	0	1	0	1	0	0	0	1	0
Estatuto de refugiado		0	2	0	0	0	0	0	0	0
Estudante em situação de emergência por razões humanitárias			0	0	0	0	1	0	0	0
Funcionários de missão diplomática			2	0	0	0	0	0	0	0
Titulares de curso de ensino secundário para acesso CTeSP			16	0	8	0	12	0	0	0

Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC.

No que concerne à idade dos estudantes adultos inscritos 1A1V, de 2017/2018 a 2020/2021, conclui-se que 35% tinha idades compreendidas entre os 23 e 30 anos. Por sua vez, cerca de 65% dos estudantes inscritos tinha idade superior a 30 anos, de acordo com os indicadores apresentados na Figura 3.

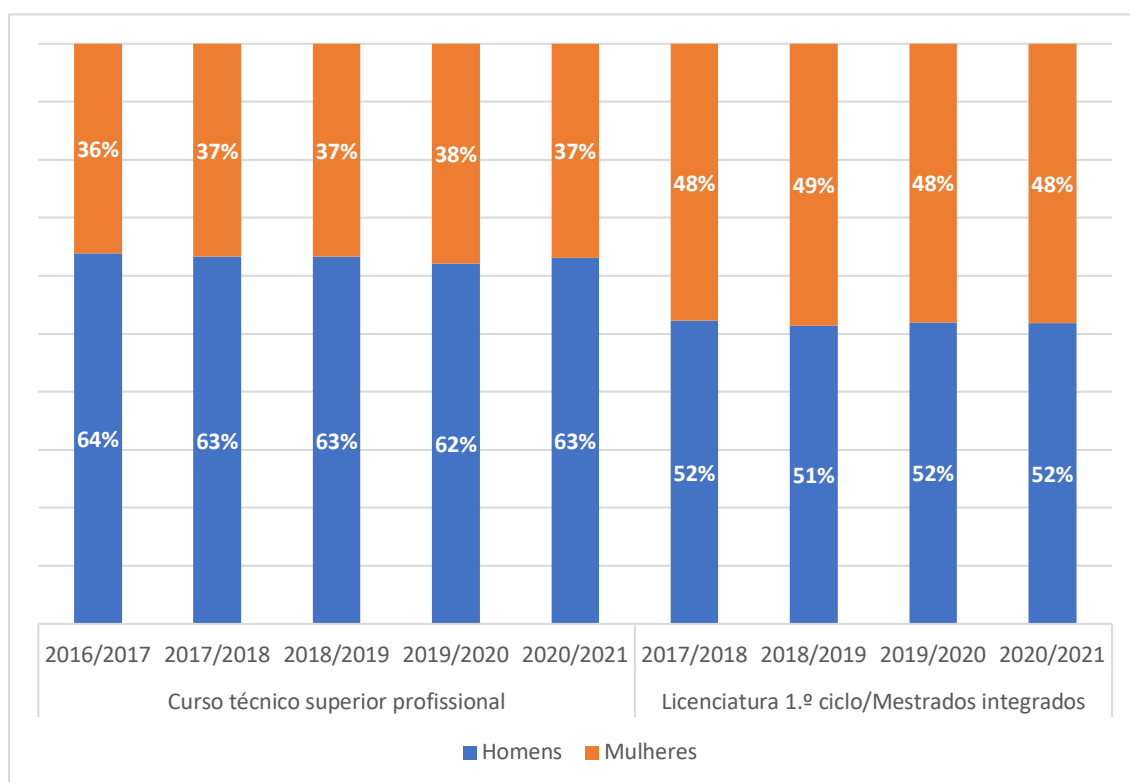
Nos cursos TeSP, verifica-se em todos os anos que a maior percentagem de inscritos tem idades compreendidas entre os 23 e os 29 anos.

Figura 3 - Distribuição dos inscritos no Ensino Superior 1A1V com 23 ou mais anos por grupo etário, de 2017/2018 a 2020/2021.



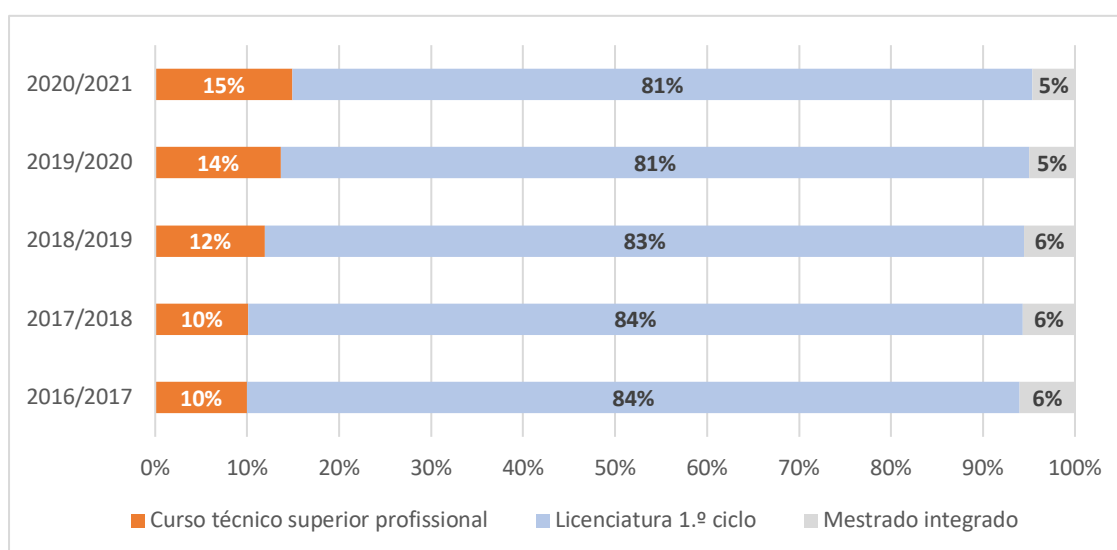
Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC

Os estudantes com 23 ou mais anos de idade que se inscreveram pela primeira vez no Ensino Superior, eram maioritariamente do género masculino, como se pode comprovar na Figura 4. Estes indicadores contrastam com os resultados verificados no CNA e na generalidade das inscrições no Ensino Superior.

Figura 4 - Distribuição dos inscritos 1A1V com 23 ou mais anos por sexo, de 2016/2017 a 2020/2021.

Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC.

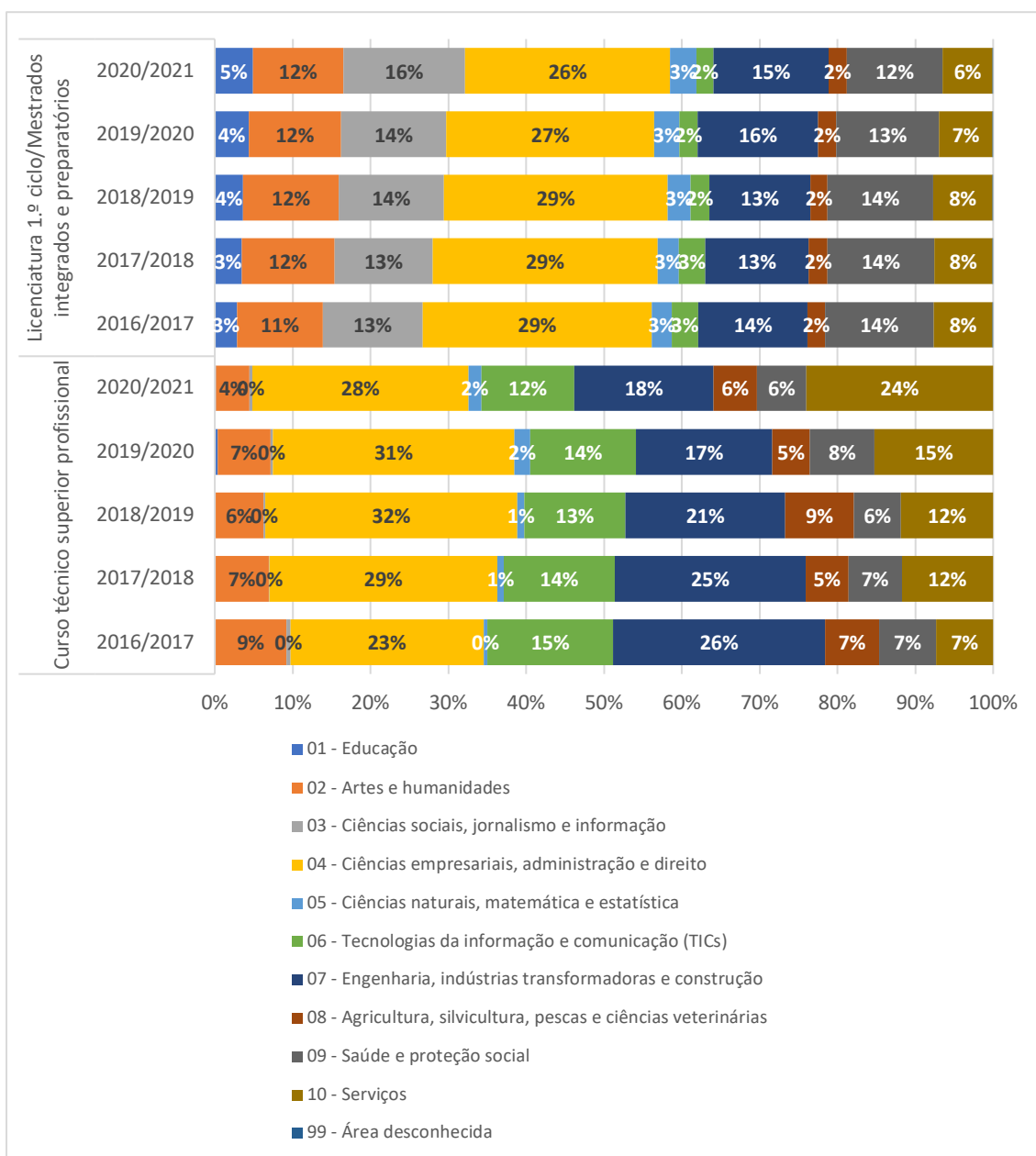
Relativamente aos inscritos 1A1V, com 23 anos ou mais de idade por curso verifica-se que a maioria se inscreveu em 2020/2021 num curso de licenciatura (acima de 80%), 15% num CTesP e 5% num curso de mestrado integrado (Figura 5).

Figura 5 - Inscritos no 1A1V, com 23 ou mais anos de idade, por curso, de 2016/2017 a 2020/2021.

Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC.

Relativamente à área CNAEF (Figura 6), verifica-se que a área com maior procura de estudantes foi a das Ciências Empresariais e Administração, seguida das áreas de Engenharia e Tecnologias afins, das Ciências Sociais e Comportamentais e da Saúde.

Figura 6 - Distribuição dos inscritos 1A1V por área de educação e formação (CNAEF - CITE) (%).

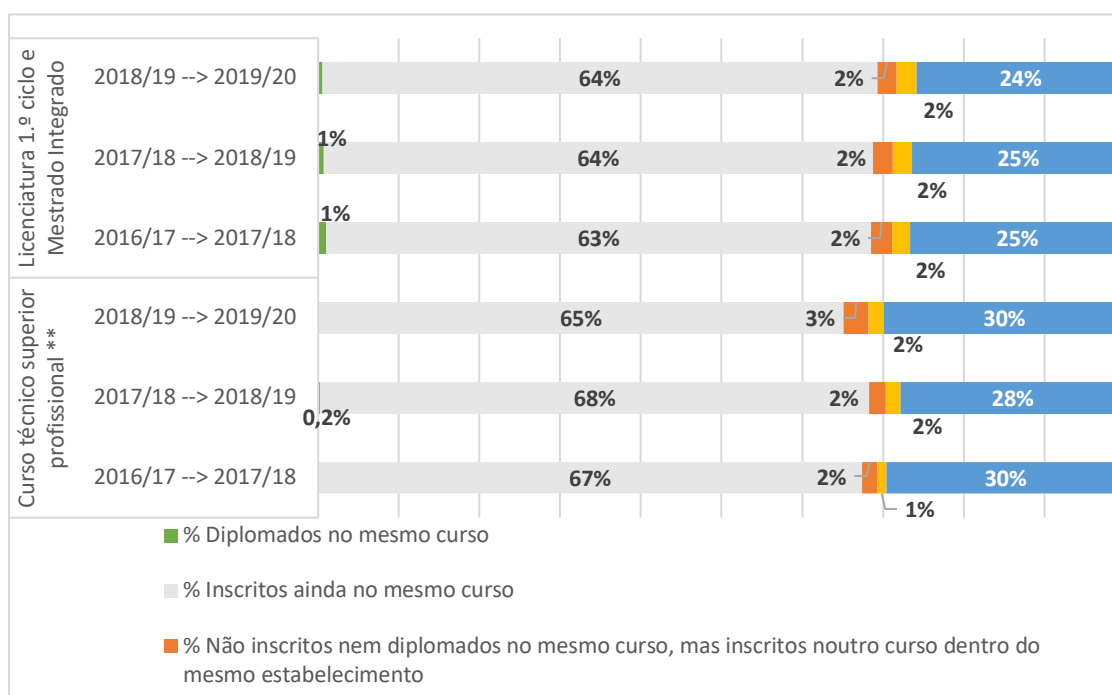


Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC.

4.2.2.1- Abandono Escolar

Em média, cerca de 25% dos estudantes que ingressa no Ensino Superior com 23 anos ou mais anos, já não está inscrito logo no ano seguinte à primeira inscrição (Figura 7), sendo que no caso dos CTesP este valor é superior, cerca de 30%.

Figura 7 - Situação após um ano dos estudantes 1A1V com 23 anos ou mais, por ciclo de estudos.



Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC.

O elevado abandono escolar registado nos estudantes adultos reforça a necessidade de analisar, de forma aprofundada os percursos destes estudantes, a exemplo do sugerido para os que entram pelo concurso M23.

4.3- Estudantes Internacionais

O número de estudantes que ingressaram via concurso especial para estudantes internacionais e que se matricularam pela primeira vez no 1º ano de licenciaturas e mestrados integrados oferecidos por IES públicas aumentou de 3928, em 2020, para 3935, em 2021. Esta pequena recuperação mantém o número de 2021 ainda muito distante dos 4548 observados em 2019.

A distribuição regional destes estudantes revela diferenças significativas entre distritos. Porto, Bragança, Castelo Branco, Évora e Lisboa são, por ordem decrescente, os distritos onde estão em número mais elevado, sendo em número superior a 300 estudantes em qualquer dos casos (Tabela 27). Entre estes, destacam-se Bragança e Évora por terem, em 2021, conseguido captar mais estudantes do que em 2019. Nestes dois distritos, bem como no distrito de Castelo Branco, o número de estudantes internacionais inscritos em IES públicas chega mesmo a representar mais de 20% das vagas oferecidas no CNA.

Com valores ainda pouco significativos, destacam-se, por ordem crescente, a RA Madeira e o distrito de Vila Real, com menos de 50 estudantes internacionais inscritos 1A1V, representando 1,3% e 2,3%, respetivamente do número de vagas oferecidas no CNA.

Tabela 27 – Estudantes internacionais no Ensino Superior público – inscritos 1A1V por distrito/região autónoma, 2019-2021.

Distrito/Região Autónoma	Inscritos 2021	Inscritos 2020	Inscritos 2019	Diferença 2020-2021	Variação Matriculados (%) 2020-2021	Variação Matriculados (%) 2019-2021	% inscritos nas vagas do CNA 2021
Açores	51	32	19	19	59,4%	168,4%	9,3%
Aveiro	100	109	182	-9	-8,3%	-45,1%	5,6%
Beja	101	101	102	0	0,0%	-1,0%	18,8%
Braga	84	139	191	-55	-39,6%	-56,0%	2,3%
Bragança	576	441	467	135	30,6%	23,3%	25,8%
Castelo Branco	473	505	545	-32	-6,3%	-13,2%	21,5%
Coimbra	234	281	332	-47	-16,7%	-29,5%	3,9%
Évora	364	362	228	2	0,6%	59,6%	28,8%
Faro	125	183	294	-58	-31,7%	-57,5%	13,5%
Guarda	59	81	336	-22	-27,2%	-82,4%	6,6%
Leiria	147	128	146	19	14,8%	0,7%	7,2%
Lisboa	337	382	387	-45	-11,8%	-12,9%	2,2%
Madeira	10	3	6	7	233,3%	66,7%	1,3%
Portalegre	56	63	51	-7	-11,1%	9,8%	9,6%
Porto	659	568	727	91	16,0%	-9,4%	8,0%
Santarém	96	213	205	-117	-54,9%	-53,2%	6,5%
Setúbal	76	67	59	9	13,4%	28,8%	6,0%
V. do Castelo	168	76	89	92	121,1%	88,8%	15,5%
Vila Real	35	37	36	-2	-5,4%	-2,8%	2,3%
Viseu	184	157	146	27	17,2%	26,0%	13,7%
Total	3935	3928	4548				

Nota: O número relativo a 2021 exclui o ISCTE – IUL por indisponibilidade de dados.

Estas diferenças regionais escondem diferenças no número e tipo de instituições existentes em cada distrito. Se há distritos onde existe apenas uma instituição pública, outros há com diversas instituições, quer de natureza politécnica, quer universitária.

A Tabela 28 mostra o número de estudantes internacionais inscritos pela primeira vez no 1º ano em cada instituição pública, entre 2019 e 2021.

Tabela 28 – Estudantes internacionais no Ensino Superior público: inscritos no 1A1V por instituição, 2019-2021.

Instituição	inscritos 2021	Inscritos 2020	Inscritos 2019	Diferença 2020-2021	Variação Matriculados (%) 2020-2021	Variação Matriculados (%) 2019-2021	% inscritos nas vagas do CNA 2021
IP Beja	101	101	102	0	0,0%	-1,0%	18,8%
IP Cávado e Ave	13	46	57	-33	-71,7%	-77,2%	1,8%
IP Bragança	576	441	467	135	30,6%	23,3%	25,8%
IP Castelo Branco	195	280	325	-85	-30,4%	-40,0%	23,3%
IP Coimbra	59	68	79	-9	-13,2%	-25,3%	2,6%
IP Guarda	59	81	336	-22	-27,2%	-82,4%	6,6%
IP Leiria	147	128	146	19	14,8%	0,7%	7,2%
IP Lisboa	53	39	27	14	35,9%	96,3%	2,2%
IP Portalegre	56	63	51	-7	-11,1%	9,8%	9,6%
IP Porto	268	132	132	136	103,0%	103,0%	8,5%
IP Santarém	30	33	74	-3	-9,1%	-59,5%	3,1%
IP Setúbal	57	56	48	1	1,8%	18,8%	4,5%
IP Viana Castelo	168	76	89	92	121,1%	88,8%	15,5%
IP Viseu	184	157	146	27	17,2%	26,0%	13,7%
IP Tomar	66	180	131	-114	-63,3%	-49,6%	12,9%
ES Enf Coimbra	13	6	2	7	116,7%	550,0%	4,0%
ES Enf Lisboa	2	2	0	0	0,0%		0,7%
ES Enf Porto	1	0		1			
ESND.Henrique	0	4	12	-4	-100,0%	-100,0%	0,0%
ESHT	0						0,0%
U Açores	51	32	19	19	59,4%	168,4%	9,3%
U Algarve	125	183	294	-58	-31,7%	-57,5%	13,5%
U Aveiro	100	109	182	-9	-8,3%	-45,1%	5,6%
U Beira Interior	278	225	220	53	23,6%	26,4%	20,4%
U Coimbra	162	207	251	-45	-21,7%	-35,5%	4,7%
U Évora	364	362	228	2	0,6%	59,6%	28,8%
U Nova de Lisboa	65	75	70	-10	-13,3%	-7,1%	2,2%
U Minho	71	93	134	-22	-23,7%	-47,0%	2,4%
U Porto	390	436	595	-46	-10,6%	-34,5%	8,1%
UTAD	35	37	36	-2	-5,4%	-2,8%	2,3%
U Madeira	10	3	6	7	233,3%	66,7%	1,3%
U Lisboa	236	203	263	33	16,3%	-10,3%	3,1%
ISCTE-- IUL	nd	70	26	-70	-100,0%	-100,0%	0,0%
Total	3935	3928	4548				

O ano 2021 surge como o momento de recuperação para muitas instituições que haviam sofrido quebras significativas no número de estudantes no ano anterior. O IP Bragança, a instituição pública com mais estudantes internacionais inscritos 1A1V, conseguiu recuperar a perda sofrida em 2020 e até aumentou o número de estudantes em cerca de 23% quando comparado com o ano de 2019.

Apesar de, em 2019, ter bastante menos estudantes internacionais, o IP Porto viu os estudantes internacionais variar num número próximo do IP Bragança, mais do que duplicando o número destes estudantes. Em 2021 passou a figurar entre as cinco instituições públicas com mais estudantes internacionais inscritos no 1A1V, apesar destes ainda representarem apenas 8,5% das vagas oferecidas pela instituição no CNA.

Também com crescimento notável neste indicador entre 2019 e 2020 e com número de estudantes internacionais elevados, destacam-se o IP Viana do Castelo onde, em 2021, estes estudantes já representavam 15,5% das vagas colocadas a concurso no CNA. De igual modo, destacam-se a UBI e a U Évora, onde estes estudantes, no ano 2021, representavam 20,4% e 28,8%, respetivamente, das vagas do CNA.

Não obstante algumas instituições mantiveram a trajetória decrescente. No IP Castelo Branco, que em 2019 se contava entre as instituições com mais novos estudantes internacionais, assistiu-se a uma redução de 40% até 2021. Ainda assim, em 2021, representavam 23,3% das vagas do CNA da instituição.

Com uma redução bem mais acentuada no período considerado, destaca-se o IP Guarda que, em 2019, era a quarta instituição que mais estudantes internacionais novos acolheu, no entanto, em 2021 recebeu menos de um quinto desses estudantes, que representam apenas 6,6% das vagas do concurso nacional.

Entre as universidades, destaca-se a do Algarve com um decréscimo do número de novos estudantes internacionais em ambos os anos, 2020 e 2021, que representou uma redução total em cerca de 57,5% em relação a 2019.

A capacidade de captação de estudantes internacionais varia também com a área de estudo, como se pode comprovar na Tabela 29, a qual apresenta a distribuição de estudantes internacionais inscritos no 1A1V por áreas de formação. Na primeira parte da tabela são consideradas áreas mais agregadas (CNAEF 1 dígito), que são depois desagregadas na segunda parte da tabela (CNAEF 2 dígitos).

As áreas de Ciências Sociais, Comércio e Direito e de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção são as que mais estudantes internacionais têm captado. No seu conjunto, captavam, em 2019, cerca de 59% dos estudantes. Apesar da redução do número de estudantes novos, entre 2019 e 2021, em 14,2% na primeira e 22,2% na segunda, em 2021 ainda representavam 56% do total de novos estudantes internacionais no 1º ano.

Tabela 29 - Estudantes internacionais no Ensino Superior público: inscritos no 1A1V por área CNAEF, 2019-2021.

CNAEF	Designação	inscritos 2021	Inscritos 2020	Inscritos 2019	Diferença 2020- 2021	Varição Matriculados (%) 2020- 2021	Varição Matriculados (%) 2019- 2021
CNAEF 1 dígito							
1	Educação	140	106	120	34	32,1%	16,7%
2	Artes e Humanidades	509	493	576	16	3,2%	-11,6%
3	Ciências Sociais, Comércio e Direito	1292	1355	1505	-63	-4,6%	-14,2%
4	Ciências, Matemática e Informática	348	327	342	21	6,4%	1,8%
5	Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	915	1016	1176	-101	-9,9%	-22,2%
6	Agricultura	124	112	102	12	10,7%	21,6%
7	Saúde e Proteção Social	370	315	347	55	17,5%	6,6%
8	Serviços	236	202	377	34	16,8%	-37,4%
9	Desconhecido ou não especificado	1	2	3	-1	-50,0%	-66,7%
CNAEF 2 dígitos							
14	Formação Prof./ Formadores e Ciências Educação	140	106	120	34	32,1%	16,7%
21	Artes	300	297	348	3	1,0%	-13,8%
22	Humanidades	209	196	228	13	6,6%	-8,3%
31	Ciências Sociais e do Comportamento	386	424	435	-38	-9,0%	-11,3%
32	Informação e Jornalismo	107	113	107	-6	-5,3%	0,0%
34	Ciências Empresariais	662	634	736	28	4,4%	-10,1%
38	Direito	137	184	227	-47	-25,5%	-39,6%
42	Ciências da Vida	163	148	168	15	10,1%	-3,0%
44	Ciências Físicas	34	51	64	-17	-33,3%	-46,9%
46	Matemática e Estatística	29	24	17	5	20,8%	70,6%
48	Informática	122	104	93	18	17,3%	31,2%
52	Engenharia e Técnicas Afins	675	754	842	-79	-10,5%	-19,8%
54	Indústrias Transformadoras	31	32	41	-1	-3,1%	-24,4%
58	Arquitetura e Construção	209	230	293	-21	-9,1%	-28,7%
62	Agricultura, Silv. e Pescas	90	90	74	0	0,0%	21,6%
64	Ciências Veterinárias	34	22	28	12	54,5%	21,4%
72	Saúde	266	242	259	24	9,9%	2,7%
76	Serviços Sociais	104	73	88	31	42,5%	18,2%
81	Serviços Pessoais	189	158	304	31	19,6%	-37,8%
84	Serviços de Transporte		3	10	-3	-100,0%	-100,0%
85	Proteção do Ambiente	37	27	57	10	37,0%	-35,1%
86	Serviços de Segurança	10	14	6	-4	-28,6%	66,7%
99	Desconhecido ou não especificado	1	2	3	-1	-50,0%	-66,7%

Nota: O número relativo a 2021 exclui o ISCTE – IUL por indisponibilidade de dados.

É evidente alguma heterogeneidade dentro destas áreas. No caso da área de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção continua a ser a subárea da Engenharia e Técnicas Afins a que mais estudantes internacionais recebe apesar da redução de quase 20%, entre 2019 e 2021. Já a Arquitetura e Construção foi a subárea que mais sentiu a quebra de estudantes, em termos relativos, com uma redução de 28,7% no mesmo período.

Com uma oferta de cursos de 1º ciclo e de mestrado integrado sobretudo em língua portuguesa, são os países de língua portuguesa a principal origem dos estudantes internacionais recebidos pelas IES públicas.

Destacam-se quatro países – Angola, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau – que, no seu conjunto, foram a origem de 89% do total de novos estudantes internacionais matriculados no 1º ano em IES públicas, em 2021. A distribuição regional dos estudantes oriundos desses quatro países está expressa na Tabela 30.

Tabela 30 - Estudantes internacionais no Ensino Superior público oriundos de países de língua portuguesa, 2019-2021.

Distrito/Região Autónoma	Angola					Brasil				
	2021	2020	2019	var 2020-2021	var 2019-2021	2021	2020	2019	var 2020-2021	var 2019-2021
Açores	2	1	0	100%		8	10	17	-20,0%	-52,9%
Aveiro	4	2	7	100%	-42,9%	82	102	167	-19,6%	-50,9%
Beja	0	2	0			0	0	2		-100,0%
Braga	13	5	4	160%	225,0%	60	95	159	-36,8%	-62,3%
Bragança	96	44	53	118%	81,1%	84	69	82	21,7%	2,4%
Castelo Branco	69	51	36	35%	91,7%	27	72	141	-62,5%	-80,9%
Coimbra	11	15	10	-27%	10,0%	201	235	304	-14,5%	-33,9%
Évora	10	17	14	-41%	-28,6%	14	34	58	-58,8%	-75,9%
Faro	0	0	0			97	161	287	-39,8%	-66,2%
Guarda	3	0	0			1	1	12	0,0%	-91,7%
Leiria	2	2	4	0%	-50,0%	43	52	53	-17,3%	-18,9%
Lisboa	82	55	59	49%	39,0%	175	191	257	-8,4%	-31,9%
Madeira	1	0	0			3	0	1		200,0%
Portalegre	0	0	0			5	9	11	-44,4%	-54,5%
Porto	14	26	21	-46%	-33,3%	399	463	649	-13,8%	-38,5%
Santarém	13	0	2		550,0%	18	3	14	500,0%	28,6%
Setúbal	34	28	22	21%	54,5%	28	31	33	-9,7%	-15,2%
Viana do Castelo	2	2	4	0%	-50,0%	11	4	12	175,0%	-8,3%
Vila Real	12	0	1		1100,0%	12	23	28	-47,8%	-57,1%
Viseu	10	7	18	43%	-44,4%	65	53	91	22,6%	-28,6%
Total	378	257	255	47%	48,2%	1333	1608	2378	-17,1%	-43,9%

Distrito/Região Autónoma	Cabo Verde					Guiné-Bissau				
	2021	2020	2019	var 2020-2021	var 2019-2021	2021	2020	2019	var 2020-2021	var 2019-2021
Açores	0	1	0	-100,0%		41	20	2	105,0%	1950,0%
Aveiro	2	0	1		100,0%	1	0	0		
Beja	96	94	100	2,1%	-4,0%	2	1	0	100,0%	
Braga	1	25	19	-96,0%	-94,7%	1	3	0	-66,7%	
Bragança	272	221	200	23,1%	36,0%	23	13	49	76,9%	-53,1%
Castelo Branco	176	185	133	-4,9%	32,3%	164	166	218	-1,2%	-24,8%
Coimbra	13	21	6	-38,1%	116,7%	0	1	0	-100,0%	
Évora	179	261	134	-31,4%	33,6%	135	25	10	440,0%	1250,0%
Faro	0	0	0			0	0	0		
Guarda	20	26	122	-23,1%	-83,6%	14	36	182	-61,1%	-92,3%
Leiria	9	9	18	0,0%	-50,0%	14	2	1	600,0%	1300,0%
Lisboa	16	35	9	-54,3%	77,8%	17	23	7	-26,1%	142,9%
Madeira	1	2	4	-50,0%	-75,0%	0	0	1		-100,0%
Portalegre	35	40	20	-12,5%	75,0%	1	10	14	-90,0%	-92,9%
Porto	20	8	6	150,0%	233,3%	206	55	3	274,5%	6766,7%
Santarém	8	2	1	300,0%	700,0%	40	206	180	-80,6%	-77,8%
Setúbal	4	2		100,0%		3	1	0	200,0%	
Viana do Castelo	30	43	48	-30,2%	-37,5%	123	19	19	547,4%	547,4%
Vila Real	1	0	0			3	1	0	200,0%	
Viseu	5	34	5	-85,3%	0,0%	102	62	17	64,5%	500,0%
Total	888	1009	826	-12,0%	7,5%	890	644	703	38,2%	26,6%

Nota: (1) Angola, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau representavam 88,7%, 89,6% e 91,5% do total de estudantes internacionais inscritos pela 1ª vez no 1º ano em IES públicas, em 2021, 2020 e 2019, respetivamente. (2) O número relativo a 2021 exclui o ISCTE – IUL por indisponibilidade de dados.

Alguma variabilidade regional é evidente na Tabela 30. É do Brasil que vem a maior fatia de estudantes internacionais: 1333 em 2021, um valor que, ainda assim, contrasta com os 2378 observados em 2019, resultado de uma redução de quase 44%. Esta redução é comum a quase todos os distritos de destino dos estudantes, mesmo naqueles onde os estudantes brasileiros estão em maior número (i.e., mais de 100 estudantes): Porto, Coimbra e Lisboa (por ordem decrescente).

A redução do número de estudantes brasileiros, entre 2019 e 2021, foi acompanhada de um aumento do número de estudantes das restantes três nacionalidades. O número de estudantes provenientes da Guiné-Bissau aumentou de 703 em 2019 para 890, em 2021 (apesar do decréscimo sofrido em 2020). Estes, por sua vez, são em número superior a 100 nos distritos do Porto, Castelo Branco, Évora, Viana do Castelo e Viseu (por ordem decrescente). O número de novos estudantes de Cabo-Verde, em 2021, diminuiu relativamente a 2020, mas foi, ainda assim, superior ao observado em 2019. Estes estudantes têm os distritos de Bragança, Évora e Castelo Branco (por ordem decrescente) como os seus principais destinos. Os estudantes de nacionalidade angolana são em número bastante inferior aos estudantes do Brasil, de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, mas, entre 2019 e 2021, esse número aumentou em cerca de 48%. Lisboa, Bragança e Castelo Branco são os seus destinos principais.

Tendo em vista avaliar o grau relativo de concentração de estudantes de uma dada nacionalidade numa dada região, foi ainda calculado o quociente de localização, para as quatro nacionalidades mais representativas – Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola – nos distritos e regiões autónomas portuguesas (Tabela 31).

Tabela 31 - Estudantes internacionais no Ensino Superior público: quocientes de localização para os países de língua portuguesa, 2019-2021.

Distrito/Região Autónoma	Angola			Brasil			Cabo Verde			Guiné-Bissau		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Açores	0,41	0,48	0,00	0,46	0,76	1,71	0,00	0,12	0,00	3,55	3,81	0,68
Aveiro	0,42	0,28	0,69	2,42	2,29	1,75	0,09	0,00	0,03	0,04	0,00	0,00
Beja	0,00	0,30	0,00	0,00	0,00	0,04	4,21	3,62	5,40	0,09	0,06	0,00
Braga	1,61	0,55	0,37	2,11	1,67	1,59	0,05	0,70	0,55	0,05	0,13	0,00
Bragança	1,74	1,52	2,02	0,43	0,38	0,34	2,09	1,95	2,36	0,18	0,18	0,68
Castelo Branco	1,52	1,54	1,18	0,17	0,35	0,49	1,65	1,43	1,34	1,53	2,00	2,59
Coimbra	0,49	0,82	0,54	2,54	2,04	1,75	0,25	0,29	0,10	0,00	0,02	0,00
Évora	0,29	0,72	1,10	0,11	0,23	0,49	2,18	2,81	3,24	1,64	0,42	0,28
Faro	0,00	0,00	0,00	2,29	2,15	1,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guarda	0,53	0,00	0,00	0,05	0,03	0,07	1,50	1,25	2,00	1,05	2,71	3,50
Leiria	0,14	0,24	0,49	0,86	0,99	0,69	0,27	0,27	0,68	0,42	0,10	0,04
Lisboa	2,53	2,20	2,72	1,53	1,22	1,27	0,21	0,36	0,13	0,22	0,37	0,12
Madeira	1,04	0,00	0,00	0,89	0,00	0,32	0,44	2,60	3,67	0,00	0,00	1,08
Portalegre	0,00	0,00	0,00	0,26	0,35	0,41	2,77	2,47	2,16	0,08	0,97	1,78
Porto	0,22	0,70	0,52	1,79	1,99	1,71	0,13	0,05	0,05	1,38	0,59	0,03
Santarém	1,41	0,00	0,17	0,55	0,03	0,13	0,37	0,04	0,03	1,84	5,90	5,68
Setúbal	4,66	6,39	6,65	1,09	1,13	1,07	0,23	0,12	0,00	0,17	0,09	0,00
Viana do Castelo	0,12	0,40	0,80	0,19	0,13	0,26	0,79	2,20	2,97	3,24	1,52	1,38
Vila Real	3,57	0,00	0,50	1,01	1,52	1,49	0,13	0,00	0,00	0,38	0,16	0,00
Viseu	0,57	0,68	2,20	1,04	0,82	1,19	0,12	0,84	0,19	2,45	2,41	0,75

Nota: O número relativo a 2021 exclui o ISCTE – IUL por indisponibilidade de dados.

Os estudantes provenientes do Brasil estão sobrerrepresentados em muitos distritos, mas Coimbra, Aveiro, Faro e Braga são aqueles onde a sobre representação é maior. Desde 2019 que assim é, mas ao longo destes três anos tem vindo a acentuar-se. Em contrapartida, estão bastante sub representados nos distritos de Castelo Branco. Évora, Guarda e Beja.

Beja e Évora, juntamente com os distritos de Bragança e Portalegre apresentam uma elevada sobre representação de estudantes Cabo-verdianos. Esta é observada desde 2019, mas tem vindo a tornar-se menos forte nestes distritos, à exceção de Portalegre onde a sobre representação se agravou. Em Faro e na RA Açores não estudou, em 2021, qualquer estudante de Cabo-Verde.

No caso dos estudantes nacionais da Guiné-Bissau, a RA Açores e os distritos de Viana do Castelo e de Viseu sobressaem como aqueles em estes estudantes estão mais sobre representados. Por seu lado, Coimbra, Faro e a RA Madeira não receberem qualquer estudante proveniente da Guiné-Bissau.

Os estudantes internacionais de nacionalidade angolana estão bastante sobre representados nos distritos de Setúbal, Vila Real e Lisboa, quando comparados com o país como um todo. Em contrapartida, nenhum deles é encontrado nos distritos de Beja e Portalegre.

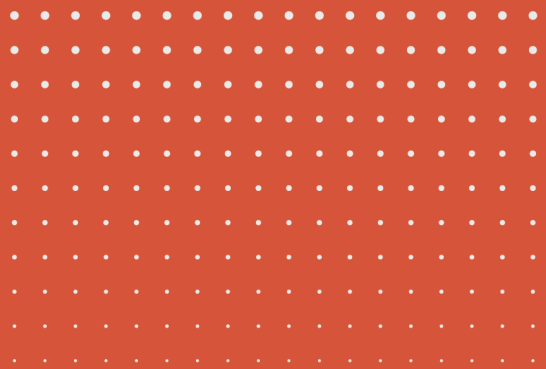
Resumindo, estes dados sugerem alguma especialização das várias regiões no que respeita à nacionalidade dos estudantes internacionais que captam.



cur

rsos técn

ursos técnicos superiores profissionais



5- Cursos Técnicos Superiores Profissionais

Os cursos TeSP são uma oferta formativa de Ensino Superior, criada em 2014, ministrada por Institutos e Escolas Politécnicas, que correspondem a um ciclo de estudos superior não conferente de grau académico com uma duração de dois anos (120 ECTS). São cursos orientados para uma especialização profissional e cuja conclusão com aproveitamento conduz à atribuição do diploma de técnico superior profissional.

Pretendeu-se com este ciclo curto de Ensino Superior introduzir uma oferta educativa de natureza profissional alinhada com o nível 5 do Quadro Europeu de Qualificações, bem como com as necessidades da economia e das regiões onde seriam ministrados.

Os institutos e as escolas de natureza politécnica definem anualmente o leque de cursos TeSP que pretendem oferecer, em função das necessidades de formação identificadas na região em que se inserem e da sua capacidade instalada, fixando as áreas de formação do ensino secundário que permitem concorrer a cada curso.

A oferta de cursos TeSP tem vindo a aumentar, embora com uma gestão muito flexível por parte das instituições. Os cursos podem ser ministrados noutras localidades que não a da IES e funcionar apenas o tempo necessário para colmatar as necessidades identificadas (DGES, 2019; 2021). O número de cursos registado é significativamente superior ao número de cursos que efetivamente funciona em cada ano letivo, assim como as vagas fixadas que têm sido superiores à procura de estudantes 1A1V, refletindo as opções de gestão das instituições numa lógica de aproveitamento da capacidade instalada e de resposta às necessidades da região.

A natureza e organização destes cursos obrigam a um forte envolvimento das IES com as entidades empregadoras, quer para garantir a oferta de estágios profissionais que se realizam no quarto e último semestre dos cursos, quer na perspetiva de alinhamento da oferta às necessidades sentidas pelo mercado de trabalho. Por outro lado, pretende-se também promover redes regionais de formação, garantindo respostas de especialização profissional e de prosseguimento de estudos no Ensino Superior alinhadas com as ofertas do ensino secundário, em particular, com as ofertas de dupla certificação. Os titulares de diploma de técnico superior profissional podem aceder e ingressar nos ciclos de estudos de licenciatura da Instituição que outorga o diploma do TeSP, submetendo-se para tal a um concurso especial específico.

Marcado por uma forte natureza profissionalizante, de ciclo curto e significativa flexibilidade organizativa, os cursos TeSP têm constituído a resposta do Ensino Superior politécnico à procura crescente por especializações profissionais, em determinadas áreas, com uma rápida absorção pelo mercado de trabalho, mas também têm contribuído para aumentar o número de estudantes no Ensino Superior.

Com efeito, os cursos TeSP “foram criados com o objetivo de alargar e diversificar a oferta de Ensino Superior, aumentar o número de cidadãos com qualificações superiores e atrair novos públicos, designadamente jovens oriundos do ensino secundário profissional e adultos que quisessem requalificar-se” (DGES, 2019).

A possibilidade de dar continuidade ao percurso académico no Ensino Superior, com vista a adquirir um grau académico, e a proximidade do curso TeSP com o percurso de formação profissionalizante iniciado pelos jovens do ensino secundário de dupla certificação é um dos atrativos que tem vindo a trazer mais diplomados destas ofertas ao Ensino Superior, contribuindo deste modo para alargar a base social de acesso e frequência de Ensino Superior.

Por outro lado, esta é uma oferta que se pretende também apelativa para os adultos, numa lógica de formação e de qualificação ao longo da vida, embora o seu contributo para aumentar a participação de adultos no Ensino Superior tenha vindo a ser menor.

5.1- Evolução da Oferta e da Procura de Cursos TeSP

A procura de cursos TeSP tem vindo a crescer desde o seu lançamento. Como se pode verificar na Tabela 32 o número de inscritos no 1A1V chegou em 2021/2022 a 10 717, sendo que cerca de 75,5% destes se encontram no Ensino Superior público. Apenas o ano letivo de 2020/2021 interrompeu a sequência de crescimento do número de inscritos no 1A1V desde o seu início.

Tabela 32 - Cursos TeSP: Inscritos no 1A1V por natureza do estabelecimento de ensino, 2014/2015-2021/2022.

Natureza Estabelecimento de Ensino	2014 2015	2015 2014	2016 2017	2017 2018	2018 2019	2019 2020	2020 2021	2021 2022
Público	345	5131	5539	5563	6316	7506	6999	8095
Privado	50	1018	1293	1542	2003	2519	2397	2622
TOTAL	395	6149	6832	7105	8319	10025	9396	10717

Fonte: DGES, 2022 e DGEEC, 2022.

Os dados de 2020 traduzem uma tendência de redução da taxa de crescimento dos inscritos. Para tal poderá contribuir a entrada em funcionamento do concurso especial dos diplomados dos cursos profissionais e artísticos para acesso aos cursos de licenciatura.

No entanto, o crescimento no ano letivo de 2021/2022 deve-se, sobretudo, aos estabelecimentos de ensino público que diversificaram a sua oferta de cursos em diferentes localidades distribuídas pelo país (Tabela 33).

Tabela 33 - Inscritos em cursos TeSP de 2017/2018 a 2021/2022 (total de Inscritos em todos os anos curriculares).

Natureza do estabelecimento de ensino	2017 2018	2018 2019	2019 2020	2020 2021	2021 2022
Público	10 243	11 342	13 152	12877	14694
Privado	2 528	3 452	3 748	4213	4405
TOTAL	12 771	14 794	16 900	17090	19099

Fonte: DGES, 2022 e DGEEC, 2022.

O acesso aos cursos TeSP é efetuado ao abrigo do regime jurídico de graus e diplomas, mediante as seguintes condições: i) Titulares de ensino secundário ou equivalente; ii) aprovados nas provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do Ensino Superior dos maiores de 23 anos; iii) titulares de diploma de técnico superior profissional; iv) titulares de diploma de especialização tecnológica; v) titulares de grau de Ensino Superior.

Tabela 34 - Inscritos em CTeSP no 1A1V, por forma de ingresso, de 2017/2018 a 2020/2021.

FORMA DE INGRESSO	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Total	6 963	8 508	9 349	9 684
Titulares de curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente (para acesso ao curso técnico superior profissional)	6 861	8 417	9 150	9 414
Concurso especial de acesso e ingresso para estudantes internacionais	-	-	108	124
Provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do Ensino Superior dos 23M	52	48	42	59
Mudança de instituição/curso	27	20	29	58
Titulares de diploma de curso técnico superior profissional	3	4	2	17
Titulares de outros cursos superiores	8	14	15	6
Titulares de diploma de especialização tecnológica	12	5	3	6

Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC, 2022.

Como se pode registar na Tabela 35, a grande maioria dos estudantes em cursos TeSP acedem a estes cursos como titulares de curso de ensino secundário ou equivalente (97% em 2020/2021). Destes, grande parte não provém dos cursos científico-humanísticos, mas sim dos cursos profissionais e de outros cursos do ensino secundário que, embora não estando especificados, se enquadrarão na modalidade de dupla certificação. Uma nota de realce para o número crescente de estudantes vindos do concurso especial de acesso e ingresso para estudantes internacionais.

Tabela 35 - Inscritos em CTeSP no 1A1V, por grupo etário em 2021/2022.

Grupo Etário	Total	Público	Privado
[< 20]	6302	4930	1372
[21-25]	2649	1838	811
[26-30]	742	551	191
[31-35]	401	323	78
[36-40]	256	187	69
[41-45]	165	119	46
[46-50]	123	89	34
[51-55]	60	44	16

Grupo Etário	Total	Público	Privado
[56-60]	13	9	4
[> 60]	6	5	1
Total	10717	8095	2622

Fonte: DGES, 2022.

O perfil de procura destes cursos alterou significativamente, tendo em 2021/2022 cerca de 59% dos inscritos em CTESP 20 ou menos anos de idade (Tabela 36). Os TeSP são uma oferta formativa que, pela sua duração, organização e natureza, têm vindo a contribuir para a participação de adultos, embora continuem com procura elevada de por jovens. Em 2021/2022, 83,5% dos inscritos no 1A1V tem 25 ou menos anos de idade, peso inferior ao do ano transato (86%).

Tabela 36 - Inscritos em CTESP no 1A1V, por distrito de funcionamento (2017/2018 a 2021/2022).

Distrito/ Concelho	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
Aveiro	436	501	935	543	547
Beja	244	306	333	301	286
Braga	530	718	892	1081	1091
Bragança	316	476	427	401	600
Castelo Branco	209	270	226	161	189
Coimbra	387	270	299	211	368
Évora	0	0	0	0	0
Faro	162	172	144	174	266
Guarda	184	192	594	241	177
Leiria	936	1010	1042	1133	1260
Lisboa	664	700	764	766	1375
Portalegre	170	142	145	125	152
Porto	1071	1363	1654	1652	1723
Santarém	447	611	797	680	717
Setúbal	499	601	574	716	694
Viana do Castelo	413	465	527	392	447
Vila Real	41	75	97	87	123
Viseu	274	297	392	465	348
R.A.Açores	18	5	7	6	52
R.A.Madeira	104	145	176	261	302
Total	7105	8319	10025	9396	10717

Fonte: DGES, 2022.

Em 2021/2022 a cobertura regional da rede de cursos TeSP continua muito expressiva (Tabela 35). Porto, Lisboa, Leiria e Braga são os distritos com maior número de novos estudantes inscritos em TeSP, tendo este número aumentado significativamente em Lisboa. Bragança viu também crescer os estudantes inscritos em cursos TeSP. Já outros distritos, com uma forte expressão desta oferta, revelam alguma variação no número de estudantes inscritos.

5.2- Diplomados dos Cursos TeSP

O número de diplomados destes cursos tem vindo a aumentar desde a sua criação. Em 2019/2020 diplomaram-se 4791, representando um crescimento de 15% face ao ano letivo anterior (Tabela 37).

Tabela 37 - Diplomados em CTesP (2015/2016 a 2019/2020) e total de diplomados em todos os cursos/ciclos de estudos no Ensino Superior.

Curso/Ciclo de estudos	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020
Curso técnico superior profissional	170	3 213	3 756	4 181	4791
TOTAL	73 086	77 034	79 849	81 138	85 799

Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC, 2022.

Cerca de 77% destes diplomados são de cursos TeSP promovidos pelo subsistema politécnico público, à semelhança da distribuição que a oferta e os inscritos registam (Tabela 38).

Tabela 38- Diplomados em CTesP, por natureza e tipo de ensino, em 2019/2020.

Natureza e tipo de ensino	Diplomados em CTesP
Ensino Superior Público	3 701
Ensino Superior Privado	1090
TOTAL	4 791

Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC, 2022.

De acordo com a Tabela 39 as áreas com maior número de diplomados de cursos TeSP são as Ciências Empresariais, Administração e Direito, Engenharias, Tecnologias de Informação e Comunicação. Por outro lado, as áreas com menor número de diplomados são a Educação, Ciências Sociais, Jornalismo e Informação e Ciências Naturais, Matemática e Estatística. As áreas da Saúde e da Agricultura estão com taxas de crescimento elevadas.

Tabela 39 - Diplomados em CTesP, por área de educação e formação (CNAEF), de 2016 a 2020.

Área de educação e formação CNAEF	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020
Educação	-	-	-	8
Artes e Humanidades	314	675	437	438
Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	10	14	11	24
Ciências Empresariais, Administração e Direito	715	690	824	931
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	36	50	80	59
Tecnologias da Informação e Comunicação	537	675	678	801
Engenharia, Indústrias Transformadoras e construção	570	727	808	889
Agricultura, Silvicultura, Pescas e Ciências Veterinárias	289	285	265	361
Saúde e Proteção Social	343	475	463	639
Serviços	399	465	615	641
TOTAL	3 213	3756	4 181	4791

Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC.

Ao contrário dos outros ciclos do Ensino Superior e níveis CITE (6, 7 e 8), a maioria dos diplomados dos cursos TeSP são do género masculino. Em 2019/2020, representaram 56,5% do total de diplomados, enquanto nos restantes ciclos do Ensino Superior, nesse ano, o valor foi de 41%.

Tabela 40 - Diplomados em CTesP, por género e grupo etário, de 2016/2017 a 2019/2020.

	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020
Total	3 213	3 756	4 181	4 791
20 ou menos anos	781	897	992	1 175
21 e 22 anos	1 341	1 695	1 850	2 143
23 - 29 anos	815	883	1 008	1 152
30 - 39 anos	172	168	197	185
40 e mais anos	104	113	134	136
Homens	1 839	2 176	2 410	2 706
20 ou menos anos	434	514	562	643
21 e 22 anos	754	961	1 043	1 186
23 - 29 anos	500	536	629	677
30 - 39 anos	95	105	109	118
40 e mais anos	56	60	67	82
Mulheres	1 374	1 580	1 771	2 085
20 ou menos anos	347	383	430	532
21 e 22 anos	587	734	807	957
23 - 29 anos	315	347	379	475
30 - 39 anos	77	63	88	67
40 e mais anos	48	53	67	54

Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC, 2022.

A maioria dos diplomados dos cursos TeSP são jovens, na medida em que estes cursos são sobretudo frequentados por estudantes jovens. Em 2019/2020, 45% dos diplomados tinha 21 ou 22 anos, sendo a expressão dos diplomados com 20 ou menos anos semelhante à dos diplomados com 23 a 29 anos de idade (cerca de 24% cada), conforme expresso na Tabela 40.

5.3- Prosseguimento de Estudos dos Diplomados dos Cursos TeSP

Os trabalhos da DGEEC sobre o prosseguimento de estudos entre os jovens que concluem cursos TeSP nas instituições portuguesas de Ensino Superior politécnico (públicas e privadas) têm vindo a permitir calcular as taxas de transição para cursos de licenciatura e outros cursos superiores, ao determinar a situação destes jovens perante os estudos um ano após a conclusão dos cursos TeSP.

Com base nos dados do Inquérito ao Registo de Estudantes Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (DGEEC, 2022), pode-se verificar que uma parte significativa – mais de metade dos diplomados destes cursos – tem vindo a transitar para licenciaturas, aproveitando a possibilidade de utilizar as condições preferenciais que os TeSP proporcionam para o efeito. Naturalmente, esta é uma das saídas expectáveis para os diplomados dos TeSP, a de ingresso em licenciaturas

oferecidas nas mesmas Instituições e uma das razões de organização por parte dos Institutos Politécnicos e as Escolas Politécnicas desta oferta. Dos estudantes inscritos em licenciatura no ano seguinte, a grande maioria encontra-se inscrito na mesma instituição.

Estes dados comprovam que os cursos TeSP constituem uma forma alternativa de acesso aos cursos de licenciatura e que, desse modo, têm contribuído para ampliar o número de estudantes que prossegue os seus estudos superiores. Estas taxas de transição registam, todavia, algumas variações ao longo dos anos que podem refletir, entre outros aspetos, o comportamento do mercado de trabalho.

Admite-se, no entanto, que em períodos de maior desemprego essa progressão para o Ensino Superior seja maior e que, quando as condições do mercado de trabalho melhoram e a procura de técnicos especialistas por parte dos empregadores aumenta, a possibilidade de continuar os estudos para licenciatura seja mais limitada, sobretudo no ano seguinte à conclusão do curso TeSP.

Esta variação depende consideravelmente em função da área de educação e formação e da região do país onde se leciona a formação.

Tabela 41 - Situação dos diplomados de cursos TeSP, de 2015/2016 a 2019/2020.

Diplomados em CTESP		Situação dos diplomados no ano letivo seguinte		
Ano letivo	Nº Diplomados	Inscrito em licenciatura (%)	Inscritos noutros ciclos (%)	Não encontrado no Ensino Superior (%)
2015/2016	170	51	1	48
2016/2017	3213	61	1	38
2017/2018	3756	58	0	42
2018/2019	4181	56	1	43
2019/2020	4791	56	1	43

Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC, 2022.

A Tabela 42 mostra as taxas de transição para licenciatura por área de educação e formação do curso TeSP. Em todas as áreas, mais de 50% dos diplomados transitaram para licenciaturas, com exceção das Artes e Humanidades em que essa transição ficou ligeiramente abaixo dos 50%, o que se poderá explicar pela reduzida oferta de licenciaturas que o sistema politécnico tem nesta área.

A maior parte dos diplomados dos cursos TeSP em 2019/2020 que continuam inscritos no Ensino Superior em 2020/2021, mantiveram-se nas mesmas áreas de educação e formação. De sublinhar que, a título de exemplo, dos diplomados em cursos TeSP nas áreas da Agricultura e da Saúde e Proteção Social, no ano seguinte, estão inscritos num curso de licenciatura 74% e 69%, respetivamente.

Tabela 42 - Situação dos diplomados de cursos TeSP no ano letivo seguinte, por área de educação e formação do CTeSP, 2019/2020.

Diplomados em CTeSP		Situação dos diplomados no ano letivo seguinte			
CNAEF	Nº de diplomados	Inscrito em licenciatura		Não encontrado no Ensino Superior	
Educação	8	6	75%	2	25%
Artes e Humanidades	438	208	47%	226	52%
Ciências Sociais, Comércio e Direito	955	511	54%	440	56%
Ciências, Matemática e Informática	860	509	59%	345	40%
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	884	487	55%	389	44%
Agricultura	361	267	74%	92	25%
Saúde e Proteção Social	639	440	69%	196	31%
Serviços	646	358	55%	283	44%

Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC, 2022.

Do ponto de vista regional, a Tabela 43 expressa valores sobre a taxa de transição para licenciatura registadas pelos diplomados dos cursos TeSP no ano letivo de 2019/2020, em cada distrito das instituições.

Tabela 43 - Situação dos diplomados de cursos TeSP no ano letivo seguinte, por distrito da IES, 2019/2020.

Diplomados em CTeSP		Situação dos diplomados no ano letivo seguinte	
Distrito que conferiu o diploma	Diplomados (Nº)	Inscrito em licenciatura (%)	Não encontrado no Ensino Superior (%)
Aveiro	229	19	81
Beja	170	81	19
Braga	401	33	67
Bragança	387	78	22
Castelo Branco	144	83	17
Coimbra	216	75	25
Faro	78	53	47
Guarda	75	55	45
Leiria	619	56	44
Lisboa	365	61	39
Portalegre	92	60	40
Porto	821	60	40
R.A. da Madeira	93	14	86
R.A. dos Açores	6	50	50
Santarém	306	69	31
Setúbal	312	60	40
Viana do Castelo	216	54	46
Vila Real	28	79	21
Viseu	199	70	30

Obs: Não incluídos diplomados inscritos noutros ciclos

Fonte: Inquérito ao registo de estudantes inscritos e diplomados do Ensino Superior, DGEEC, 2022.

Como já anteriormente foi sugerido, no âmbito das propostas deste grupo de trabalho, considera-se que as instituições devem ser estimuladas a apostar em cursos TeSP, com uma forte ligação às

entidades externas, nomeadamente às empresas, devendo ser ajustados às necessidades do mercado de trabalho.

De igual modo, recomenda-se o alargamento dos cursos em formato pós-laboral, de modo a tornar estes cursos uma hipótese viável para jovens trabalhadores e adultos poderem dar continuidade à sua formação, à medida que investem no seu percurso profissional.



s não conf

cursos não conferentes de grau



6- Cursos não conferentes de grau

6.1- Considerações Iniciais

O regime jurídico dos graus e diplomas determina que as IES podem atribuir outros diplomas não conferentes de grau (Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto). Estas formações não estão sujeitas a acreditação junto da A3ES e a registo na DGES, não sendo a inscrição dos estudantes contabilizada no RAIDES da responsabilidade da DGEEC.

Este tipo de oferta funciona de um modo não regulado, sendo escassa a informação atual sobre as suas características e tipologias de estudantes. Se igual modo, é escassa a informação das IES sobre a procura de competências do empregador para uma oferta mais estratégica e orientada para o futuro (OCDE 2022). No entanto, estas formações têm vindo a assumir maior relevância para os modernos desafios sociais e para responder às necessidades do mercado de trabalho, na perspetiva de reconversão de competências *up-skilling* e *re-skilling* dos cidadãos, a fim de ultrapassar o fosso entre os resultados de aprendizagem das suas qualificações formais iniciais e as necessidades emergentes de competências no mercado de trabalho.

No quadro do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, o PRR prestou uma atenção reforçada à criação de oferta formativa de curta duração, conducente à obtenção de microcredenciais dirigida a públicos variados. Deste modo, permite percursos flexíveis e modulares, de formação centrada no estudante e privilegiando métodos de inovação pedagógica para responder a conceitos de aprendizagem de curto prazo para dar resposta às exigências do mercado de trabalho.

Na realidade, a necessidade de valorizar, de validar, de reconhecer, promovendo a aceitação no mercado de trabalho das competências obtidas neste tipo de percursos curtos, tem impulsionado a lógica de abordagem europeia às microcredenciais (Comissão Europeia, 2020). Esta abordagem às microcredenciais permitirá às IES oferecer cursos curtos em maior escala, de forma comparável em toda a Europa, assegurando padrões de qualidade, e facilitando o seu reconhecimento e portabilidade em toda a Europa.

Atendendo aos desafios com que o país se defronta, o PRR considerou o programa “Impulso Adultos” com o objetivo de reforçar e diversificar a formação pós-secundária, garantindo a reconversão e atualização de competências através do desenvolvimento de soluções de qualificação flexíveis, de qualidade e capazes de dar resposta à transformação dos mercados de trabalho e aos novos requisitos da empregabilidade. Este programa tem como meta duplicar a participação de adultos em processos de atualização e reconversão de competências, através da participação de mais de 95 mil adultos ativos em programas de formação, articulados com empregadores públicos e privados, incluindo as empresas.

Considerando que no ano letivo 2019/2020 estavam inscritos cerca de 24655 mil estudantes em cursos pós-graduados não conferentes de grau académico, esta meta corresponde a uma duplicação do número de participantes nos próximos cinco anos. Neste contexto, foram aprovados e assinados 33 contratos-programa, permitindo a frequência de ações de formação no Ensino Superior até 2025 de 95911 adultos, dos quais 18330 em instituições localizadas no interior do país.

6.2- Caracterização da Oferta

Atendendo à importância que este tipo de oferta educativa assume no cumprimento das metas europeias e no desenvolvimento do país, a DGES realizou um inquérito relativo ao ano letivo de 2020/2021, na sequência do trabalho iniciado no anterior neste domínio.

O inquérito foi enviado a 96 instituições, públicas e privadas, do sistema universitário e politécnico, tendo-se excluído deste universo as instituições militares, tendo respondido 83 instituições (Tabela 44).

Tabela 44 - Resposta ao inquérito sobre formações não conferentes de grau académico ano letivo 2020-2021, por tipo de instituição e subsistema de ensino.

		Total de Instituições	Respostas	Respostas (%)
Público	Universitário	14	14	100
	Politécnico	20	20	100
Privado	Universitário	21	17	81
	Politécnico	41	32	78
Total		96	83	86

A maioria das instituições manteve em funcionamento formações não conferentes de grau, sendo que todas as universidades públicas oferecem formações não conferentes de grau (Tabela 45).

Tabela 45 – Formações não conferentes de grau académico em 2022-2022, por tipo de instituição e subsistema de ensino.

		Respostas	IES com FNCGA	IES com FNCGA (%)
Público	Universitário	14	14	100
	Politécnico	20	19	95
Privado	Universitário	17	16	94
	Politécnico	32	27	84
Total		83	76	92

A análise da Tabela 46 permite concluir que o Ensino Superior público concentra uma maior percentagem destes cursos, sejam cursos organizados em ECTS ou cursos não organizados em ECTS. Em 2020/2021, esse valor alcançou o seu máximo, onde 75% do total de cursos oferecidos se concentram no Ensino Superior público (72% em 2018/2019 e 68% em 2019/2020).

Quanto à organização dos cursos, a maioria dos cursos são organizados em ECTS, verificando-se que em 2020/2021 existe um maior equilíbrio na distribuição do número de cursos pela sua organização, sendo que 59% estavam organizados de acordo com o referido sistema (64,7% em

2018/2019 e 67% em 2019/2020). No ano letivo de 2020/2021, verifica-se um aumento do número de formações não conferentes de grau: 36% face ao ano letivo anterior (2019/2020).

Tabela 46 - Número de formações não conferentes de grau em funcionamento.

Ano letivo Subsistema	2018/2019				2019/2020				2020/2021			
	Público		Privado		Público		Privado		Público		Privado	
Tipo	Univer	Polité	Univer	Polité	Univer	Polité	Univer	Polité	Univer	Polité	Unive	Polité
Cursos em ECTS	607	99	167	145	549	100	169	150	856	163	164	119
Cursos Não Organizados em ECTS	386	43	120	7	302	31	129	13	484	194	116	160
Total	993	142	287	152	851	131	298	163	1340	357	280	279
Total de cursos por subsistema	1135		439		982		461		1697		559	
Total de cursos/Ano	1574				1443				2256			
Variação do total de cursos face ao ano anterior	N/A				-9,08%				36,04%			

Em 2019/2020 encontravam-se inscritos 37560 estudantes, face aos 36920 estudantes em 2018/2019. Pode-se constatar um aumento progressivo do número de estudantes inscritos em cursos organizados em ECTS nos três anos letivos, sendo que em 2020/2021 existe um aumento de 7,8% face ao ano letivo anterior.

Tabela 47 - Número de estudantes inscritos em formações não conferentes de grau em 2018/2019, 2019/2020 e 2020/2021, por subsistema, tipo de instituição e tipo de organização.

Ano letivo	2018/2019				2019/2020				2020/2021			
Subsistema	Público		Privado		Público		Privado		Público		Privado	
Tipo	Univ.	Polit.	Univ	Polit	Univ	Polit	Univ	Polit	Univ	Polit	Univ	Polit
Estudantes inscritos em cursos organizados em ECTS	13 966	2 191	2 755	2 896	16 366	2 331	2 943	3 015	15 702	3 221	2 856	4 966
Estudantes inscritos em cursos não organizados em ECTS	10 642	1 103	3 225	142	8 488	619	3 016	782	N/Q	N/Q	N/Q	N/Q
Total	24 608	3 294	5 980	3 038	24 854	2 950	5 959	3 797	15 702	3 221	2 856	4 966
Total de estudantes inscritos por subsistema	27 902		9 018		27 804		9 756		18 923		7 822	
Total de estudantes inscritos/Ano	36 920				37 560				26 745			

Fonte: DGES, 2022.

A Tabela 48 mostra o número de estudantes inscritos em formações não conferentes de grau em comparação com o dos estudantes em cursos conferentes de grau, comprovando-se que nas instituições universitárias públicas, por cada 100 estudantes inscritos em cursos conferentes de grau estiveram inscritos 40 e 39 estudantes em cursos não conferentes de grau, em 2018/2019 e 2019/2020, respetivamente.

Tabela 48 - Estudantes inscritos em cursos não conferentes de grau em 2018/2019 e 2019/2020, face aos estudantes inscritos em cursos conferentes de grau.

		Público		Privado		Total geral
		Universitário	Politécnico	Universitário	Politécnico	
Inscritos 1A1V (L+MI+M+D)	2018/2019	61 354	33 054	15 797	5 129	115 334
	2019/2020	64 203	35 362	16 409	5 263	121 237
	2020/2021	66 492	39 041	17 200	6 184	128 917
Peso dos estudantes de cursos não conferentes de grau face a estudantes de cursos conferentes de grau	2018/2019	40%	10%	38%	59%	32%
	2019/2020	39%	8%	36%	72%	31%
	2020/2021*	9%	1%	6%	47%	7%

*Informação referente aos inscritos em cursos organizados em ECTS. Fonte: DGES, 2021

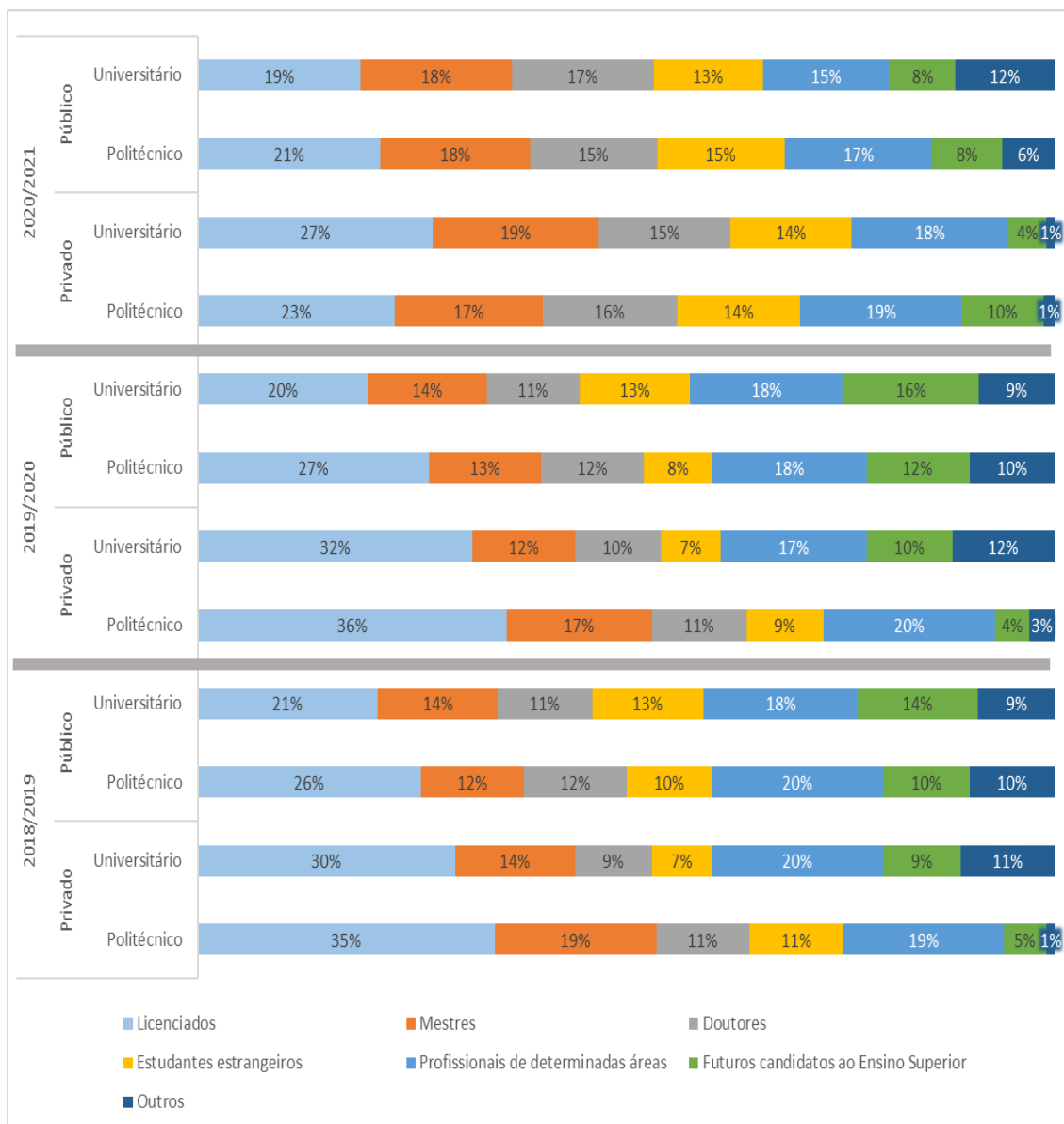
É no ensino politécnico público que esta relação é mais baixa, descendo para 10 em 2018/2019 e 8 em 2019/2020. No sistema politécnico privado este ratio é maior, pois por cada 100 inscritos em cursos conferentes de grau encontram-se 59 em 2018/2019 e 72 em 2019/2020 inscritos em cursos não conferentes de grau.

No que diz respeito aos dados referentes ao ano letivo de 2020/2021, conforme anteriormente referido, apenas consta a informação referente aos estudantes inscritos em cursos organizados em ECTS, razão pela qual os resultados são distintos. No entanto, importa continuar a sublinhar o caso do sistema politécnico privado em que o ratio continua a apresentar um valor elevado de 47%.

Por sua vez, a Figura 8 apresenta informação sobre os públicos-alvo a quem se dirige a oferta formativa, constatando-se que são dirigidos, maioritariamente, para detentores do grau de licenciado.

Todavia, estas formações também se dirigem a profissionais de determinadas áreas específicas, a detentores do grau de mestre, de doutor, estudantes estrangeiros e ainda a futuros candidatos a ciclos de estudos.

Figura 8 - Públicos-alvo mais frequentes nos cursos não conferentes de grau em 2018/2019 e 2019/2020, por subsistema e natureza.

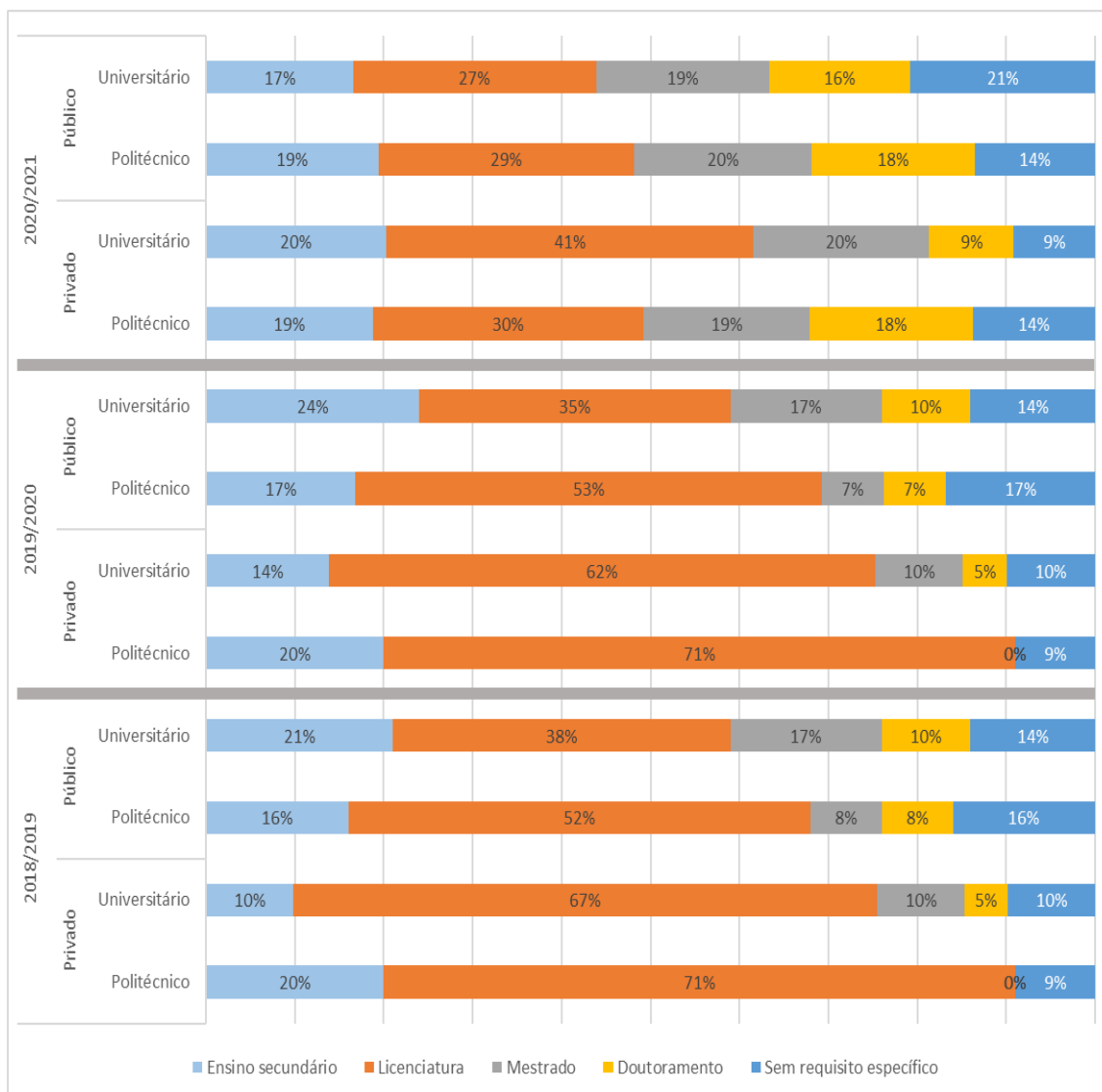


No que se refere à exigência de uma escolaridade mínima para acesso a estes cursos (Figura 9), verifica-se que a grande maioria das instituições exige o grau de licenciado, seguido do ensino secundário, do grau de mestre e do grau de doutor, parecendo esta exigência relacionar-se com os públicos-alvo a que os cursos se dirigem.

Pode ainda ver-se que uma percentagem não despreciable destes cursos não faz referência a qualquer requisito habilitacional específico. Nota-se também que o ensino politécnico público já oferece cursos cujo requisito de acesso é a titularidade do grau de doutor, não acontecendo o mesmo no politécnico privado.

Em 2020/2021 verifica-se uma evolução na distribuição dos requisitos de acesso nos cursos não conferentes de grau. Importa sublinhar o aumento do requisito de mestrado e doutoramento para o acesso a este tipo de oferta, sendo que tal fenómeno se verifica, tanto ao nível do Ensino Superior público, como do Ensino Superior privado.

Figura 9 - Requisitos de acesso mais frequentes nos cursos não conferentes de grau em 2018/2019 e 2019/2020, por subsistema e natureza.



Fonte: DGES, 2022

No que concerne à área CNAEF em que são classificados este tipo de cursos, a oferta de cursos não conferentes de grau é ampla e variada, abrangendo a maioria das áreas, como se pode avaliar nas Figuras 10, 11 e 12).

Na distribuição dos cursos não conferentes de grau nas instituições que responderam ao primeiro inquérito destacam-se as áreas das Ciências Sociais e do Comportamento e ainda da Informação e Jornalismo, com uma presença mais marcada no ensino universitário.

Por outro lado, as áreas das Ciências da Vida, das Indústrias Transformadoras, da Agricultura, Silvicultura e Pescas e da Proteção do Ambiente, estão intrinsecamente relacionadas com o sistema universitário público. Por sua vez, as áreas das Ciências Físicas e das Humanidades estão presentes somente no ensino público e, em contraste, encontram-se ausentes no sistema privado. A oferta de cursos na área dos Serviços de Segurança centra-se, na sua grande maioria, no ensino privado.

Figura 10 – Distribuição dos cursos não conferentes de grau nas instituições que responderam ao 1º inquérito sobre FNCGA 2021, por área CNAEF, em 2018/2019.

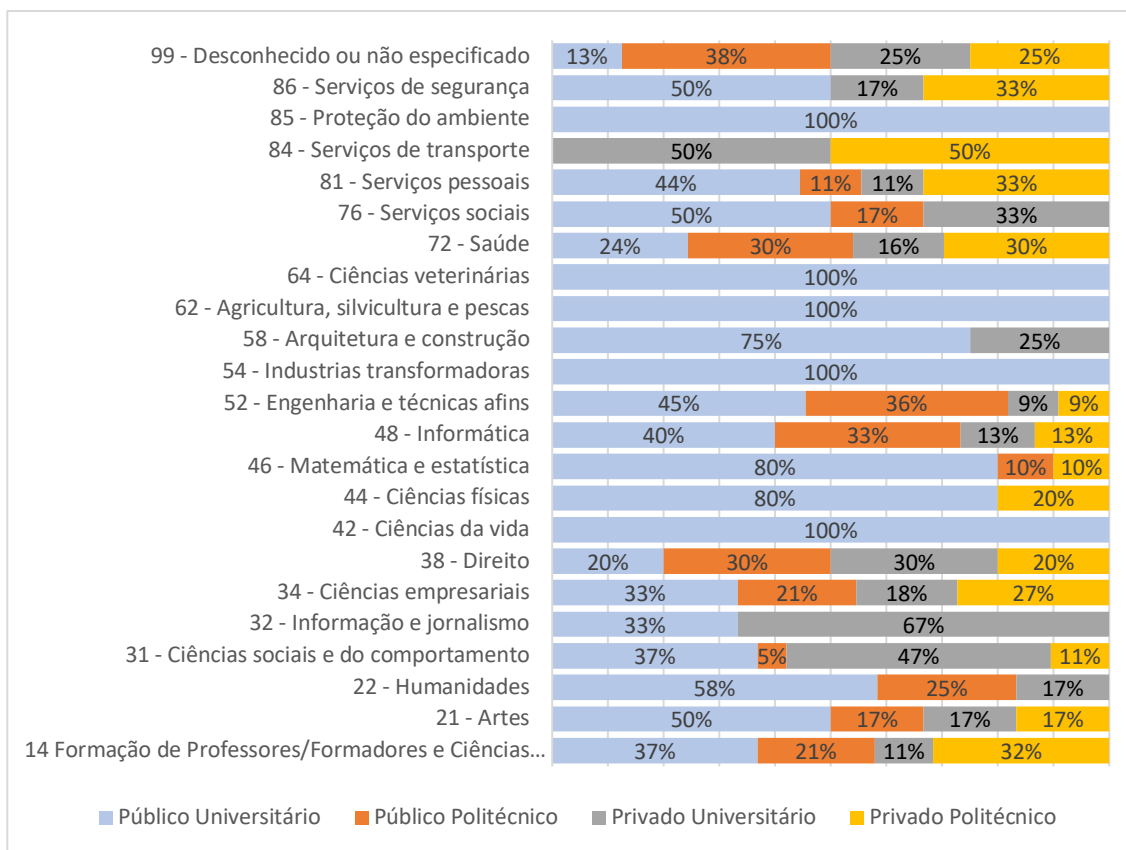


Figura 11 - Distribuição dos cursos não conferentes de grau académico nas instituições que responderam ao 1º Inquérito sobre FNCGA 2021, por área CNAEF, em 2019/2020.

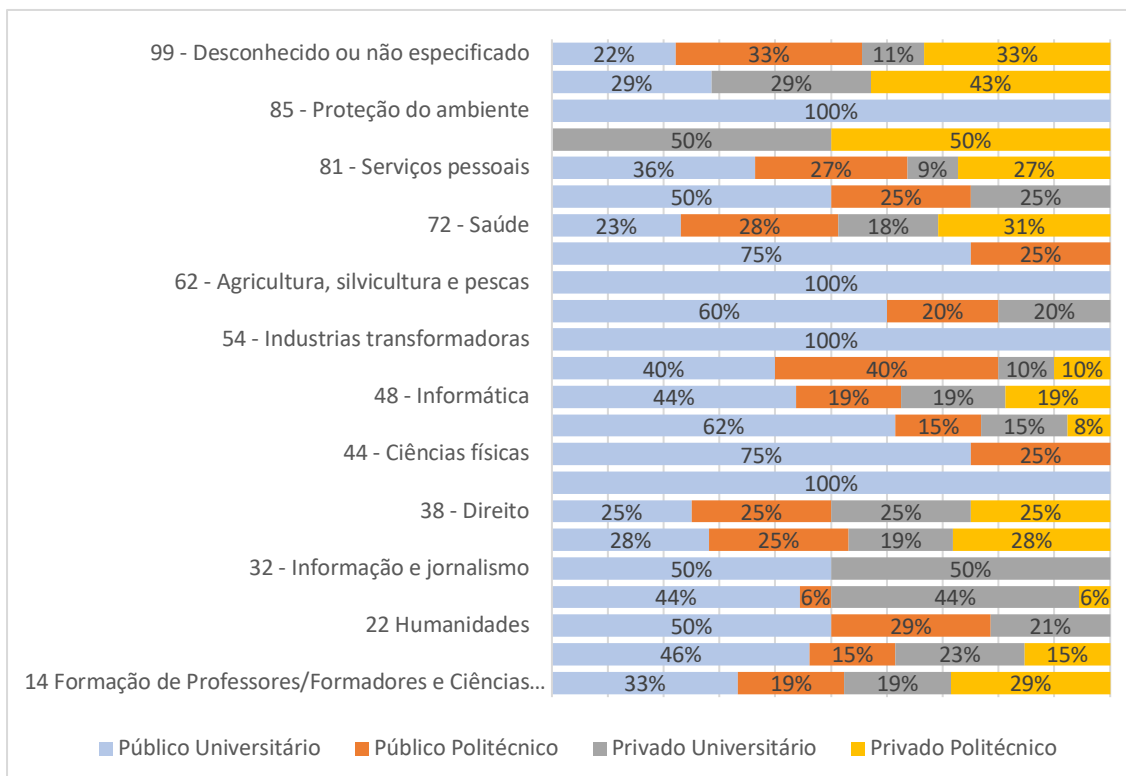
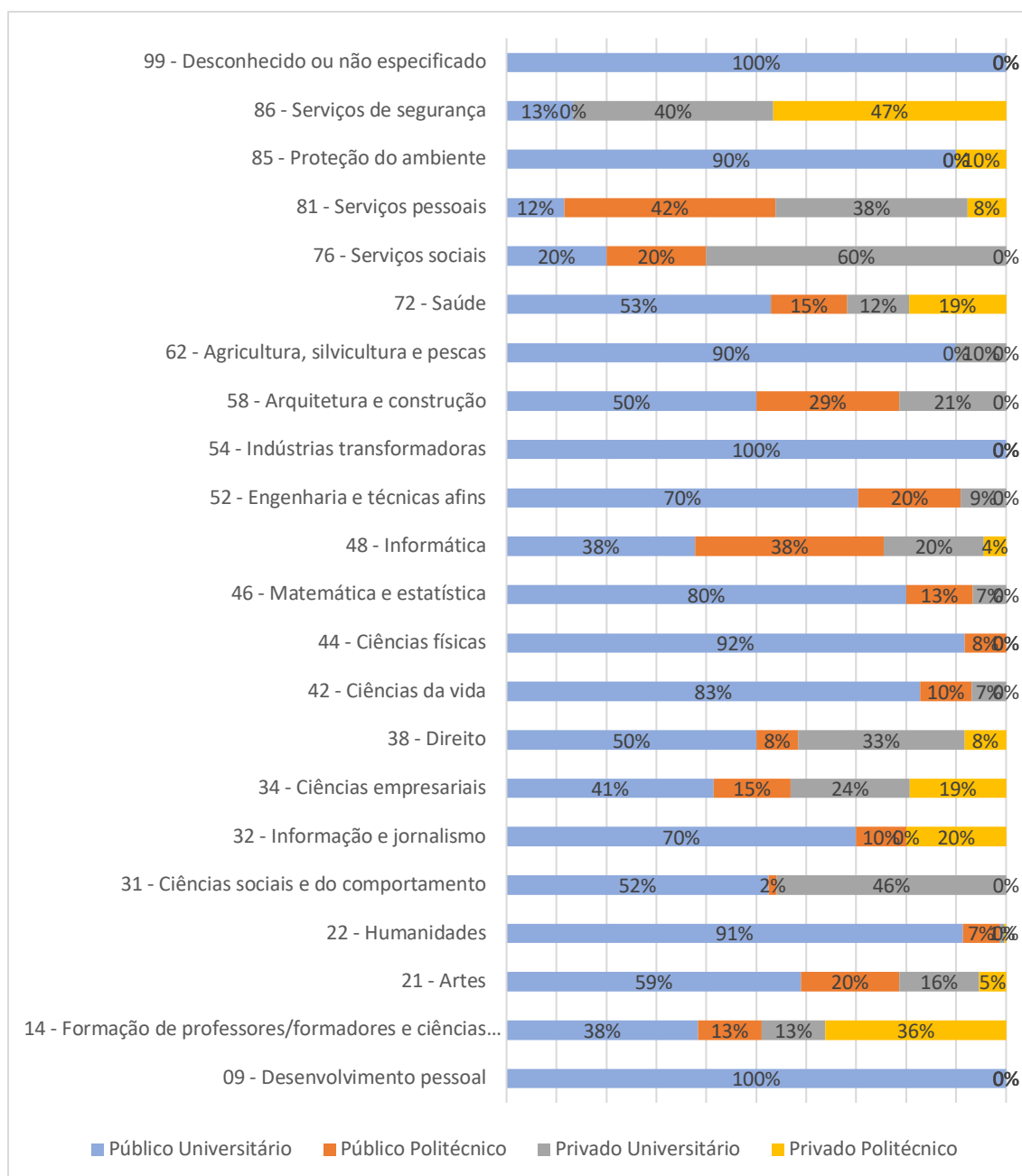


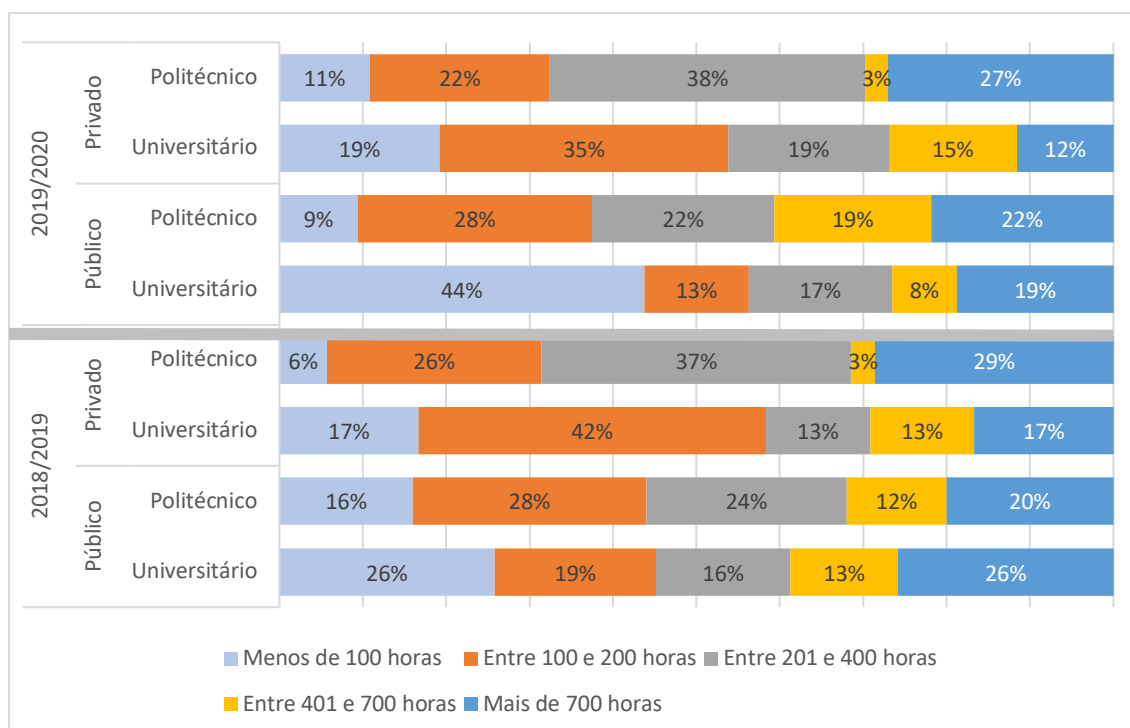
Figura 12 - Distribuição dos cursos não conferentes de grau nas instituições que responderam ao 1º inquérito sobre FNCGA 2022, por área CNAEF, em 2020/2021.



No que diz respeito à duração dos cursos não conferentes de grau académico para o ano letivo de 2018/2019 e 2019/2020, expressa em número de horas conforme se pode comprovar na Figura 13, conclui-se que nas instituições públicas universitárias a duração mais comum é de menos de 100 horas (44%), assumindo esta duração menor peso nas instituições públicas politécnicas (9%).

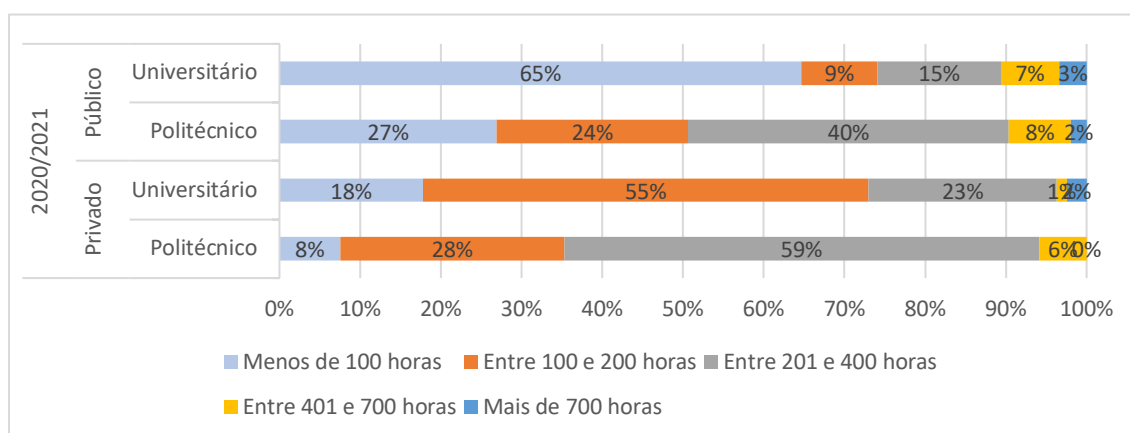
Nas instituições de ensino privado, a duração mais comum dos cursos não conferentes de grau no ensino universitário está a compreendida entre 100 e 200 horas, enquanto no subsistema politécnico é mais comum a existência de cursos com uma duração compreendida entre 201 e 400 horas. Esta realidade é comum nos dois anos letivos de 2018/2019 e 2019/2020).

Figura 13 - Duração mais comum dos cursos não conferentes de grau nas IES que responderam ao 1º Inquérito sobre FNCGA 2021, em 2018/2019 e 2019/2020, por subsistema e natureza.



De forma a obter um retrato aprofundado das formações não conferentes de grau organizadas em ECTS, foi colocado um questionário no inquérito de 2022 a duração mais comum para essas formações. Na Figura 14, verifica-se que em 2020/2021 o ensino universitário público apresenta uma maior percentagem de formações não conferentes de grau com uma duração inferior a 100 horas (65%), por sua vez no ensino público politécnico são as formações com duração entre 201 e 400 horas com mais expressão (40%). No ensino privado a maioria das formações não conferentes de grau apresentam uma duração entre 100 e 200 horas (40% no universitário e 18% no politécnico) e entre 201 e 400 horas (31% para o universitário e 68% para o politécnico).

Figura 14 - Duração dos cursos não conferentes de grau organizados em ECTS, no ano letivo de 2020/2021, por subsistema e natureza.

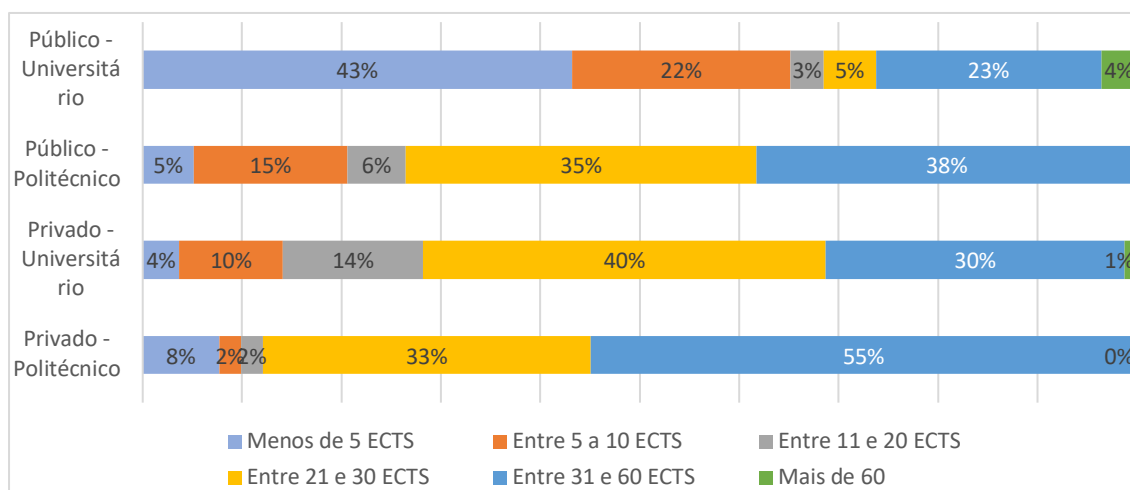


A Figura 15 apresenta o número de cursos tendo em consideração o número de ECTS necessários à sua conclusão, por subsistema e natureza. No ensino universitário público a maior percentagem

de cursos é constituída por menos de 5 ECTS, já no ensino público politécnico existe uma maior representatividade de cursos entre 21 e 30 ECTS (35%) e entre 31 e 60 ECTS (38%).

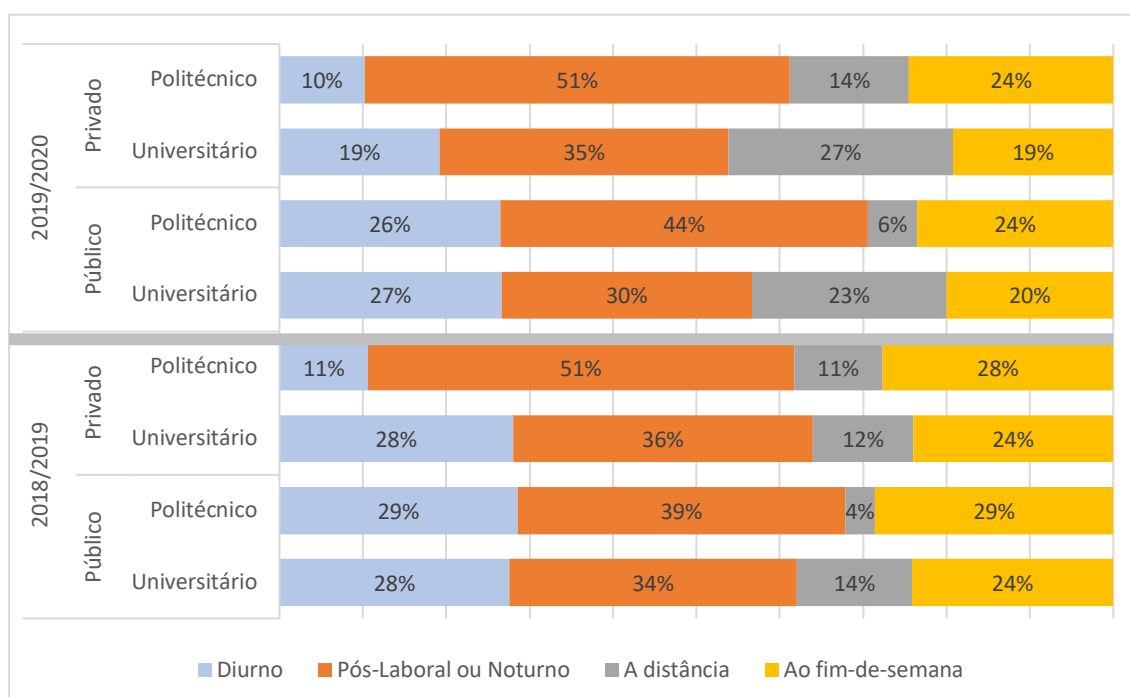
O ensino universitário apresenta maiores similaridades entre o universitário e o politécnico, existindo um maior número de formações entre 21 e 30 ECTS (40% no universitário e 33% no politécnico) e entre 31 e 60 ECTS (33% no universitário e 55% no politécnico).

Figura 15 – Distribuição do número de cursos não conferentes de grau organizados em ECTS, em 2020/2021, por ECTS, subsistema e natureza.



No que se refere ao regime de funcionamento, em todos os anos letivos (2018/2019 a 2020/2021) (Figuras 16 e 17), se verifica que a oferta destes cursos é realizada tanto em regime diurno, como pós-laboral ou noturno, à distância ou ao fim de semana.

Figura 16 – Horário de funcionamento mais comum dos cursos não conferentes de grau em funcionamento nas instituições que responderam ao 1º e 2º inquérito sobre FNCGA por subsistema e natureza.

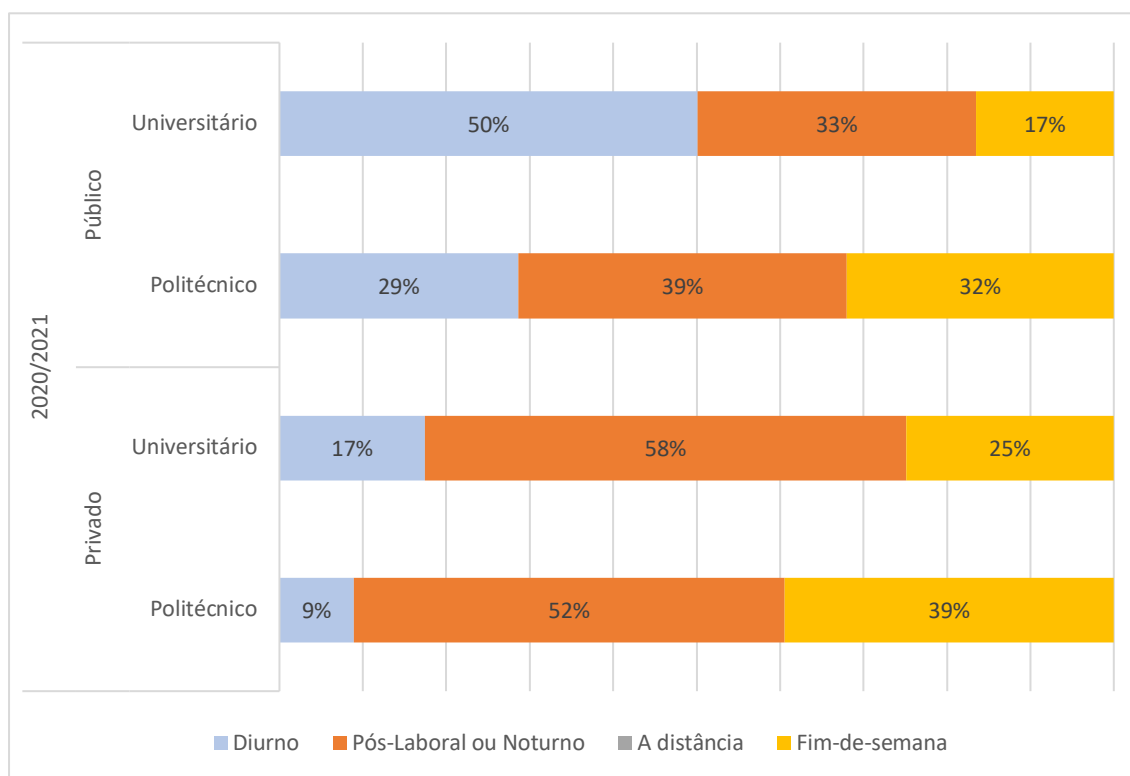


De 2018/2019 a 2019/2020 (Figura 16), a maioria dos cursos não conferentes de grau académico funcionaram num horário pós-laboral ou noturno, tanto no sistema público como privado e tanto no ensino universitário como no ensino politécnico.

No inquérito efetuado em 2022, foi decidido distinguir os horários de funcionamento mais frequentes (diurno; pós-laboral e fim-de semana) e os regimes mais frequentes (presencial; blended learning; e-learning).

Em termos do horário de funcionamento mais comum dos cursos conferentes de grau representados na Figura 17), verifica-se que em 2021/2022 no ensino universitário público 50% do total de todas as formações em análise são lecionadas num horário diurno. Por sua vez o ensino politécnico público acompanha uma maior similaridade com o ensino privado, onde o horário mais comum é em regime pós-laboral ou noturno.

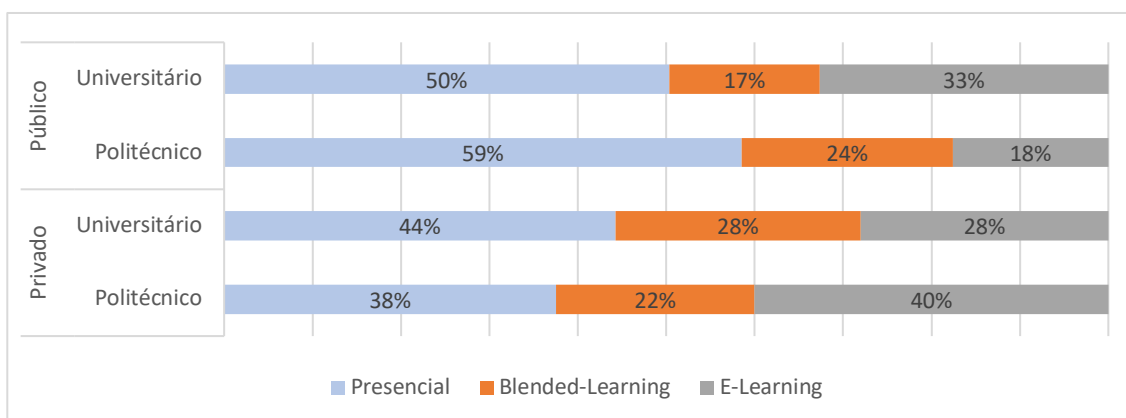
Figura 17 - Horário de funcionamento dos cursos não conferentes de grau em funcionamento nas instituições que responderam ao 2º inquérito sobre FNCGA por subsistema e natureza.



Em termos do regime de funcionamento mais comum de leção de cursos não conferentes de grau, o regime presencial é o mais comum ao nível do público e do privado (Figura 18). A maioria das formações não conferentes de grau no ensino público são lecionadas em regime presencial, 50% no universitário e 59% no politécnico.

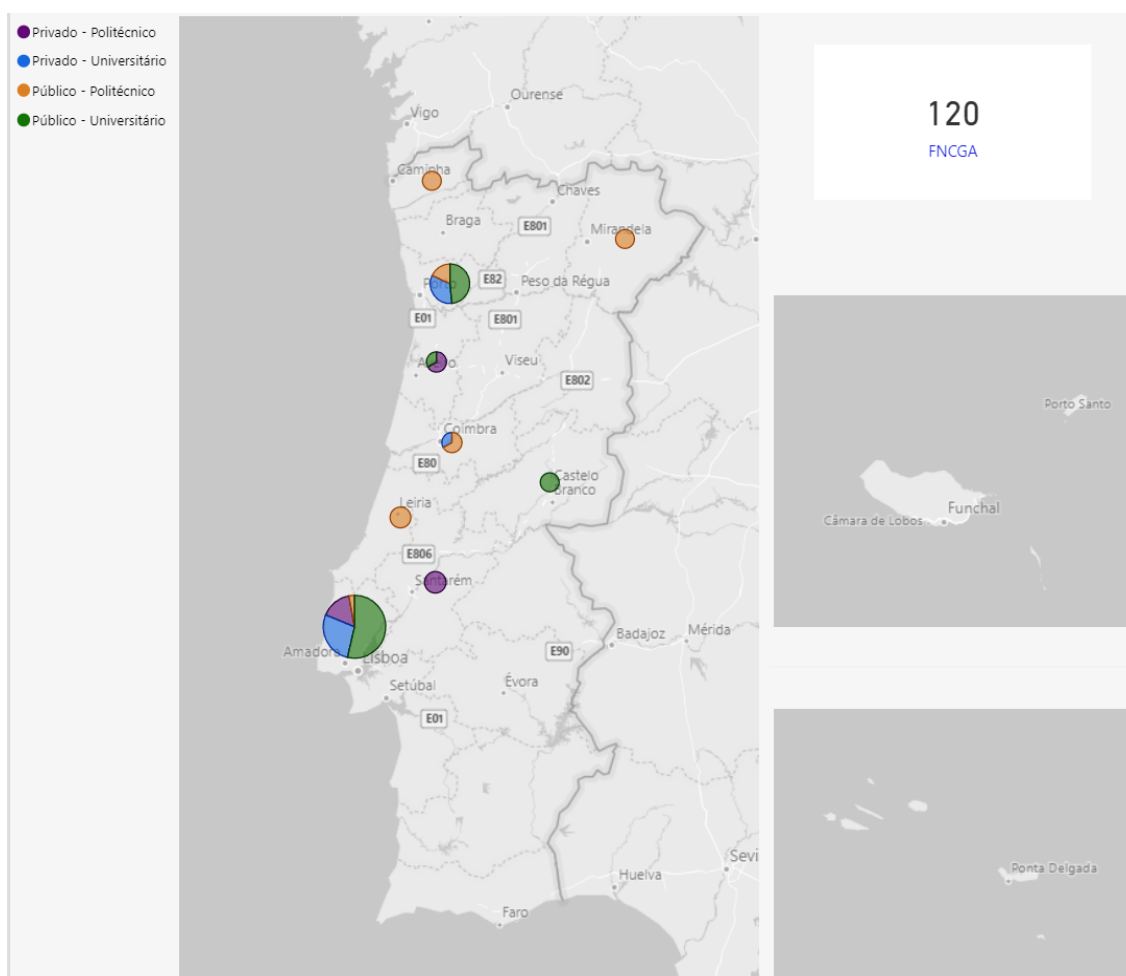
No que se refere ao sistema de ensino privado, constata-se uma distribuição mais equitativa por tipo de regime de funcionamento, sendo que no ensino politécnico a maioria das formações não conferentes de grau são lecionadas em regime e-learning.

Figura 18 – Regime de funcionamento mais comum dos cursos não conferentes de grau em instituições que responderam ao 2º inquérito sobre FNCGA por subsistema e natureza.



Considerando a génese destas formações, as instituições identificaram no inquérito de 2022 a existência da participação de empresas na criação das formações organizadas em créditos ECTS. Foram identificados 120 cursos organizados com participação de empresas na sua criação.

Figura 19 – Distribuição das formações organizadas de acordo com o sistema de créditos ECTS com participação de empresas na sua criação, por subsistema, natureza e distrito.



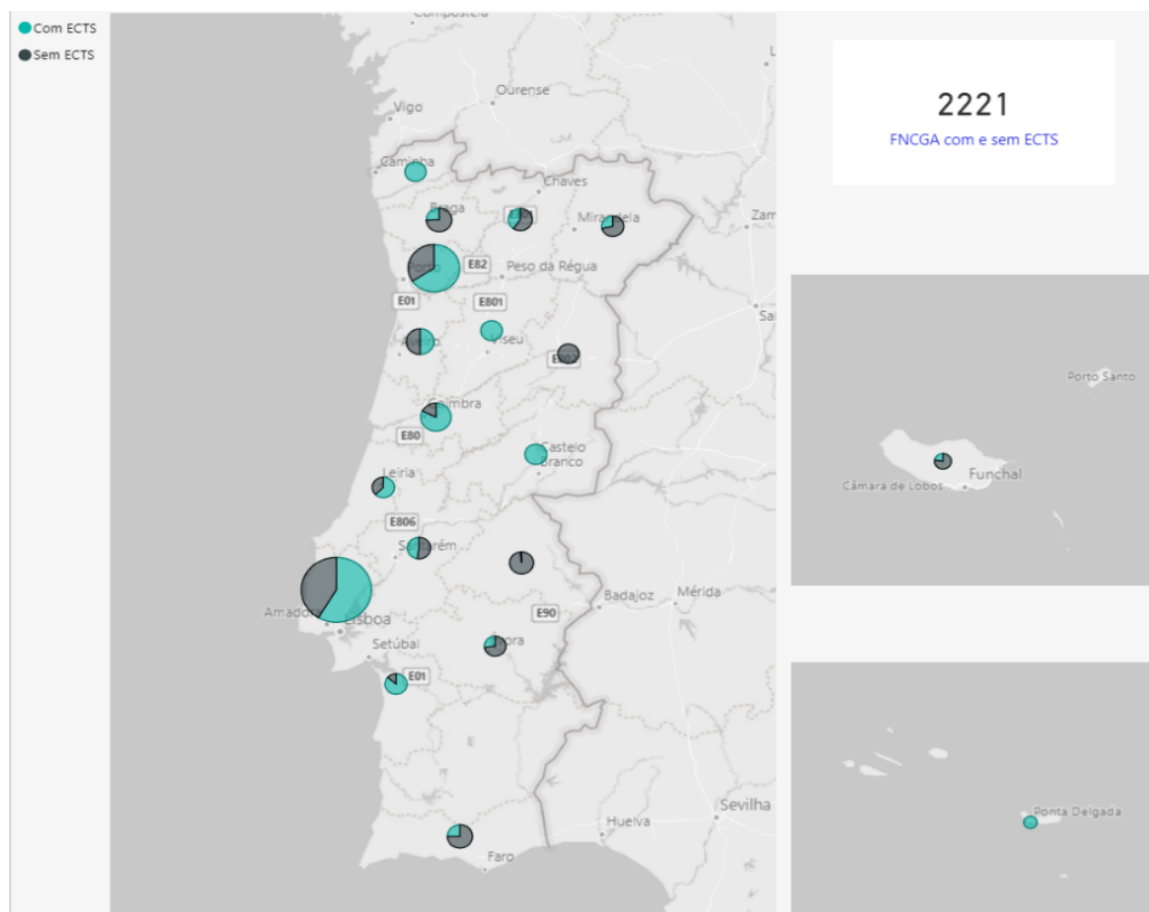
Fonte: DGES, 2022

De forma a permitir uma análise geográfica, apresenta-se a distribuição destes cursos por distritos (Figura 19). Verifica-se que nos distritos de Aveiro, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém e Viana do Castelo, se encontram formações organizadas com a participação de empresas na sua criação, sendo os distritos de Lisboa e Porto os que se encontra maior percentagem de oferta formativa em cocriação, 57 e 27,5% respetivamente.

Tendo sido caracterizado as formações não conferentes de grau, ao nível de número de cursos, número de estudantes inscritos, público-alvo, requisitos de acesso, distribuição por áreas CNAEF, duração, regime de funcionamento, participação das empresas, conclui-se com uma representação geográfica da distribuição atual destas formações (em 2020/2021).

Na Figura 20, pode verificar-se que na grande maioria dos distritos existe oferta de formações não conferentes de grau, contudo no distrito de Viana do Castelo, Viseu, Castelo Branco e na Região Autónoma dos Açores as formações oferecidas não são organizadas em ECTS. No distrito da Guarda não existe oferta formativa não conferente de grau organizada em ECTS.

Figura 20 – Distribuição das formações não conferentes de grau por distrito.



Fonte: DGES, 2022

A Figura 21 mostra que há oferta formativa não conferente de grau em todos os distritos onde há Ensino Superior público, à exceção de Beja. Quanto ao ensino privado, o maior enfoque centra-se no litoral, existindo também oferta desta natureza na Madeira.

Figura 21 – Distribuição das formações não conferentes de grau por subsistema e natureza.

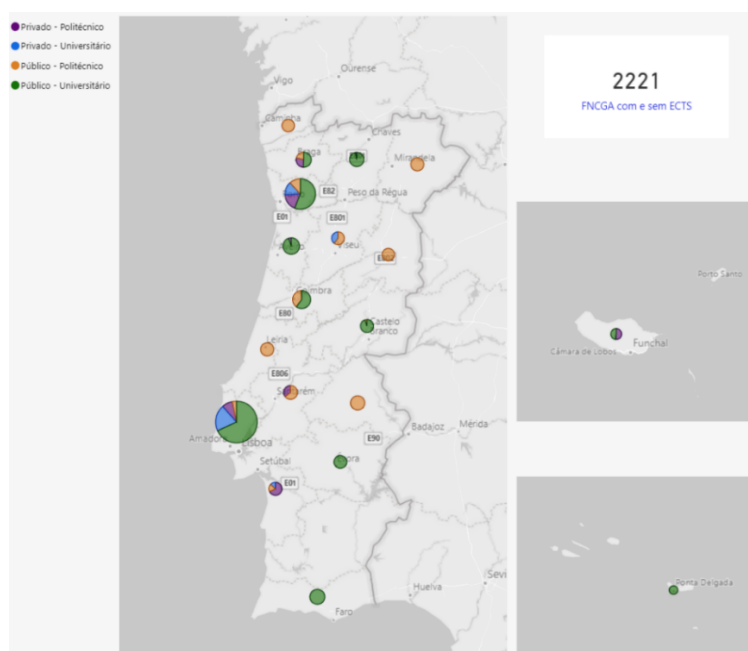


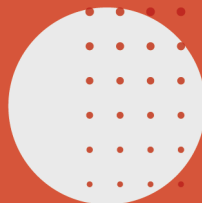
Figura 22 - Retrato robot da oferta de cursos não conferentes de grau, 2020/2021.

Universitário Público	Politécnico Público	Universitário Privado	Politécnico Privado
• 1340 cursos • 856 organizados em ECTS • Público-alvo mais frequentes: licenciados + mestres+ doutores • Licenciatura como requisito mínimo de acesso mais frequente • Duração mais comum: menos de 100 horas • Horário mais comum: Diurno • Regime de funcionamento mais comum: Presencial	• 357 cursos • 163 organizados em ECTS • Público-alvo mais frequentes: licenciados + profissionais + estudantes estrangeiros+ mestres • Licenciatura como requisito mínimo de acesso mais frequente • Duração mais comum: entre 100 e 200 horas • Horário mais comum: pós-laboral ou noturno • Regime de funcionamento mais comum: Presencial	• 280 cursos • 164 organizados em ECTS • Público-alvo: licenciados + profissionais + mestres • Licenciatura como requisito mínimo de acesso mais frequente • Duração mais comum: entre 100 e 200 horas • Horário mais comum: pós-laboral ou noturno • Regime de funcionamento mais comum: Presencial	• 279 cursos • 119 organizados em ECTS • Público-alvo: licenciados + mestres + profissionais • Licenciatura como requisito mínimo de acesso mais frequente • Duração mais comum: entre 201 e 400 horas • Horário mais comum: pós-laboral ou noturno • Regime de funcionamento mais comum: Presencial

Retrato *robot* da procura de cursos não conferentes de grau – 2020-2021.

Universitário Público	Politécnico Público	Universitário Privado	Politécnico Privado
• 15.702 inscritos em cursos organizados em ECTS • 9 inscritos em cursos não conferentes de grau (organizados em ECTS) por cada 100 inscritos em cursos conferentes de graus académico	• 3.221 inscritos em cursos organizados em ECTS • 1 inscrito em cursos não conferentes de grau por cada 100 inscritos em cursos conferentes de graus académico	• 2.856 inscritos em cursos organizados em ECTS • 6 inscritos em cursos não conferentes de grau por cada 100 inscritos em cursos conferentes de graus académico	• 4.966 inscritos em cursos organizados em ECTS • 47 inscritos em cursos não conferentes de grau por cada 100 inscritos em cursos conferentes de graus académico

Os dados apresentados na Figura 22 mostram o trajeto das instituições nos últimos anos, um esforço de adaptação a novos públicos, numa procura ativa de encontrar as melhores soluções para o acolhimento e sucesso dos estudantes que trazem consigo percursos escolares diferentes. Esses estudantes pertencem a grupos etários cada vez mais variados, com situações sócio familiares, económicas e culturais muito diversificadas e diferentes motivações e expectativas relativamente à formação. A expectativa de aumento destes públicos, associada à necessidade de garantir elevadas taxas de retenção e sucesso, implica que este esforço seja continuado e apoiado.



perspectivas futuras



perspectivas futuras



7- Perspetivas Futuras

Portugal percorreu um caminho assinalável na qualificação superior das gerações mais jovens, mas há ainda muito a evoluir para continuar a convergir com os países mais desenvolvidos. Esta trajetória de crescimento do Ensino Superior deve-se à diversificação da base social de recrutamento assente em diferentes vias de acesso ao Ensino Superior, para além do Concurso Nacional de Acesso, em particular dos concursos e regimes especiais e, mais recentemente, do concurso para os diplomados de cursos profissionalizantes, bem como da atratividade de estudantes internacionais e dos lusodescendentes.

As previsões de declínio demográfico mencionadas em diversos estudos vão ter, seguramente, um impacto adverso no Ensino Superior, exigindo continuar a apostar na diversificação na base social de recrutamento e em medidas ativas de sensibilização, designadamente junto dos estudantes em contextos mais desfavorecidos. Exige, do lado das instituições o reforço da oferta de curta duração e de pós-graduação, privilegiando percursos flexíveis e modulares, ajustados às necessidades do mercado de trabalho. Estas ofertas deverão ter em atenção as tendências europeias de microcredenciais, baseado num diálogo estreito com os agentes externos, nomeadamente a administração pública, as empresas e o setor social.

Previsibilidade e estabilidade no concurso, quer para os estudantes, quer para as instituições, são dois pilares essenciais para manter a estabilidade da rede de instituições de Ensino Superior distribuída por todo o país. Para tal, importa dar continuidade à política de manutenção do número de vagas, enquanto regra, permitindo um ligeiro aumento nos cursos com índice de excelência.

Quanto à criação de novos ciclos de estudos, deve ser orientada para propostas fundamentadas em critérios de valorização e de diferenciação da oferta formativa, privilegiando novas formações em áreas emergentes, projetos pedagógicos inovadores ou em áreas de formação atualmente inexistentes, estimulando cursos assentes em projetos multidisciplinares e de associação entre diferentes instituições.

O aumento do número de candidatos ao Ensino Superior de estudantes do ensino profissionalizante passa por dinâmicas de comunicação e de informação em certas áreas formativas, a par de flexibilização e simplificação de procedimentos. Deve ser perspetivada a fixação de vagas nos cursos com maior procura de recursos humanos qualificados enquadrada em estratégias de especialização inteligente, vital para o desenvolvimento da atividade económica dos territórios devendo-se, para tal, privilegiar as fileiras formativas com impacto regional.

De igual modo, é essencial apostar em estratégias mais consolidadas, beneficiando da experiência passada e mais imunes a flutuações; por exemplo, através de abordagens institucionalizadas com autoridades nacionais de alguns países da CPLP, que se revelaram mais resistentes ao contexto da pandemia.

O futuro passa pela execução do Plano de Recuperação e de Resiliência e da Estratégia Portugal 2030, cujas agendas incluem quatro eixos temáticos, entre os quais a “digitalização, inovação

e qualificações como motores de desenvolvimento” que pretende garantir o crescimento sustentável da economia portuguesa impulsionado pela qualificação, o conhecimento e a inovação. Para tal, é essencial acelerar a transformação estrutural e a mudança do perfil de especialização da economia nacional, condição determinante para aumentar a criação de bens e de serviços de maior valor acrescentado, o que exige apostar na inovação e continuar a trajetória de qualificação.

Neste domínio as instituições de Ensino Superior têm vindo a dar resposta aos novos desafios, nomeadamente da economia digital enquanto motor da atividade económica para as próximas décadas, propondo novas ofertas educativas nesta área e fomentando as competências digitais e a inclusão e literacia digital. Esta estratégia deverá, igualmente, ser seguida no domínio da transição climática, o que exige uma particular atenção às disciplinas nucleares no ensino secundário que dão acesso a formações nestas áreas, nomeadamente da física e da biologia, face à tendência de diminuição do número de estudantes inscritos nas mencionadas disciplinas.

Atendendo à reduzida atratividade de algumas destas áreas, torna-se necessário iniciar uma reflexão conjunta sobre a oferta formativa em áreas-chave para a economia e a soberania nacional, como seja a área das ciências agrárias e da floresta, em particular.

As conhecidas carências do país na formação de professores, torna fundamental perspetivar soluções que vão além do acesso ao Ensino Superior, designadamente por medidas de valorização e estabilidade da carreira docente. O futuro neste domínio passa, igualmente, por uma reflexão conjunta com o Ministério da Educação sobre a procura e sucesso nos cursos nesta área, quer em termos globais, quer por área de recrutamento.

Atendendo à debilidade estrutural na qualificação de adultos e à diminuição progressiva do número de candidatos ao superior com este perfil, designadamente através do concurso especial reservado aos maiores de 23 anos, recomenda-se a realização de um estudo sobre o percurso académico e a inserção no mercado de trabalho dos estudantes adultos no Ensino Superior. De igual modo, é essencial diagnosticar obstáculos relativamente à atratividade e menor empenho nesta área.

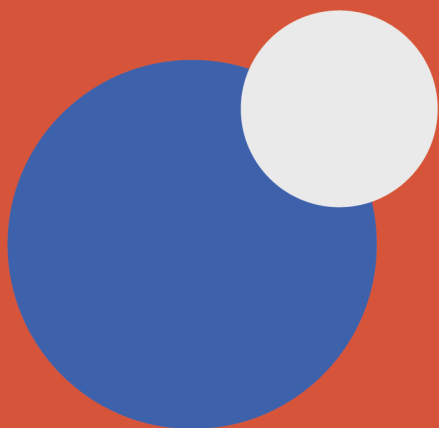
Persistem défices de qualificação de adultos entre os 25 e os 64 anos, representando um dos problemas estruturais do país que condiciona os níveis de produtividade, de crescimento económico, da capacidade de inovação e de adaptação à mudança. Neste sentido, é essencial perspetivar novas dinâmicas no quadro da aprendizagem ao longo da vida e o reforço do acesso da população ativa à formação superior explorando novos formatos de formações curtas, de pós-graduações ou outras vias para dar resposta ao fator crítico da produtividade.

Por último, as alterações introduzidas no acesso ao Ensino Superior decorrentes da pandemia que, associadas ao propósito do Governo de rever o sistema de acesso, exigem uma reflexão conjunta sobre as potenciais alterações a introduzir no regime de acesso, precedidas de uma ponderação sobre os seus possíveis efeitos ao nível da procura e da equidade no acesso. O processo de avaliação e de revisão do sistema de acesso deve também envolver uma reflexão conjunta com o Ministério da Educação e os diferentes atores interessados.



bibliograf

bibliografia



8- Bibliografia

- Almeida, A. C. P. F. de, Quintas, H. L. e Gonçalves, T. I. C., 2016. Estudantes não-Tradicionais no Ensino Superior: Barreiras à Aprendizagem e na Inserção Profissional. *Laplace Em Revista*, 2(1), 97–111.
- Amaral, A., Fontainhas-Fernandes, A., Sá, C., André, C. e Martins, E., 2021. Quem são os estudantes que frequentam o Ensino Superior português?. *Edutalks*, nº 14. Edulog _ Fundação Belmiro de Azevedo.
- Amorim, J. P., 2018. Mature students' access to higher education: A critical analysis of the impact of the 23+ policy in Portugal. *European Journal of Education*, 53(3), 393–413. <https://doi.org/10.1111/ejed.12283>.
- Comissão Europeia, 2020. A European Approach to MicroCredentials. Output of the micro.credentials higher education consultation group, december 2020.
- Conselho Nacional de Educação, 2015. Acesso ao Ensino Superior: Desafios para o século XXI, Seminário realizado em Évora em abril de 2015.
- Conselho Nacional de Educação, 2017. Acesso ao Ensino Superior: Projeto de recomendação sob a coordenação de Pedro Barbas Homem, janeiro de 2017.
- Conselho Nacional de Educação, 2019. Recomendação n.º 3/2019 sobre qualificação e valorização de educadores e professores dos ensinos básico e secundário.
- Direção Geral de Ensino Superior, 2019. CTESP: Um retrato de uma nova oferta formativa de Ensino Superior.
- Conselho Nacional de Educação, 2020. Estado da educação 2020.
- Direção Geral de Ensino Superior, 2021. Cursos Técnicos Superiores Profissionais. Relatório de junho de 2021.
- Direção Geral de Ensino Superior, 2022. Relatório Acesso ao Ensino Superior: anos letivos de 2019/2020 a 2021/2022, disponibilizado no site da DGES em 2022.
- Direção Geral de Ensino Superior, 2022b. Relatório de Implementação dos Programas “Impulso Jovens STEAM” e “Impulso Adultos”, disponibilizado no site da DGES em janeiro de 2022.
- Direção Geral de Ensino Superior, 2022c. Brochura que contém a listagem de todos os contratos relativos aos Programas “Impulso Jovens STEAM” e “Impulso Adultos”, disponibilizado no site da DGES em janeiro de 2022.
- European of Universities Association, 2021. Universities Without Walls; a vision to 2030.
- EURYDICE, E., 2014. A Modernização do Ensino Superior. Retrieved from <http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/192.html>.
- Fragoso, A., Quintas, H., Gonçalves, T. e Ribeiro, C., 2013. Estudantes maiores de 23 anos na Universidade do Algarve: uma contribuição para a melhoria do sucesso, Faro.
- Jornal Oficial da União Europeia, 2021. Resolução do Conselho sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação rumo ao Espaço Europeu da Educação e mais além (2021-2030), Jornal Oficial da União Europeia (2021/C 66/01).
- Maor, D., 2003. The Teacher's Role in Developing Interaction and Reflection in an Online Learning Community file:///Users/cbento/Desktop/texto ingles mature studants/mature studants' access

to higher education, a critical analysis of the impact of the 23+ policy in Portug. *Educational Media International*, 40 (1–2): 127–138.

MCTES, 2022. Nota Explicativa do Orçamento de Estado para 2022. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, maio de 2022.

Nunes, L., Reis, A., Freitas, P., Nunes, M. e Gabriel, J., 2021. Estudo de diagnóstico de necessidades docentes de 2021 a 2030. DGEEC e Nova School of Economics, maio 2019.

O’Carroll, J., Ennis, C., Loscher, K., Ryan, D. e Dixon, N., 2017. Strategies for Enhancing the Mature Student Experience in Higher Education Recommended Citation. *Learning, Teaching & Technology*, 1–8. Retrieved from <http://arrow.dit.ie/ltcpgdprp>.

OCDE, 2022. Enhancing labour market relevance and outcomes of higher education: Country note Portugal. OECD Education Policy Perspectives, number 59.

OCDE, 2022. LMRO Partnership Initiative Enhancing Labour Market Relevance and Outcomes of Higher Education. Peer-Learning Activities 5th International Policy and Practice Seminar on Supporting improvement in teaching and learning to address students’ needs and labour market demands. Seminar Brochure 10 March 2022 – virtual Zoom meeting.

OCDE. (2020a). *Regards sur l’ éducation 2020: Les indicateurs de L’ OCDE*. Paris: OCDE.

OCDE. (2020b). Portugal. In “Portugal”, in *Education at a Glance 2020: OECD Indicators*. <https://doi.org/10.1787/9b2aef3d-en>.

Remenick, L, 2019. Services and support for nontraditional students in higher education: A historical literature review. *Journal of Adult and Continuing Education*, 25(1), 113–130. <https://doi.org/10.1177/1477971419842880>.

Sá, C., Ribeiro, F., Mendes, M., Tomé, L., Freitas, R., Pinheiro, F., Encarnação, S., Dias D., Lourenço, D., Fonseca, M., Tavares, O., Cardoso, S., 2017. Padrões de mobilidade dos estudantes de Ensino Superior. Relatório de julho de 2017.

Sá, C., Sin, C, Pereira, F., Aguiar, J., e Tavares, O., 2021. Estudantes nacionais e internacionais no acesso ao ensino superior: quem são, que escolhas fazem e como acedem ao mercado de trabalho. Edulog – Fundação Belmiro de Azevedo: Porto.

Teixeira, P. e Sarrico, C., 2019. *O Ensino Superior na Europa, uma perspetiva comparada*. Lisboa Portugal.

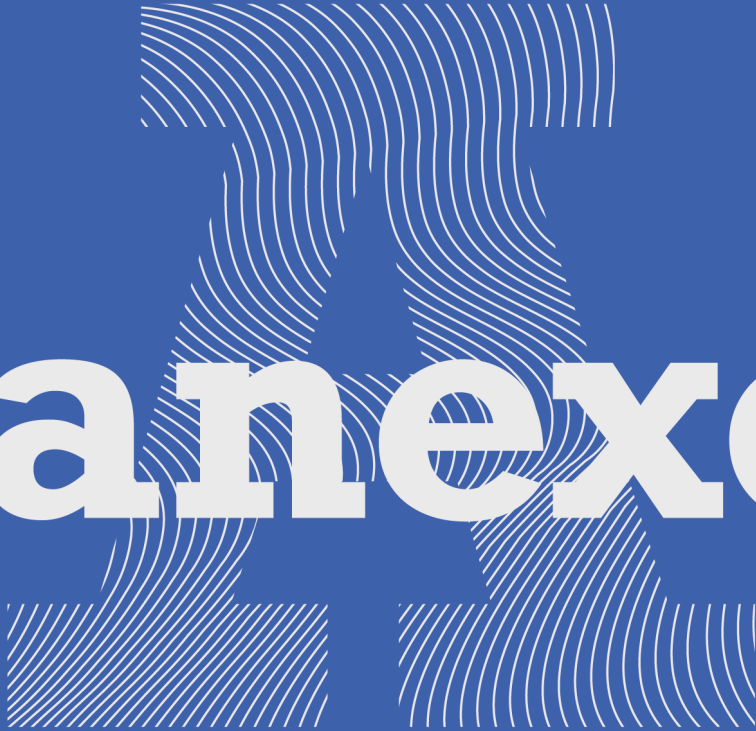
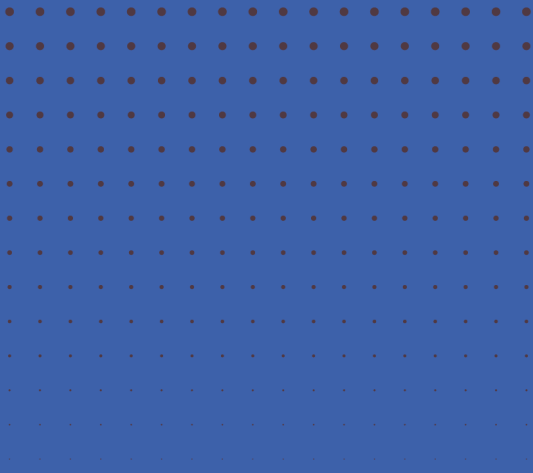
Toynnton, R., 2005. Degrees of disciplinarity in equipping mature students in higher education for engagement and success in lifelong learning. *Active Learning in Higher Education*, 6(2), 106–117.

Tribunal de Contas, 2021. Relatório Panorâmico sobre Demografia e Educação. Relatório N.º 7/2021-OAC 2ª Seção.

Tribunal de Contas, 2022. Relatório de Auditoria sobre Empregabilidade dos Ciclos de estudo do Ensino Superior, junho de 2022.

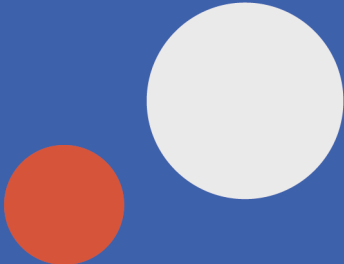
UNESCO, 2022. Knowledge-drive actions: Transforming Higher Education for global sustainability. Independent expert group on the Universities and Agenda 2030.

UNESCO, 2022. Reimagining our future together. A new social contract for education. Report from the international commission on the future of the education. Futures of the education, France.



anexos

anexos



Anexo 1 Vagas CNA.

INSTITUIÇÃO	Vagas	Vagas Inic	Vagas após reforço	Varição p/ 2022 face a vagas inic	Varição p/ 2022 após reforço 2021	IPAPV	Vagas Inic	Vagas após reforço	IPA1V	Vagas	IPA1V
	2022	2021	2021			2021	2020	2020	2020	2019	2019
ESHT Estoril	410	410	419	0	-9	459	410	424	576	397	454
ESNI D. Henrique	203	173	187	30	16	139	173	175	151	173	144
	613	583	606	30	7	598	583	599	727	570	598
IP Guarda	944	848	891	96	53	854	805	1 013	868	734	903
IP Beja	511	525	536	-14	-25	702	521	594	756	516	585
IP Bragança	2 243	2 136	2 236	107	7	2 355	2 080	2 160	2 048	2 042	1 721
IP Castelo Branco	989	985	1 014	4	-25	1 174	973	985	1 157	943	1 080
IP Coimbra	190	243	246	-53	-56	170	210	224	194	200	146
IP Portalegre	571	562	585	9	-14	671	562	590	651	550	503
IP Santarém	983	963	971	20	12	1 195	918	918	1 059	874	860
IP Tomar	537	500	512	37	25	516	510	562	599	500	496
IP VCastelo	1 062	1 050	1 083	12	-21	1 301	1 050	1 174	1 199	1 022	1 048
IP Viseu	1 350	1 307	1 346	43	4	1 538	1 307	1 324	1 487	1 314	1 277
UBI	1 505	1 332	1 360	173	145	1 699	1 307	1 337	1 724	1 307	1 614
U Madeira	675	660	745	15	-70	828	655	767	795	635	655
U Évora	1 292	1 238	1 330	54	-38	1 907	1 202	1 253	1 805	1 200	1 451
UTAD	1 590	1 515	1 587	75	3	1 732	1 481	1 563	1 692	1 456	1 495
U Algarve	1 535	1 500	1 750	35	-215	2 127	1 475	1 720	2 182	1 475	1 876
U Açores	619	617	630	2	-11	766	614	636	770	633	626
	16 596	15 981	16 822	615	-226	19 535	15 670	16 820	18 986	15 401	16 336
ESE Coimbra	320	320	322	0	-2	389	320	320	365	320	351
IP Coimbra	1 916	1 916	2 045	0	-129	2 429	1 916	2 143	2 594	1 886	2 186
IP Leiria	1 915	1 915	2 036	0	-121	2 827	1 915	2 146	2 794	1 915	2 404
IP Setúbal	1 210	1 210	1 271	0	-61	1 555	1 210	1 280	1 491	1 210	1 364
IP Cávado Ave	739	684	709	55	30	949	680	715	1 024	680	853
IP Porto	260	260	298	0	-38	363	260	300	420	260	357
U Aveiro	2 267	2 207	2 426	60	-159	2 863	2 168	2 328	2 609	2 168	2 455
U Coimbra	3 353	3 296	3 431	57	-78	4 113	3 284	3 354	3 927	3 257	3 713
U Minho	2 942	2 882	3 003	60	-61	3 489	2 869	3 107	3 538	2 869	3 332
	14 922	14 690	15 541	232	-619	18 977	14 622	15 693	18 762	14 565	17 015
ESE Lisboa	285	285	287	0	-2	331	285	288	325	285	305
ESE Porto	257	257	266	0	-9	323	257	257	283	257	276
IP Lisboa	2 251	2 211	2 409	40	-158	2 906	2 211	2 702	3 258	2 228	2 689
IP Porto	2 652	2 612	2 861	40	-209	3 785	2 601	3 078	3 939	2 592	3 119
ISCTE	1 308	1 129	1 129	179	179	1 133	1 120	1 338	1 806	1 109	1 414
U Lisboa	7 373	7 304	7 672	69	-299	9 340	7 248	7 741	9 095	7 243	8 353
U Porto	4 604	4 406	4 820	198	-216	5 937	4 173	4 691	5 459	4 031	4 812
U Nova Lisboa	2 779	2 784	2 894	-5	-115	3 419	2 638	2 914	3 448	2 559	2 953
	21 509	20 988	22 338	521	-829	27 174	20 533	23 009	27 613	20 304	23 921
TOTAL	53 640	52 242	55 307	1 398	-1 667	66 284	51 408	56 121	66 088	50 840	57 870

Anexo 2 - Cursos de Excelência

Denominação Curso	Instituição	Vagas 2021/2022	Candidatos 1ª opção Nota >= 170	Índice de Excelência
Medicina	U Porto	155	431	278,06%
Medicina	U Minho	120	313	260,83%
Engenharia e Gestão Industrial	U Porto	107	269	251,40%
Engenharia Aeroespacial	U Lisboa	124	287	231,45%
Medicina Dentária	U Porto	65	149	229,23%
Medicina	U Porto	245	528	215,51%
Línguas e Relações Internacionais	U Porto	60	129	215,00%
Medicina	U Nova de Lisboa	231	486	210,39%
Engenharia Aeroespacial	U Aveiro	30	63	210,00%
Engenharia Física Tecnológica	U Lisboa	96	197	205,21%
Medicina	U Lisboa	295	579	196,27%
Engenharia Biomédica	U Lisboa	87	162	186,21%
Ciências da Comunicação	U Nova de Lisboa	97	176	181,44%
Medicina	U Coimbra	255	454	178,04%
Bioengenharia	U Porto	92	163	177,17%
Arquitetura	U Porto	124	217	175,00%
Ciclo Básico de Medicina	U Madeira	38	60	157,89%
Direito	U Porto	174	274	157,47%
Design de Comunicação	U Lisboa	65	99	152,31%
Psicologia	U Porto	123	186	151,22%
Desenho	U Lisboa	41	62	151,22%
Medicina Dentária	U Coimbra	53	80	150,94%
Medicina Dentária	U Lisboa	70	105	150,00%
Biologia Celular e Molecular	U Nova de Lisboa	65	95	146,15%
Medicina Veterinária	U Porto	61	87	142,62%
Biotecnologia Medicinal	IP Porto	26	36	138,46%
Medicina	U Beira Interior	140	192	137,14%
Matemática Aplicada à Economia e à Gestão	U Lisboa	63	85	134,92%
Bioquímica	U Porto	92	123	133,70%
Pintura	U Lisboa	56	73	130,36%
Ciência Política e Relações Internacionais	U Nova de Lisboa	100	127	127,00%
Gestão	U Porto	225	279	124,00%
Ciências Biomédicas	U Aveiro	75	92	122,67%
Direito	U Nova de Lisboa	110	127	115,45%
Medicina Veterinária	U Lisboa	114	129	113,16%
Línguas Aplicadas	U Porto	56	63	112,50%
Matemática Aplicada e Computação	U Lisboa	57	64	112,28%
Fisioterapia	IP Porto	55	61	110,91%
Relações Internacionais	U Coimbra	47	52	110,64%
Engenharia e Gestão Industrial	U Lisboa	71	76	107,04%
Gestão	U Nova de Lisboa	290	307	105,86%
Design	U Lisboa	54	57	105,56%
Ciências da Comunicação	U Porto	74	78	105,41%
Psicologia	ISCTE	65	67	103,08%
Arte Multimédia	U Lisboa	60	61	101,67%

Anexo 3 - Designação das áreas CNAEF.

CNAEF 1 Dígito	CNAEF 2 Dígitos	CNAEF 3 Dígitos	Denominação
1 - Educação	14 - Formação de Professores / Ciências de Educação	142	Ciências da Educação
		144	Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º
		146	Formação de Professores e Formadores de Áreas
2 - Artes e Humanidades	21 - Artes	210	Artes
		211	Belas-Artes
		212	Artes do Espectáculo
		213	Áudio-Visuais e Produção dos Media
		214	Design
		215	Artesanato
		219	Artes - programas não classificados noutra área de
	22 - Humanidades	222	Línguas e Literaturas Estrangeiras
		223	Língua e Literatura Materna
		225	História e Arqueologia
		226	Filosofia e Ética
		229	Humanidades - programas não classificados noutra
3 - Ciências Sociais, Comércio e Direito	31 - Ciências Sociais e do Comportamento	310	Ciências Sociais e do Comportamento
		311	Psicologia
		312	Sociologia e Outros Estudos
		313	Ciência Política e Cidadania
		314	Economia
	32 - Informação e Jornalismo	320	Informação e Jornalismo
		321	Jornalismo e Reportagem
		322	Biblioteconomia, Arquivo e Documentação (BAD)
	34 - Ciências Empresariais	340	Ciências Empresariais
		341	Comércio
		342	Marketing e Publicidade
		343	Finanças, Banca e Seguros
		344	Contabilidade e Fiscalidade
		345	Gestão e Administração
		346	Secretariado e Trabalho Administrativo
		347	Enquadramento na Organização/Empresa
		349	Ciências Empresariais - programas não classificados

CNAEF 1 Dígito	CNAEF 2 Dígitos	CNAEF 3 Dígitos	Denominação
	38 - Direito	380	Direito
4 - Ciências, Matemática e Informática	42 - Ciências da Vida	420	Ciências da Vida
		421	Biologia e Bioquímica
		422	Ciências do Ambiente
	44 - Ciências Físicas	441	Física
		442	Química
		443	Ciências da Terra
	46 - Matemática e Estatística	460	Matemática e Estatística
		461	Matemática
		462	Estatística
	48 - Informática	480	Informática
		481	Ciências Informáticas
5 - Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	52 - Engenharia e Técnicas Afins	520	Engenharia e Técnicas Afins
		521	Metalurgia e Metalomecânica
		522	Electricidade e Energia
		523	Electrónica e Automação
		524	Tecnologia dos Processos Químicos
		525	Construção e Reparação de Veículos a Motor
		529	Engenharia e Técnicas Afins - programas não
	54 - Indústrias Transformadoras	541	Indústrias Alimentares
		542	Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro
		543	Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel,
		544	Indústrias Extractivas
	58 - Arquitetura e Construção	581	Arquitectura e Urbanismo
		582	Construção Civil e Engenharia Civil
6 - Agricultura	62 - Agricultura, Silvicultura e Pescas	621	Produção Agrícola e Animal
		623	Silvicultura e Caça
	64 - Ciências	640	Ciências Veterinárias
7 - Saúde e Proteção Social	72 - Saúde	721	Medicina
		723	Enfermagem
		724	Ciências Dentárias
		725	Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica
		726	Terapia e Reabilitação
		727	Ciências Farmacêuticas
		729	Saúde - programas não classificados noutra área de

CNAEF 1 Dígito	CNAEF 2 Dígitos	CNAEF 3 Dígitos	Denominação
	76 - Serviços Sociais	762	Trabalho Social e Orientação
8 - Serviços	81 - Serviços Pessoais	811	Hotelaria e Restauração
		812	Turismo e Lazer
		813	Desporto
	84 - Serviços de	840	Serviços de Transporte
	85 - Protecção de Ambiente	851	Tecnologia de Protecção do Ambiente
		852	Ambientes Naturais e Vida Selvagem
		853	Serviços de Saúde Pública
	86 - Serviços de Segurança	861	Protecção de Pessoas e Bens
		862	Segurança e Higiene no Trabalho
9 - Desconhecido	99 - Desconhecido ou	999	Desconhecido ou não especificado

PR relatório d

2022